

**UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE BELAS-ARTES**



*A geografia da crítica:*  
queixas, reclamações, participações, processos de inquirição e  
penas aplicadas a alunos na Escola Superior e Faculdade de Belas  
Artes de Lisboa.  
(1957 – 2007)

João Miguel dos Santos Gonçalves

MESTRADO EM EDUCAÇÃO ARTÍSTICA

2011

**UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE BELAS-ARTES**



*A geografia da crítica:*  
queixas, reclamações, participações, processos de inquirição e  
penas aplicadas a alunos na Escola Superior e Faculdade de Belas  
Artes de Lisboa.  
(1957 – 2007)

João Miguel dos Santos Gonçalves  
Dissertação orientada pelo Prof. Doutor Jorge Ramos do Ó

MESTRADO EM EDUCAÇÃO ARTÍSTICA

2011

**Resumo:** As diferentes relações pessoais que se foram estabelecendo no seio da comunidade educativa artística fizeram com que os diferentes atores assumissem posições por vezes extremadas, que motivaram conflitos e que desencadearam processos ou desentendimentos de carácter institucional e até social. Muitos terão defendido a sua classe profissional e ter-se-ão protegido pelo estatuto do cargo que ocupavam, enquanto outros procuraram lutar por algo que identificavam como justo, digno e merecido, tentando sempre avançar com factos concretos contra aquilo que consideravam ser a cadeia de poder que os limitava e que os tentava silenciar, procurando ainda chamar à atenção para a falta de condições de trabalho a que estavam sujeitos. Para compreender a evolução das reivindicações da classe estudantil, a forma como se consubstanciava o desagrado e a indignação bem como a repressão que se exercia é importante recuar no tempo e fazer um balanço de como se organizava a escola e de como ela foi acompanhando o desenrolar da sociedade. É importante compreender e comparar a evolução (ao nível das relações) dos alunos, dos funcionários, dos professores e dos seus superiores hierárquicos no que concerne às práticas escolares.

**Palavras-chave:** Queixa; Reclamação; Protesto; Processo; Inquirição; Conflito; Reação; Opinião; Justiça; Injustiça; Ambiente Escolar; Evolução.

**Abstract:** The different personal relationships that have been achieved within the educational community art made with different actors to assume extreme positions sometimes and that led to conflicts or disagreements that processes triggered by institutional and even social. Many have advocated its professional grade and have will be protected by the status of the position they occupied, while others have sought to fight for something they identified as fair, honorable and well deserved, always looking forward with specific facts against what they considered to be the chain and the limited power that tried to silence. To understand the changing demands of the student class, how to make the displeasure and indignation as well as the repression was exercised is important to go back in time and take stock of how the school is organized and how it was monitoring the progress of society. It is important to understand and compare the evolution (in terms of relations) of the student, employee, teacher and their superiors in regard to teaching practices.

**Key-words:** Complaint, Protest, Process, Inquiry, Conflict, Reaction, Opinion, Justice, Injustice, School Environment, Evolution.

# ÍNDICE GERAL

---

	Pág.
<b>INTRODUÇÃO</b>	
	5
<b>I PARTE</b>	
<b>1. Análise de documentação de arquivo</b>	
1.1 Queixas, participações e relatos de acontecimentos ocorridos na Escola	15
1.2 Processos de inquirição e relatórios de processos instaurados	27
1.3 Comunicados, ofícios, atas, e penas aplicadas a alunos	30
1.4 Abaixos assinados, e inquéritos realizados a alunos	36
1.5 Requerimentos e cartas para o Ministério	41
1.6 Relatórios elaborados pela direção da escola	45
<b>II PARTE</b>	
<b>2. Livro de Reclamações da Associação de Estudantes da FBAUL</b>	
2.1 Queixas dirigidas a professores e à direção da Faculdade	49
<b>III PARTE</b>	
<b>3. Opiniões externas à Escola</b>	
3.1 Entrevistas / opiniões em relação à Escola	54
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	
	59
<b>FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	
1. Fontes	70
2. Referências Bibliográficas	92

A presente tese pretende centrar-se essencialmente sobre a lógica de produção de um discurso crítico relativamente à situação do ensino e da aprendizagem na Escola Superior e Faculdade de Belas Artes de Lisboa, num período temporal de 5 decénios. Procedendo-se a um recenseamento e à sequenciação de registos – queixas, reclamações, participações, entre outras – onde os alunos foram manifestando o seu desagrado face à oferta de ensino ministrado. Do mesmo modo aborda-se documentação referente à elaboração de processos onde a oposição estudantil enfrentou a resistência jurídica da própria instituição. Centrando-se essencialmente o objetivo desta *geografia da anomia* na compreensão das diferentes mudanças de perceção do funcionamento da escola no que concerne às diferentes gerações de alunos que dela fizeram parte.

Como tal, importa mencionar que os registos de formação superior no que respeita ao ensino artístico em Portugal remontam ao longínquo ano de 1836, sendo que desde essa altura que se têm qualificado (nas diferentes áreas artísticas no nosso país) inúmeros cidadãos que naturalmente estabeleceram relações pessoais, profissionais e até sociais com e nas Academias, nas Escolas ou nas Faculdades onde foram ministrados os diferentes cursos a que se candidataram e onde acabaram por se formar. Durante quase 175 anos de formação artística em Portugal, muitas foram as alterações que as instituições foram sofrendo e várias foram as reestruturações que se foram realizando, não só ao nível pedagógico e curricular, como também ao nível dos destinatários da oferta educativa e dos agentes educativos ativos como sejam mestres, docentes, diretores, entre outros.

Por conseguinte e desde a sua formação inicial enquanto Academia, a atual Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa adotou designações e denominações institucionais que importa relembrar. Sendo que em 1836 (data que assinala a criação de uma instituição de formação especificamente artística) ficaria designada como Academia de Bellas-Artes de Lisboa, e em 1862 passaria a designar-se como Academia Real de Bellas-Artes de Lisboa. Já em 1881 passaria a ser designada como Escola de Belas Artes de Lisboa (dando-se aqui a separação da Academia com a Escola de Belas Artes) e em 1950 como Escola Superior de Belas Artes de Lisboa,

fixando-se em 1992 (até à atualidade) como Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa. Mas relativamente à estruturação do ensino, esta ficou definida no ano de 1836 onde foram criadas as Academias de Belas Artes de Lisboa e do Porto sendo que em 1880 uma Lei do Ministério dos Negócios do Reino, de 21 de junho (Direção-Geral de Instrução Pública, 2ª Repartição) atribuía concessão de autorização para que o Governo reorganizasse o Ensino das Academias de Belas Artes de Lisboa e do Porto e numa carta de Lei de 21 de junho de 1880, Diário do Governo nº146, de 2 de julho de 1880 autorizava-se o Governo a reorganizar a Academia Real de Belas Artes do Porto.<sup>1</sup> De referir ainda que no ano de 1881 surgia a primeira reforma das Academias de Belas Artes, sendo que a de Lisboa ficaria dividida em Academia propriamente dita e em Escola de Belas Artes através de decreto de 22 de março, do Ministério dos Negócios do Reino, Direção-Geral de Instrução Pública, 2ª Repartição. Tendo-se ainda dado a aprovação da reforma das Academias de Lisboa e do Porto (Academia Real de Belas Artes de Lisboa e Academia Portuense de Belas Artes: Escolas de Belas Artes).<sup>2</sup>

Já no ano de 1911 dar-se-ia a extinção das duas Academias, tornando-se assim as respetivas escolas em instituições independentes sendo que em 1957 as antigas escolas de Lisboa e Porto eram substituídas pelas Escolas Superiores de Belas Artes de Lisboa e Porto. E de acordo com o Ministro da Educação Nacional de então, o Prof. Engenheiro Francisco de Paula Leite Pinto, cada artista que viesse a ser formado nestas instituições, necessitaria “antes de mais, de saber desenhar e copiar da natureza, e de mais tarde abandonar os modelos naturais que o rodeiam e interpretar ou imaginar para além do real”.<sup>3</sup> Finalmente em 1990 o senado da Universidade de Lisboa aprovava (sem votos contra) a integração da Escola Superior de Belas Artes como Faculdade naquela instituição e em 1992 criavam-se os Mestrados e Doutoramentos na Escola Superior de Belas Artes da Universidade de Lisboa.

Neste contexto, e sendo a Escola um local onde naturalmente se estabelecem relações entre os diferentes agentes nela envolvidos, esta tese procura analisar e consequentemente relacionar a evolução da queixa (e suas repercussões) em contexto escolar artístico. Pretendendo-se perceber de que forma as possíveis tensões que se criaram em torno de alunos, professores, funcionários, etc., influenciaram ou

---

<sup>1</sup> Coleção oficial de legislação Portuguesa. Lisboa, 1880

<sup>2</sup> Coleção Oficial de Legislação Portuguesa. Lisboa, 1881

<sup>3</sup> boletim 1 da escola Superior de Belas Artes de Lisboa.

condicionaram as suas ações ou tomadas de decisão perante as várias situações com que se confrontaram. De que forma se argumentava e de que forma se acusava ou reagia a uma acusação? Como é que os alunos lidavam com a cadeia de poder institucional ligada ao aparelho escolar e como é que manifestavam o seu desagrado perante determinadas situações? De que forma é que os professores reagiam às queixas dos alunos e de que forma é que a escola protegia os seus funcionários? Como é que os professores pensavam que se podiam formar artistas e como é que era o discurso dos alunos da escola antes e depois de finalizarem os seus cursos? Como era o ambiente escolar? Será que recentemente os alunos têm o mesmo tipo de queixas e/ou atritos? São perguntas para as quais procurarei obter respostas através duma análise detalhada de documentos oficiais (manuscritos e datilografados), lavrados por professores, alunos, funcionários e altos dirigentes ministeriais, com base numa pesquisa realizada nos arquivos da atual Faculdade de Belas Artes de Lisboa e cingida a um período temporal de meio século (1957-2007). Período esse que intermedeia a formação da Escola de Belas Artes de Lisboa e a atual Faculdade de Belas Artes de Lisboa.

Por conseguinte, a intenção de realização do presente estudo partiu dum desejo pessoal de querer compreender a evolução das relações que se estabelecem no seio das comunidades educativas a um nível superior (e particularmente artístico), sobretudo pelo facto de ser reconhecidamente nesta fase do sistema educativo que a relação entre professores e alunos se apresenta como sendo mais amadurecida e diretamente voltada para o cumprimento de tarefas e de ações específicas. Bem como o facto de ser nesta fase que se encontram ao dispor, quer de alunos quer de professores, mais meios para consubstanciarem as suas opiniões, expressando-as e registando-as devidamente. Pretendendo-se compreender de que forma as atuais queixas e reivindicações dos estudantes (ao nível superior artístico), encontram paralelo naquilo que os seus antecessores (e muitas das vezes, seus atuais professores ou mestres) alegavam há 20, 30 ou 50 anos atrás, centrando-se este trabalho num tema que nunca antes foi abordado no contexto dos estudos realizados sobre a Faculdade de Belas Artes. Resultando a escolha desta temática essencialmente do facto de ter existido uma experiência académica relativamente recente (designadamente na área das artes plásticas), na qual a queixa e a reivindicação estudantil esteve muitas vezes presente, uma vez que em muitas circunstâncias se pretendia encontrar explicações para aquilo que era considerado injusto, incorreto ou até mesmo inadmissível. Tal como a necessidade de tentar compreender o lado daqueles que muitas das vezes eram acusados e apontados

como os principais causadores ou mentores das situações que levavam à participação dos alunos contra si.

Desse ponto de vista e com a realização deste estudo pretende-se analisar e compreender aquilo que colocou e ainda coloca em causa o normal funcionamento da escola principalmente do ponto de vista daquilo em que ela é provavelmente mais rica, as relações pessoais e profissionais entre os diversos agentes. Sendo que para a realização deste tipo de estudo foi importante perceber como esta estava organizada e estruturada e como é que se organiza e estrutura atualmente. Que tipo de evolução institucional é que se deu ao longo dos 50 anos a que se refere este estudo e quais as principais mudanças nas atitudes dos vários intervenientes? Uma vez que parece ser ponto assente que a “escola de hoje é infinitamente melhor que a escola de ontem. É mais aberta, mais inteligente, mais sensível à diferença.” (Nóvoa, 2005: 15) Mas será que aquilo que atualmente incomoda alunos e professores (que são os principais agentes envolvidos neste processo de aprendizagem) é o mesmo que os separava há alguns anos atrás? É neste sentido que a análise à documentação arquivada nos serviços da Escola (bem como nas associações de estudantes), se reveste de particular importância uma vez que só através dessa análise e consequente confrontação da informação, é que se conseguirá compreender de que forma foi evoluindo a queixa e de que forma aquilo que atualmente temos como algo adquirido foi outrora alvo de inúmeras discussões, obtendo-se assim a *geografia da crítica*.

No entanto, importa ainda referir que o facto deste estudo ter por base o período temporal definido se ficou a dever essencialmente ao facto de existir uma ausência de documentação relevante para a elaboração do mesmo, ou da existência de documentação em muito mau estado de conservação sobre esta matéria, relativamente a períodos históricos anteriores a 1957. Por outro lado, as datas estabelecidas (1957-2007) pretendem determinar um período cronológico de meio século segundo o qual a escola e os seus diferentes agentes terão passado por diferentes mudanças sociais, pedagógicas estruturais e conceptuais (principalmente ao nível do ensino dos diferentes cursos), levando a que os diferentes relatos aqui analisados estejam mais sujeitos a este tipo de condicionantes, refletindo de forma fidedigna aquilo que era efetivamente o ambiente escolar ao longo deste tempo. Sendo que toda a documentação analisada e tratada teve como base documentos que ficaram arquivados na escola, seja ao nível institucional, seja ao nível associativo, plasmando essencialmente este estudo as ideias expressas pelos mais diretos intervenientes nos vários processos.

Encontrando-se a presente tese estruturada em quatro partes que se podem considerar intimamente relacionadas uma vez que se pretende estabelecer uma corrente evolutiva, não só da queixa na Escola/Faculdade de Belas Artes de Lisboa, como do nível de relações/tensões que foram existindo na mesma (não só em contexto escolar como também fora dele), fazendo-se notar essencialmente através das opiniões expressas por artistas plásticos, alunos, ou outras pessoas diretamente ligadas à escola, como sejam funcionários, outros colaboradores, etc. Assim, a I parte deste estudo corresponde essencialmente à apresentação, análise e conseqüente reflexão acerca dos escritos que se encontram conservados no arquivo histórico da atual Faculdade de Belas Artes de Lisboa e que correspondem a todo o tipo de documentação que ao longo de décadas, fez parte do dia a dia da Instituição. Desde correspondência (de e para a escola), passando por documentação oficial dos vários Governos e/ou Ministérios, até a faturação de material adquirido, ou ofícios e avisos escolares, bem como comunicados dirigidos a alunos ou de alunos para professores e direção da escola. Tudo aquilo que se escrevia e registava bem como aquilo que dava entrada ou saía dos serviços da escola estava arquivado, o que implicou desde logo uma prévia, extensa e cuidada análise a toda a documentação no sentido de compreender o que realmente tinha interesse para o âmbito da realização deste estudo, não se assumindo esta como uma tarefa fácil.

Uma vez que relativamente às condições em que a pesquisa foi desenvolvida, estas foram difíceis e agravadas essencialmente por fatores físicos (condições do espaço do arquivo da FBAUL) e de conservação (dos documentos) muito débeis e que em muitas circunstâncias dificultaram o normal avanço dos trabalhos. Pois toda a documentação histórica sob a qual esta tese iria incidir, encontrava-se acondicionada em várias caixas de cartão (cerca de 30), que não tinham uma catalogação específica nem se encontravam organizadas segundo uma ordem cronológica linear e sequencial, fazendo com que não se tivesse a certeza e a garantia do tipo de documentação específica constante de cada uma das caixas. Como tal, houve a necessidade inicial de analisar caixa a caixa, documento a documento e tudo aquilo que se encontrava registado e escrito, verificando-se o que poderia servir como suporte para o desenvolvimento do presente estudo ou não. Nesse contexto, a primeira grande tarefa a realizar foi a de catalogar e organizar (a nível pessoal) todos os documentos presentes nas respetivas caixas segundo uma listagem datada e numerada para que posteriormente se pudessem identificar os documentos que interessariam ser estudados e analisados de uma forma mais pormenorizada, permitindo assim iniciar a construção de um estudo sobre a

evolução do clima de tensão na escola e tudo aquilo que proporcionava esse mesmo clima.

Findo o longo e complicado processo de pesquisa e organização (numa espécie de inventário) de toda a documentação constante nas mais de 30 caixas, houve que realizar uma separação e definição dos documentos que, pela sua data, se enquadrariam ou não no estudo e que poderiam efetivamente fazer prova daquilo que se pretendia afirmar. E foi aqui que muitos dos documentos analisados (muitos deles através de instrumentos auxiliares como lupas, dada não só a forma dos caracteres manuscritos, como o elevado estado de degradação do suporte papel em que se encontravam) foram começando a deixar de fazer parte do estudo uma vez que não se enquadravam especificamente no objeto de estudo. O que no entanto, não deixou de fazer com que fossem tidos em conta do ponto de vista do enquadramento histórico necessário à devida compreensão daquilo que se pretendia estudar. Uma vez que a sua leitura terá proporcionado a ideia geral de como se desenrolava o dia a dia da escola, bem como provado que o ato de se queixar perante uma determinada situação em contexto escolar terá acompanhado a escola desde a altura em que se começou a registar tudo aquilo que acontecia na mesma. Sendo este um facto que facilmente será comprovado através da leitura e análise dos inúmeros documentos manuscritos por professores e alunos e que remontam aos longínquos anos da formação das Academias. Contudo, foi com recurso à análise detalhada da documentação com datas posteriores ao ano de 1957 que foi possível elaborar uma sequência evolutiva do clima de tensão resultante de queixas, reivindicações ou altercações entre alunos, professores ou funcionários, para que assim se desse início à realização da tese.

De referir ainda que perante a quantidade de documentos a analisar (e dada a extensão temporal que a pesquisa envolvia), houve a necessidade de categorizar e separar os mesmos por temas, a fim de se compreenderem as diferentes formas em que eram expressas e registadas as queixas, reclamações ou divergências de opinião. Sendo que a escolha e definição dos temas em que esta primeira parte se estrutura resultaram não só duma organização pessoal como de uma resposta à quantidade de documentos de uma determinada ordem. Por conseguinte, o primeiro subtema da primeira parte desta tese está relacionado com queixas (essencialmente lavradas por alunos ou funcionários e posteriormente enviadas à direção da escola), participações e relatos de acontecimentos ocorridos no espaço físico da escola (seja em ambiente de sala de aula ou em ambiente de espaços exteriores), onde se pretendia descrever todo um rol de

situações que alegadamente saíam da esfera da normalidade, a fim de se obterem não só punições como castigos que servissem de exemplo para os potenciais prevaricadores. No fundo são documentos onde se encontra expresso o rigor e o grau de exigência das regras internas da escola bem como o nível de observação e controle a que todos estavam sujeitos.

Outro dos subtemas em análise na primeira parte, incide essencialmente sobre os processos de inquirição e respetivos relatórios aos processos instaurados a alunos, resultantes de queixas ou participações sobre os mesmos. Sendo que se pode verificar que todos aqueles que eram alvo de determinadas queixas teriam que passar por um rígido processo de auscultação e de análise dos atos a que estavam acusados, podendo no entanto arrolar algumas testemunhas em sua defesa, mas onde raramente se conseguiam livrar das respetivas punições. Como tal, era com alguma naturalidade que surgiam os comunicados (por parte da direção da escola aos alunos ou à restante comunidade escolar), ofícios, atas ou registos de penas a aplicar aos alunos que haviam sido alvo dos processos e que eram considerados culpados daquilo que estavam acusados. Sendo este outro dos subtemas em análise e que nos ajudará a compreender um pouco melhor o culminar de todo o processo de queixa, inquirição e respetiva punição.

No entanto, para além destes assuntos, importa também compreender de que forma os alunos se defendiam, não só das inúmeras acusações de atitudes menos próprias que pendiam sobre si, como também das divergências que tinham com professores ou com as reclamações de classificações obtidas em exames e nas diferentes disciplinas. E para que isso se torne mais claro, foi necessário criar uma nova subcategoria onde se encontra presente o historial de abaxos-assinados ou de inquéritos realizados aos alunos acerca da opinião que estes tinham sobre aulas, professores e direção da escola. Subcategoria essa que antecede outra secção da primeira parte da tese e que está intimamente relacionada com a comunicação para o Ministério, como sejam os requerimentos ou ofícios enviados por parte da escola para a entidade superior tutelada pelo estado, dando conta das inúmeras situações (essencialmente disciplinares) ocorridas, ou até mesmo a correspondência enviada por alunos e/ou familiares dos mesmos queixando-se de alguma situação. Finalmente a última divisão da I parte encontra-se relacionada com a análise aos relatórios elaborados por parte da direção da Escola (que se encontram plasmados em alguns dos boletins que anualmente eram publicados) e que faziam alusão a situações que importa trazer a este estudo.

Por conseguinte, a subdivisão da primeira parte da presente tese (em cerca de seis subpartes) procura sobretudo estabelecer uma ordem e dar sequência aos trâmites que seriam normais e naturais na cadeia reivindicativa ou de queixa existente na Escola. Pretendendo-se que através desta estrutura fique perceptível as várias fases pelas quais se teria passar até que uma determinada situação fosse dada como resolvida, bem como do vários tipos de vicissitudes que poderiam dar origem a perturbações no clima escolar. De referir ainda que esta primeira parte se baseia essencialmente na leitura, transcrição e análise de documentos com datas compreendidas entre 1957 e 1990, sendo que todas as transcrições foram feitas de acordo com os documentos originais.

No que concerne à II parte deste estudo, esta visa essencialmente a análise de documentação constante dos arquivos da Associação de Estudantes da atual Faculdade de Belas Artes de Lisboa. Documentação essa que se encontra intimamente relacionada com escritos de estudantes (opiniões, queixas, etc.) e que se encontram plasmados em livros arquivados na associação e com acesso reservado exclusivamente aos mesmos. Assim, deve considerar-se de grande importância a análise das opiniões que os alunos expressaram de forma livre e espontânea (em contexto associativo), através do posterior confronto e comparação com aquilo que terão sido as queixas e opiniões dos mesmos, em períodos históricos anteriores. Para esse efeito, decidi analisar dois livros de reclamações que se encontram arquivados nas instalações da atual Associação de Estudantes da Faculdade, a fim de compreender quais os principais motivos de descontentamento da recente classe estudantil (do ano de 1999 a 2007). Importando ainda referir que os livros de reclamação que foram objeto de análise para a realização deste estudo, são os únicos ainda na posse da associação de estudantes. Tendo este tipo de iniciativa sido criada em meados do ano letivo de 1997/1998 por parte da direção em funções na altura (segundo informação recolhida junto do funcionário da atual associação). Sendo que ainda hoje se mantém a prática de existência de um livro onde os estudantes da escola poderão escrever aquilo que verdadeiramente os incomoda bem como aquilo que afirmam ser importante mudar.

Estes são livros onde se encontram expressas as opiniões de vários alunos, essencialmente relativas a queixas sobre professores e sobre as aulas que estes ministraram, ou ainda sobre a falta de condições nas instalações da escola. No

entanto, a análise desta informação não foi fácil uma vez que raramente se encontra referida a data de escrita da queixa ou mesmo o nome de quem a realizou, funcionando estes livros como uma espécie de objeto onde muitos poderiam recorrer e partilhar ódios, inimizades, ou lamentos comuns. Não existindo portanto uma estrutura rígida de organização e estruturação dos textos, aparecendo por vezes uma determinada opinião expressa numa pequena frase, em duas ou três palavras ou até mesmo sob a forma de desenho. Tal facto pode ser explicado pela perceção que todos os estudantes (que recorriam a este meio) tinham que estes livros seriam apenas para uso e consulta interna dos frequentadores da associação.

Relativamente à pesquisa, esta foi realizada com autorização prévia da direção da Associação de estudantes e decorreu sem qualquer tipo de problemas nas próprias instalações da associação. Sendo que todo o material analisado e a consequente informação recolhida se cingiu apenas aos livros de reclamações existentes há alguns anos a esta parte e que ainda hoje fazem parte do quotidiano dos alunos. Muitos (aquando da realização do processo de pesquisa) chegaram a confidenciar que não escreviam aquilo que os incomodava pelo facto de serem da opinião que de nada serviria esse ato, havendo no entanto quem fosse da opinião que a escrita naqueles livros possibilitava que muitos libertassem um pouco a sua frustração. Podendo facilmente chegar-se à conclusão que talvez seja este o verdadeiro objetivo destes livros que não assumem um carácter institucional rígido, a expressão livre de algumas queixas e/ou frustrações.

No que concerne à III parte, esta procura abordar e analisar as opiniões que se foram manifestando acerca da Escola e do seu funcionamento ao longo dos anos. Opiniões essas que foram expressas por artistas plásticos e/ou personalidades ligadas às artes formados na instituição e que mais tarde utilizaram revistas ou outros meios de comunicação para expressar a sua ideia acerca da relação que estabeleceram enquanto alunos e posteriormente enquanto profissionais. Sendo que através da pesquisa em revistas específicas (essencialmente revistas ligadas às associações de estudantes da ESBAL, como também à própria escola) como por exemplo a revista “Arte Opinião” e através duma análise aos textos que vários autores lavraram (em diferentes anos), foi possível fazer uma recolha de elementos que permitiram aferir a forma como muitos destes artistas viam a

escola após terem concluído a sua formação e abandonado a mesma. O que assume um caráter de grande importância uma vez que se torna imprescindível a introdução neste estudo de relatos de pessoas que viveram na primeira pessoa os problemas existentes na escola e que se sentiram na necessidade de os abordar do exterior. De referir ainda que a consulta e análise destas opiniões ou entrevistas (expressas em revistas especializadas em arte), apresentou desde logo algumas condicionantes, tais como a necessidade de se ter sido aluno(a) na Escola / Faculdade de Belas Artes ou o facto dos textos produzidos terem que estar enquadrados naquilo que era o objeto deste estudo – a queixa ou o relato de um acontecimento menos positivo na escola. O que no fundo restringiu o leque de possibilidades e de opiniões ou entrevistas a apresentar e a analisar. Existindo também um claro défice de opiniões (queixas) expressas por artistas plásticos publicadas em períodos posteriores a 1974. Sendo contudo interessante de verificar que a maioria das opiniões em análise vai ao encontro daquilo que muitas das vezes é afirmado (essencialmente nos livros de reclamações da associação de estudantes) pela maioria dos estudantes da escola e que tem vindo a ser repetido ao longo dos anos. Uma vez que em muitas situações, aqueles que anteriormente eram alunos (e que em alguns casos passaram a professores), não conseguiram modificar a opinião dos que foram seus alunos mesmo tendo passado por algumas das dificuldades que agora observavam de outra ponto de vista.

Finalmente, cabe à IV parte o papel de resumir e consolidar todos os temas e conteúdos trabalhados nesta tese, consubstanciando ainda as principais conclusões e ilações a retirar. Bem como a explicitação das principais dificuldades e constrangimentos para a elaboração do estudo e para a criação de uma ideia final acerca deste tema. Pretendendo-se concluir de que forma a queixa em ambiente escolar evoluiu ao longo do período histórico que ficou definidos para a realização deste estudo. Bem como de que forma o ambiente entre os diversos agentes escolares se foi ou não degradando e como é que isso foi acontecendo. Tentando compreender ainda o clima de tensão que por diversas vezes surgiu associado à relação entre professor e aluno, ou entre aluno e funcionário, etc. Nunca esquecendo de enumerar as principais diferenças que atualmente se fazem sentir neste tipo de relações, nomeadamente no que concerne aquilo que anteriormente

era prática comum, tentando ainda dar resposta às questões que serviram de ponto de partida à realização deste estudo.

## I. ANÁLISE DE DOCUMENTAÇÃO DE ARQUIVO

---

### **1.1 - Queixas, participações e relatos de acontecimentos ocorridos na Escola**

É através da realização duma detalhada pesquisa no arquivo da atual Faculdade de Belas Artes de Lisboa e tendo como base de investigação a documentação manuscrita e/ou datilografada, com datas compreendidas entre o largo período temporal de 1875 a 1982 (num total de 30 caixas de documentos), que podemos encontrar inúmeros artigos relativos a queixas, participações e relatos de acontecimentos ocorridos na Escola. Prova disso são os inúmeros documentos dirigidos ao diretor da Escola (bem como ao Ministério), relatando casos considerados graves e que pressupunham a existência duma intervenção superior, para que fossem solucionados de acordo com as regras de conduta e as normas estabelecidas à época.

Um dos muitos exemplos deste facto e que resulta da difícil relação entre os funcionários da escola com alunos e professores é o caso de uma queixa apresentada por uma aluna a 18 de fevereiro de 1963, onde esta afirmava que o carpinteiro ao serviço da escola a abordaria de forma insultuosa sempre que a via ou sempre que com ela se cruzava pela escola. Perante esta situação, a aluna não só deu conhecimento do caso, como efetuou um pedido ao diretor para que este agisse de forma célere tomando as providências que achasse necessárias, pondo portanto fim a este tipo de atitudes do funcionário.<sup>4</sup> Contudo, ainda sobre este mesmo funcionário pendeu uma outra queixa

---

<sup>4</sup> caixa 21, pasta nº1

(da mesma aluna), desta vez datada de 1 de fevereiro de 1964 e dirigida também ao diretor. De acordo com o que se encontra relatado neste documento, o referido funcionário teria intimidado a aluna “com um pau cheio de pregos” e tê-la-ia ofendido com termos menos próprios, levando-a a pedir mais uma vez ao diretor da escola que tomasse as necessárias medidas ou que simplesmente a autorizasse a apresentar uma queixa junto das autoridades policiais ou mesmo no Ministério da Educação Nacional.<sup>4</sup> No entanto, é interessante verificar que as queixas sobre este funcionário, não se resumiam apenas à relação com esta aluna em particular, estendendo-se também à relação que mantinha com outros alunos e até com outros colegas de serviço, o que nos pode levar a constatar que não seria uma pessoa de feitio fácil ou de boas relações interpessoais, quer com alunos quer com os próprios colegas de trabalho.

Tal facto encontra-se presente em alguns documentos encontrados no arquivo da Faculdade com datas anteriores às acima descritas e que atestam bem da má relação existente entre o funcionário em causa e os restantes atores do contexto escolar. Numa carta enviada ao diretor da ESBAL por parte do servente da Escola a 9 de fevereiro de 1955, pode ler-se que este apresenta a sua defesa acerca de uma acusação que considerava “falsa e caluniosa” por parte do carpinteiro da escola. Ainda na mesma carta, o servente explica nunca ter provocado o carpinteiro “dentro do edifício escolar” acusando-o ainda de ter um “baixíssimo caráter” e de provocar manifesto mau ambiente na Escola entre colegas de trabalho. De ressaltar ainda que o queixoso recorda, nesta sua interpelação ao diretor, que este seu colega tinha anteriormente ameaçado um professor e um aluno com um instrumento de carpintaria (na circunstância um formão), bem como a ele próprio e a outros “empregados da Escola”. Como tal, solicitava ao diretor que não deixasse “passar impunemente elemento tão perigoso para a harmonia da escola (...)” e o proibisse de “andar munido de formões ou outras armas.”<sup>5</sup>

Para que se perceba de uma forma mais clara o clima tenso que este funcionário provocava no seio da instituição entre alunos, professores e funcionários, podemos ainda recorrer a outra carta dirigida ao diretor da escola, por parte de um outro funcionário da mesma, onde este apresenta uma queixa sobre o carpinteiro, afirmando que este faria uso de um comportamento “intimidatório, ameaçador e agressivo” para com ele, pedindo assim para que se

---

<sup>5</sup> caixa22, pasta nº1

pusse cobrir a estas situações que alteravam o bom funcionamento e o bom ambiente da escola.<sup>5</sup> No entanto, no que concerne a situações de queixa, deve também ser referido o facto de surgirem (na documentação pesquisada em arquivo) algumas queixas elaboradas por grupos de alunos que partilhavam o mesmo tipo de preocupações acima descritas. Prova disso é o caso de uma carta elaborada por um grupo de alunas da ESBAL em 28 de outubro de 1959 e dirigida ao diretor da Escola onde estas apresentam uma participação escrita que incidia mais uma vez sobre o carpinteiro da escola. De acordo com as queixosas, por variadas vezes este funcionário fazia “obscenidades com os dedos levando as mãos à braguilha”, chegando mesmo a tratá-las por “coirões e putas”, ameaçando-as e intimidando-as com instrumentos de trabalho de carpintaria, à semelhança do que já tinha acontecido noutras ocasiões com outras pessoas. Como tal, as alunas pediam ao diretor que tomasse as medidas que necessárias para que se eliminasse este tipo de situações na escola, alegando ainda que não seria a primeira vez que sobre este funcionário pendiam participações de alunos, e até mesmo de outros funcionários, sem que este tivesse sido alvo de qualquer tipo de punição e/ou sanção. Também o alegado à vontade com que o funcionário se manteria pela escola é referenciado por parte destas alunas, uma vez que este chegava mesmo a afirmar nos corredores da escola que ali dentro fazia o que bem lhe apetecia, vindo este facto reforçar mais uma vez a ideia de impunidade de que o funcionário gozaria e que servia apenas para aumentar o desconforto das pessoas diretamente envolvidas nestas situações.<sup>6</sup>

Contudo, para além das queixas de alunos e de colegas de serviço e à semelhança do que já aqui foi dito, este carpinteiro da escola encontrava ainda problemas com professores, não se intimidando com o facto de estar a desrespeitar uma classe hierarquicamente superior. Tal pode ser comprovado com a participação de um professor da escola dirigida ao diretor e lavrada no dia 23 de dezembro de 1959, onde este relata uma situação ocorrida entre ele e o carpinteiro, testemunhada por alguns funcionários e alunos na sala de aula de Urbanismo. De acordo com a sua versão dos acontecimentos, o carpinteiro ter-se-á dirigido a si de forma imprópria e ameaçadora, ofendendo-o bem como aos demais colegas, dizendo-lhes que seriam “uns trifulhas, vigaristas e gatunos”, partindo depois para a agressão física empurrando-o de “encontro aos vidros da arrecadação”, o que fez com que ficasse com visíveis marcas na sua

---

<sup>6</sup> caixa24, pasta nº1

indumentária e ainda com um dedo ferido. Este mesmo professor afirma ainda que perante esta situação terá sido forçado a defender-se, apelando ao diretor da escola que desse seguimento a esta queixa, lembrando mais uma vez que esta seria já uma entre muitas queixas sobre este mesmo funcionário.<sup>6</sup>

Contudo, após a leitura atenta de todas estas queixas em torno de um só funcionário e dirigidas essencialmente ao diretor da Escola e onde se verifica que nunca terão sido tomadas as medidas necessárias para que este tipo de situações não se verificasse repetidas vezes, é interessante constatar que já em 2 de fevereiro de 1949 o subdiretor em exercício, dirigia ao Diretor Geral do Ensino Superior e das Belas Artes uma carta onde se queixava de um funcionário (na circunstância o carpinteiro) da escola, afirmando que este se mostrava bastante incorreto, sempre que o Diretor da escola se lhe dirigia a dar “ordens ou a fazer-lhe qualquer pergunta”. Sendo que tais factos se vinham repetido e até mesmo agravando, ao ponto das incorreções “se praticarem na presença de funcionários e alunos – e portanto com grave prejuízo do prestígio da Direção.” Como tal, perante esta situação o subdiretor decidira promover a “rescisão do respetivo contrato” com o respetivo funcionário sendo que cumpria apenas o dever comunicar a referida deliberação ao Diretor Geral.<sup>7</sup>

No entanto, os factos vieram a provar que esta decisão não teve efeitos práticos, nem sequer serviram para intimidar o funcionário, uma vez que existem documentos posteriores a esta data com queixas sobre o funcionário e dirigidos ao diretor da escola, que em 1949 era o subdiretor da mesma e que tinha tentado promover o respetivo despedimento do funcionário. Tal facto pode ainda dar-nos a ideia da dificuldade que era para um alto quadro da instituição escolar ter alguma autonomia ao nível da tomada de decisões relativamente aos destinos dos funcionários a seu cargo, sem ter que estar diretamente dependente da Direção geral do Ensino Superior, ou então a ideia de que nem sempre um dirigente escolar tinha a força necessária para tomar uma decisão que aparentemente se adivinhava inevitável e indispensável.

Ainda no que concerne à apresentação de queixas, podemos verificar que em muitas situações os funcionários da escola apresentavam ao diretor relatos de situações menos próprias (segundo as normas de conduta destas alturas) ocorridas dentro do espaço escolar e levadas a cabo essencialmente por alunos. Estas ações, que poderiam por em causa o normal funcionamento dos trabalhos escolares e que quebravam as

---

<sup>7</sup> caixa21, pasta nº11

regras de conduta vigentes, eram também acompanhadas de relatos de situações de falta de condições das salas de aula ou do próprio edifício escolar e ainda de participações de danos causados pela ação direta de alunos e são comprovativas da rigidez e controle comportamental a que os alunos estavam sujeitos. Neste campo, há uma funcionária em particular que aparece muitas vezes associada a este tipo de situações alertando o diretor para as várias ocorrências. E um dos exemplos é o caso da participação dirigida ao diretor da ESBAL a 31 de março de 1952 por parte da referida funcionária, onde esta relata que nesse mesmo dia dois alunos “do 1º ano de Escultura, não acataram a ordem” do diretor que proibia a permanência de alunos nos corredores da escola, chegando estes a responder que “só acatavam a ordem se saísse escrita ou a ouvissem da boca do diretor”. A funcionária termina a sua exposição do caso, afirmando que a verificação de tais acontecimentos poderiam configurar situações “perturbadoras da ordem e da disciplina da Escola” uma vez que os alunos não teriam seguido as indicações do diretor dadas pela voz de uma funcionária, desrespeitando-a e colocando em causa todo o seu poder enquanto elemento de uma hierarquia.<sup>8</sup>

Contudo, é também através desta mesma empregada, que surge uma outra participação ao diretor da ESBAL a 7 de janeiro de 1954, onde se relata o sucedido na sala de aula da disciplina de Estatua e que está diretamente relacionado com a falta de condições da escola e já não com o conflito na relação com alunos. Assim, de acordo com a sua versão dos acontecimentos, os alunos não teriam condições para desenhar uma vez que “algumas estátuas não tinham plintos” encontrando-se já no chão. O que fez com que um dos alunos do 2º ano de arquitetura “ao pretender desenhar um busto que se encontrava no chão”, lhe pegasse pela cabeça acabando por ficar “com ela na mão”, sendo que tal facto não teria sido provocado de forma propositada, pois o aluno ter-se-á desde logo disponibilizado para “pagar o arranjo do busto” mesmo não tendo contribuído de forma decisiva para os danos causados sobre o mesmo.<sup>8</sup>

Ainda na sequência da falta de condições para o normal funcionamento das aulas, surgem mais duas participações ao diretor dirigidas por parte da funcionária já referenciada, uma a 17 de fevereiro de 1955 informando-o que por diversas vezes os alunos da aula de Escultura se queixavam que não ter cavaletes suficientes para trabalhar, pedindo-lhe que tentasse resolver esta situação com a máxima urgência<sup>8</sup> e outra a 1 de março de 1955, onde esta vem informar o diretor do pedido dos alunos do

---

<sup>8</sup> caixa22, pasta nº1

2º ano da aula de Pintura para que fosse colocado um “armário que muita falta fazia para guardar paletes, vernizes, tintas, compassos, etc.”. É ainda esta funcionária que informa o diretor que os alunos não se importariam que fosse um qualquer armário “velho que houvesse nalguma arrecadação, tudo eles agradeciam, pois lhes faz muita diferença andarem todos os dias carregados com o material”. E é a partir destes testemunhos que podemos verificar o pouco peso reivindicativo dos estudantes, que por variadas vezes teriam que se queixar aos funcionários na esperança de que estes fizessem chegar, a quem de direito, as suas reivindicações e necessidades.<sup>8</sup>

Alguns meses mais tarde, a 26 de julho de 1955 e a propósito de uma situação em que um aluno terá tentado entrar numa aula de arquitetura pela janela sem que os funcionários se apercebessem, a funcionária responsável pela assistência à mesma aula terá informado o diretor que ao ser alertada por outra pessoa “que dum janela por acaso, observou o sucedido” foi em busca do aluno, retirando-o da referida aula, obrigando-o a abandonar a mesma. Não podendo portanto deixar de informar o diretor do sucedido, mesmo tendo resolvido a situação e termina ainda a sua participação referindo que face ao sucedido e depois do relato na primeira pessoa, de quem observou a cena, poderia o diretor caso desejasse, dar “um corretivo ao dito aluno” uma vez que haveria testemunhas que estariam na disposição de confirmar a veracidade dos factos.<sup>9</sup> No fundo, ficamos com a ideia que por vezes os funcionários entendiam a posição dos alunos e a falta de condições que estes teriam para estudar, dando sustentabilidade às suas queixas e fazendo-as chegar às altas instâncias da escola, mas por outro lado eram implacáveis na denúncia de casos onde os alunos não agissem de acordo com as normas comportamentais corretas e vigentes. E mais um dos exemplos da forma como esta funcionária estaria atenta a todo o contexto escolar e ao normal funcionamento das aulas (no que concerne a atitudes incorretas dos alunos), encontra-se patente no relato de uma situação ocorrida na escola e onde se informa o diretor que no dia 07 de junho de 1955, cerca das 10 horas, 3 alunos a teriam empurrado e entrado na “aula de estátua” apesar dos seus avisos para que não o fizessem. Mais informa que os alunos terão reagido em tom jocoso perante os seus avisos, retorquindo com expressões do tipo “deixe-se disso (...) ora deixe lá”, não abandonando portanto a sala, o que levou a que a funcionária pedisse ao diretor para que este desse “as providências necessárias” a este caso de pura desobediência e desrespeito a uma funcionária.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> caixa22, pasta nº1

Apesar de tudo, as situações de queixas em relação a alunos ou os relatos de situações ocorridas, não se cingiam apenas a esta funcionária, acabando por se estender mesmo a outros funcionários da escola tal como comprovam as várias participações dirigidas (sempre) ao diretor e que tinham como principal objetivo, fazer-lhe chegar toda a informação do que se passava em contexto escolar. Assim, no que concerne a uma vertente mais física e relacionada com o edifício da escola, podemos verificar que existem várias participações como a de um funcionário a 24 de maio de 1952, comunicando que naquele mesmo dia, “dentro do edifício da biblioteca” teriam surgido frases escritas, tais como “luta pela paz (...) já quando tinha saído o pessoal”, fazendo portanto crer que teriam sido alunos a cometer tal ato.<sup>9</sup> Um mês mais tarde a 9 de junho de 1952, o mesmo funcionário numa outra participação informava o diretor da escola que naquele dia tinham surgido “na escada de caracol do fundo” algumas palavras escritas a carvão, entre elas a palavra “paz” e que desde logo se tinha procedido à respetiva limpeza dos escritos. Sendo que mais uma vez se prova que os alunos viveriam num clima de controle constante, sentido estas necessidade de se expressar e de veicular certas ideias que rapidamente eram reprimidas e denunciadas.<sup>10</sup>

Relativamente à relação entre funcionários e alunos, podemos verificar que por várias vezes surgem relatos de situações onde os funcionários aparecem frequentemente como vítimas das atitudes dos alunos, ou sendo desrespeitados pelos mesmos durante o exercício das suas funções, bem como em situações ocorridas durante o decorrer das aulas. Prova disso são as participações dirigidas ao diretor da ESBAL, como a participação datada de 1 de agosto de 1951, onde o chefe do pessoal menor (contínuos) comunica que um aluno do curso de arquitetura, teria rasgado “completamente várias provas de urbanismo de outros alunos, que se encontravam na aula e agora pertenciam à escola (...) para se apoderar das grades de madeira que as tinham”.<sup>10</sup> Este mesmo funcionário a 2 de abril de 1952, dava conta de um caso de agressão entre alunos do curso de arquitetura, onde um deles terá agredido um outro “em frente do guarda vento junto ao porteiro”, afirmando ainda o funcionário desconhecer as causas que terão motivado as agressões, mas que as mesmas teriam sido presenciadas por vários funcionários da escola, que estariam disponíveis para atestar da veracidade deste facto e para avançar com o respetivo processo de inquirição e de assumpção de responsabilidades caso o diretor assim entendesse.<sup>10</sup> No fundo, todo o tipo de situação

---

<sup>10</sup> caixa22, pasta nº1

que envolvesse desentendimentos, mesmo que entre alunos, tinha que ser comunicada e investigada, não fosse despoletar uma situação ainda mais grave e com contornos mais sérios. Ainda no seguimento deste tipo de acontecimentos, mais centrados nas ações e atitudes de alunos e presenciadas por funcionários, temos também uma participação datada de 3 de abril de 1952 e dirigida ao diretor, onde se relata uma situação em que o funcionário (aquando da chamada de um aluno sob o qual pendia uma acusação para que fosse inquirido), dava conhecimento que um aluno se encontrava a cantar na aula de arquitetura, o que teria feito com que o funcionário lhe tivesse dito que “não podia fazê-lo”, pelo que o aluno terá questionado “se ali não se podia tossir e espirrar” afirmando ainda que esta “não era uma escola de crianças”, defendendo que deveria existir liberdade para que os alunos se pudessem expressar livremente.<sup>10</sup>

De facto, o clima de liberdade para os alunos era extremamente reduzido e sempre que estes tentavam agir de forma mais descontraída eram penalizados ou chamados à atenção para a sua conduta, considerada irresponsável e menos própria para alunos de Belas Artes. Este facto está presente também na descrição de uma situação ocorrida na escola a 26 de abril de 1954, onde um contínuo relata que naquele dia teria encontrado dois alunos do “1º ano de arquitetura, estendidos na relva do jardim”, sendo que imediatamente os teria mandado levantar uma vez que “não podiam lá estar” pois “estragavam a relva”, ao que estes terão prontamente obedecido. Contudo e passado pouco tempo, os mesmos alunos terão voltado a repetir este ato, segundo informações presentes na participação e relatadas ao diretor, o que constituiria uma desobediência grave.<sup>11</sup> Perante estes dados, podemos mais uma vez verificar que o clima escolar não era portanto dos mais favoráveis e os alunos teriam que seguir normas de conduta extremamente apertadas, de tal forma que um dos alunos terá sido acusado por parte de um funcionário, de ter uma atitude “inadmissível” ao colocar um papel na boca de uma das “figuras de gesso” que se encontravam “no átrio da secretaria da escola”. Facto ocorrido a 16 de março de 1966, presenciado pelo próprio funcionário e prontamente encaminhado através de uma participação escrita para o diretor da Escola.<sup>12</sup>

Apesar de tudo, surgem também participações de alunos dirigidas ao diretor da escola, onde estes apresentam a sua defesa em relação a alguma

---

<sup>11</sup> caixa22, pasta nº1

<sup>12</sup> caixa21, pasta nº8

acusação feita por parte dos funcionários, ou mesmo chamando a atenção para situações que consideram injustas ou despropositadas na relação com os professores das respectivas disciplinas, sendo que em todas elas, o tipo de expressão escrita utilizada é sempre extremamente cuidada e cautelosa, para que se procurasse passar uma imagem de responsabilidade e coerência, digna de alunos de Belas Artes. Pretende-se sempre, através do tipo de linguagem utilizada, abordar as situações com um caráter mais diplomático, fazendo com que à partida se procurasse limpar uma possível má imagem existente.

Neste campo, um dos casos a destacar, é o da carta dirigida ao diretor da ESBAL a 18 de maio de 1955 por um aluno, onde este muito respeitosamente apresenta a sua versão de uma situação ocorrida no dia 14 de maio do mesmo ano, na aula de Arquitetura do curso superior, aquando da crítica e discussão dos trabalhos referentes ao concurso de grande composição, facto este que terá ocorrido na presença de vários outros alunos. Assim, este aluno afirmava que o professor que estaria intimamente relacionado com este caso, teria revelado desde início “um estado de irritação anormal” e que teria sido algo rude nas observações que foi fazendo aos trabalhos dos alunos. Explica ainda que terá começado por responder a algumas questões que o professor lhe colocara, argumentando e explicando os seus pontos de vista, sendo que no entanto, o professor o teria começado a tratar de forma deselegante, enervando-se e chegando mesmo a pedir ao funcionário presente na sala que colocasse o aluno fora da aula. O aluno queixoso argumenta ainda não ter entendido esta atitude por parte do docente, uma vez que sempre teria sido correto para com ele e que não percebe porque motivo este terá entendido não ter que lhe dar satisfações sobre as suas ações, não compreendendo ainda esta animosidade do professor para com ele. Tais factos, afirma o aluno, vir-se-iam repetindo desde o início do curso, pelo que o professor lhe teria dito “que o curso era livre e que ninguém era obrigado a ir à aula”, alegando ainda que o aluno vinha gozando inúmeras vezes de “benevolência” da sua parte, uma vez que noutros concursos e graças a ele, o aluno não teria sido desclassificado e consequentemente eliminado.

Como tal, este aluno considerava “antipedagógica” esta atitude entre “mestre e aluno”, existindo segundo ele, uma “latente falta de justiça”, levando-o mesmo a afirmar que o seu caso não era único, não sendo portanto justo que os alunos estivessem “à mercê dos nervos do histerismo e da irracionalidade do professor.” Conclui esta sua

exposição denunciando ao diretor a atitude revelada pelo professor de ameaçar os alunos de represálias nos próximos concursos, apelando portanto ao seu espírito de justiça, rogando-lhe que o professor em causa não tivesse a menor interferência na tese final que iria defender, uma vez que este o perseguiria “implacavelmente” há já algum tempo.<sup>13</sup>

No seguimento deste tipo de situações relacionadas com queixas de alunos sobre as atitudes de professores e numa outra carta dirigida ao diretor por parte de um aluno de pintura do 1º ano, podemos verificar o seu protesto contra as classificações obtidas nos 3 períodos e no exame final da cadeira de desenho arquitetónico. Assim, o aluno alega ter sido notória a má preparação que o professor lhe teria prestado na disciplina em causa, facto que teria levado alguns colegas a incitá-lo a conversar com o docente, uma vez que existia uma grande antipatia para consigo, a julgar pelo ponto de vista da opinião dos restantes colegas. Este aluno afirmava-se ainda espantado com a sua reprovção alegando que os colegas eram testemunhas da forma negativa como era tratado pelo professor, terminando a sua participação com um pedido para que o diretor averiguasse estes factos pois existiam mais queixas contra este mesmo docente.<sup>14</sup>

No que diz respeito às situações em que os alunos apresentavam elementos em sua defesa (no que diz respeito às queixas elaboradas pelos funcionários), temos o caso do documento lavrado por dois alunos e dirigido ao diretor da escola a 8 de junho de 1955, a propósito de uma queixa de uma funcionária sobre atitudes que os alunos terão tido para com ela. Neste documento, os alunos em questão garantem ao diretor não ter praticado os atos de que a funcionária os acusava, afirmando ainda que esta não lhes teria dirigido “qualquer aviso ou intimação” para que saíssem da aula, sendo que tal facto poderia ser provado por “um dos alunos de arquitetura que se encontrava desenhando mesmo junto à porta”, terminando a sua defesa afirmando que estariam certos de que o diretor “não deixaria de fazer justiça”, como aliás reconheciam ser seu apanágio.<sup>15</sup> Apesar de tudo, raramente as explicações dos alunos, defendendo-se das acusações dos funcionários, deram em absolvição dos mesmos nos processos instaurados por parte do diretor, sendo que este dava sempre primazia à versão dos funcionários.

---

<sup>13</sup> caixa22, pasta nº11

<sup>14</sup> caixa25, pasta nº39

<sup>15</sup> caixa22, pasta nº1

No que diz respeito aos professores, também estes se sentiam na necessidade de por vezes mostrar o seu desagrado perante alguma situação ocorrida no espaço escolar. Exemplos deste facto são algumas cartas dirigidas ao diretor, onde os docentes se queixam duma ou outra situação, como numa exposição ao diretor da ESBAL por parte de um professor sobre um desentendimento com outro professor da Escola, em 19 de novembro de 1952. O professor queixoso, afirmava que durante uma aula que ministrava, um colega o teria interpelado no sentido de permitir que os alunos da cadeira de arquitetura assistissem à referida aula, sendo que o primeiro terá respondido negativamente a este pedido, justificando-se com as diretrizes e indicações do diretor da ESBAL que não permitia este tipo de situações na Escola. O queixoso afirma ainda que o outro professor o teria desautorizado perante os seus alunos uma vez que não seguira as indicações do programa escrito pelo diretor, o que fez com que tal facto resultasse no seu abandono da sala, considerando-se assim claramente diminuído perante os alunos que observaram os factos e desrespeitado no desempenho da sua atividade profissional, provando a falta de respeito e de companheirismo existente na escola, no que respeitava à atividade docente.<sup>16</sup>

Noutra circunstância e a propósito de um empréstimo de um determinado livro a um aluno, um professor dirige ao diretor da ESBAL a 11 de fevereiro de 1955 o relato do sucedido onde começa por explicar que tudo terá acontecido na “aula de desenho de figura” quando emprestou um livro a um aluno, livro esse que o mesmo aluno teria afirmado ter-lhe sido “roubado durante a aula”. Explica o professor que não teria dado conhecimento do sucedido ao diretor de imediato, uma vez que ainda tinha tentado “averiguar” junto do aluno o que teria realmente sucedido e quem teria sido o responsável pelo desaparecimento do livro, bem como se o livro “depois de roubado tinha sido vendido”, chegando mesmo o professor a apontar quem seriam os alunos presentes na aula à data do acontecimento, tal como os funcionários que estariam também de serviço naquela aula, para um melhor entendimento dos suspeitos do ato. Pedia então ao diretor que tentasse averiguar o sucedido, não só “pelo carácter do ato” como também pelo “valor do livro (...) que estava esgotadíssimo”, aproveitando ainda a oportunidade para se queixar também do desaparecimento “de uma régua (...) da aula de

---

<sup>16</sup> caixa23, pasta n°9

arquitetura” bem como de outro material didático importante, alegando serem já demasiados casos a merecer reflexão e análise.<sup>17</sup>

No seguimento desta relação entre professores e alunos, surge igualmente uma carta do arquiteto assistente do 1º grupo, a propósito da reclamação de nota de um aluno e dirigida ao diretor da ESBAL a 3 de junho de 1970. Neste documento, o docente defende a sua posição alegando que teria sido bastante benevolente para com o aluno, acabando este por sair beneficiado nas suas classificações de 9 valores em cada um dos períodos de frequência, uma vez que ao longo de todo o ano teria feito “notar ao aluno a fraqueza de qualidade das suas composições.” Sendo que embora o aluno tivesse revelado alguma vontade em melhorar os seus trabalhos, “a falta de qualidade dos mesmos”, poderia “ser atestada no confronto com trabalhos dos restantes membros do curso.” O que só serviria para provar o critério de “benevolência na classificação, em especial para com os mais fracos”, servindo também para dar razão à posição assumida pelo professor, como de resto se veio a verificar.<sup>18</sup>

De facto, não se encontram situações onde tenha sido dada razão às queixas apresentadas pelos alunos e mais uma prova desse facto é o caso da participação de um professor da Escola a 15 de abril de 1952 e dirigida ao diretor, onde se relata que no dia 14 de abril um aluno teria ficado desagrado por ter sido “excluído no concurso de arqueologia”, questionando o professor sobre quando o diretor estaria na escola para poder conversar com ele sobre esta situação. À questão deste aluno, o professor alega ter respondido que o diretor se deslocaria à escola “todos os dias” mas que não saberia as horas a que o faria, pelo que o aluno terá retorquido de forma indignada que “depois não quer o senhor diretor que se escreva nas paredes”, demonstrando um claro desagrado perante quem dirigia a escola.<sup>19</sup>

Num outro patamar de circunstância relativamente a factos ocorridos na Escola de Belas Artes de Lisboa e que nos permite ter mais uma vez a ideia da rigidez das regras vigentes, surge uma informação dirigida ao diretor a 22 de abril de 1952 por parte do secretário da escola onde este relata naquele dia ter estado “um estrangeiro (expressava-se em espanhol) acompanhado de uma rapariga”, que se teria dirigido à secretaria a pedir uma autorização para que pudesse visitar as aulas de Pintura. A este facto o funcionário teria respondido que só com a presença do diretor se

---

<sup>17</sup> caixa22, pasta nº1

<sup>18</sup> caixa25, pasta nº13

<sup>19</sup> caixa22, pasta nº1

poderia conceder uma autorização para o efeito, informando ainda que “o estrangeiro trazia efetivamente uma máquina fotográfica, mas dentro do recinto da Escola não podia ter feito qualquer fotografia”, reforçando ainda a ideia de que nenhum funcionário da escola o terá visto fazer uso da máquina dentro do espaço. Demonstrando a dificuldade que era visitar ou fotografar os espaços da escola.<sup>19</sup>

No que concerne à relação entre os artistas já formados e a própria Escola, é interessante verificar que não existia uma boa relação uma vez que aqueles que outrora eram alunos queriam agora contribuir para ultrapassar as falhas que alegavam terem sido alvo, escrevendo e opinando sobre as falhas existentes. E sobre essa matéria, podemos encontrar uma carta de um reconhecido pintor e dirigida ao conselho escolar da ESBAL, onde este questiona os procedimentos para o provimento de vagas de professor para a escola, sem a existência de qualquer tipo de concurso. Afirmando existirem vários artistas que há muito aguardavam por uma oportunidade para porem à prova as suas capacidades num concurso para professor daquela escola e que não considerava justo que não existissem concursos, contribuindo este facto para que (no seu entendimento) baixasse a qualidade dos recursos humanos da escola. Alegando ainda que a criação de concursos evitaria que a escola parasse de preparar mal “os jovens que ambicionam ser artistas”, dando exemplos das falhas na sua própria formação. Tal como o facto de se ter a oportunidade de se poder “mostrar aos já diplomados que não seriam inúteis ao ensino” e que poderiam contribuir para desenvolver o mesmo.<sup>20</sup>

## **1.2 - Processos de inquirição e relatórios de processos instaurados**

Relativamente a um dos pontos que também importa aprofundar neste estudo, este relaciona-se com o facto de existirem no arquivo vários processos envolvendo alunos, bem como relatórios resultantes de autos instaurados aos mesmos. Neles podemos verificar a existência de informação reveladora e esclarecedora dos inúmeros problemas disciplinares que se poderiam levantar aos alunos que não cumprissem com as regras vigentes na escola. Contudo, surgem ainda documentos relacionados com as

---

<sup>20</sup> caixa22, pasta nº11

condições pedagógicas da Escola e com os problemas de funcionamento com que esta se deparava e que influenciaram em algumas situações o surgimento destes processos.

Assim, no que concerne a processos instaurados, é de salientar o de inquirição de um caso participado ao diretor da Escola por parte de um funcionário relativamente a um aluno. Nesta inquirição o aluno em causa assume ter cometido o ato de colocação de um papel na boca de um modelo de gesso, mas admitindo que a forma como o funcionário o terá repreendido havia sido, “exagerada e despropositada”, afirmando ainda que não retirara o papel que havia colocado na boca de uma das figuras, apenas pelo simples facto do funcionário o ter feito por ele. Por sua vez, ao ser inquirido o funcionário afirmou que apenas teria pedido ao aluno para não ter aquela atitude, sendo que este reagira em “tom jocoso”. Alegando ainda o mesmo funcionário que prova destes factos seriam os outros alunos que se encontravam no local e que poderiam provar o que ali estava expresso, ficando a ideia que em muitas situações, os funcionários se socorriam de testemunhas para sustentar as suas acusações. Testemunhas essas que poderiam mesmo ser alunos que em virtude do clima de algum medo existente, depunham muitas das vezes contra os próprios colegas. Como conclusão a este processo, o inquiridor do mesmo propôs ao diretor da Escola (a 14 de abril de 1966) que fosse aplicada ao aluno em questão a pena de repreensão particular pelos atos cometidos e que afirmava terem sido dados como provados.<sup>21</sup>

Relativamente a relatórios existentes, salienta-se por exemplo o da comissão proassociação da ESBAL sobre a situação pedagógica na escola e que vem corroborar a ideia de como seria difícil e controlado o ambiente estudantil. Neste relatório (sem data) enumeram-se (do ponto de vista dos alunos) alguns dos principais problemas da ESBAL, afirmando-se ainda que este tipo de situações, a manterem-se poderiam provocar uma contínua degradação da qualidade da escola uma vez que se verificava uma “cisão entre os estudantes e a escola – um desinteresse dos estudantes, pela escola” pois estes estariam “sujeitos a mesquinhos regimes de controle.” Ainda de acordo com este relatório, existia também uma tensa relação entre os próprios estudantes, bem como falta de condições de trabalho, deficiências estruturais nos cursos de arquitetura, pintura e escultura. No entendimento desta comissão que era formada essencialmente por alunos, existiam uma série de medidas que deveriam ser colocadas em prática no sentido de se obterem melhorias pedagógicas significativas. Apontando como urgente e

---

<sup>21</sup> caixa21, pasta nº8

necessário, que o professor fosse “o único responsável dentro da sala de aula pelo seu funcionamento” e que cada cadeira tivesse “o seu próprio programa”, devendo também a existir “reuniões mensais professores-alunos” bem como “visitas de estudo e aulas fora da escola”. Tal como todos os exames que fossem marcados, deveriam estar “de acordo com os representantes dos alunos”, sendo que deveria ser “abolido o exame final nas cadeiras práticas” e a biblioteca “organizada com a colaboração de professores e alunos”. Relativamente aos cacifos individuais, estes deveriam ser em maior número e estar presentes em todas as salas de aula, que deveriam também ser aulas “maiores e com melhor iluminação artificial e natural”. Os alunos deveriam ainda dispor de uma “sala de alunos com cantina ou bar” e de “instalações sanitárias mais numerosas” sendo que nas aulas de “oficinas experimentais” deveriam existir “bancos e bancadas” bem como todo o tipo de equipamento necessário à realização dos trabalhos práticos.<sup>22</sup>

No entanto, outra das situações que resultava da elaboração destes relatórios, tinha que ver com a necessidade de se apurarem causas de eventuais danos ao património físico da Escola, bem como em esculturas que serviam de apoio às aulas práticas. Assim, é com natural facilidade que nos deparamos com informação relativa a este tipo de situação, como por exemplo o relatório do processo de inquirição, datado de 16 de fevereiro de 1956 e realizado a propósito da destruição de uma estátua de gesso colocada no piso inferior da Escola por parte de um aluno “do curso especial de arquitetura”. Este relatório é assinado pelo inquiridor encarregue do processo e está relacionado com um facto ocorrido no mesmo mês de fevereiro e participado ao diretor por parte de uma funcionária da escola. E como resumo a este facto, importa referir que instrutor afirmou ter inquirido todas as pessoas “indicadas na participação” e que o aluno visado se teria declarado “o causador da destruição da parte superior da estátua”, adiantando ainda que se teria apurado na inquirição dos vários intervenientes que tal facto sucedera pelo facto dos alunos se encontrarem “de brincadeira jogando a bola e em correrias”, sendo que este facto não teria ficado efetivamente provado. Aconselhando-se portanto o diretor a responsabilizar o aluno em causa, fazendo com que este pagasse o prejuízo causado.<sup>23</sup>

Ainda no campo dos relatórios resultantes de atos cometidos por alunos, temos o caso da deliberação de pena aplicada a um aluno pelo facto de este ter agredido (dentro do edifício da Escola) no dia 2 de abril de 1952 um colega, alegadamente por supor que

---

<sup>22</sup> caixa22, pasta nº1

<sup>23</sup> caixa22, pasta nº1

este “se tinha portado como mau camarada.” De acordo com o instrutor deste processo, tais factos foram dados como provados, o que constituía desde logo uma infração grave “que não deveria ter sido cometida dentro da escola, qualquer que fosse o motivo que a provocasse”, propondo assim ao diretor que este aplicasse uma pena mínima de 30 dias de suspensão ou a exclusão da frequência escolar ao referido aluno. Medidas duras e que serviriam essencialmente de exemplo para todos os demais, para que não se repetissem situações semelhantes e para que uma escola de Belas Artes mantivesse um padrão comportamental de exigência.<sup>24</sup>

Finalmente, o relatório datado de 16 de abril de 1952 e elaborado por um professor (e simultaneamente instrutor), onde este lavrou um processo a um aluno que era “acusado de se haver apoderado de cinco grades de madeira, pertencentes à escola”. O instrutor fez um resumo dos factos, explicando as versões dos elementos envolvidos e que foram inquiridos, considerando que haveria matéria para se propor ao aluno em causa uma “pena de suspensão não inferior a dois meses”, uma vez que o próprio aluno teria considerado que já em anos anteriores se tinha servido “das grades onde estavam as provas de urbanismo realizadas por outros alunos”, assumindo-se este facto como algo recorrente.<sup>25</sup>

### **1.3 - Comunicados, ofícios, atas, avisos e penas aplicadas a alunos**

No que concerne à comunicação entre direção da Escola e alunos ou entre a direção da Escola e funcionários (docentes ou não docentes), pode-se verificar que esta se realizava com alguma frequência, recorrendo-se normalmente a comunicados, ofícios ou avisos, devidamente afixados pelas paredes da Escola.

Relativamente aos comunicados, estes tinham normalmente origem no diretor da Escola e era através deles que este se dirigia à comunidade escolar em geral ou a algum aluno ou funcionário em particular. E era também através deste tipo de procedimentos que se criava o clima de controle e de repressão sobre algum tipo de iniciativas que os alunos pudessem tomar, fora daquilo que a direção achava ser o correto. Assim, um dos exemplos deste facto é o caso do comunicado dirigido aos alunos em 5 de março de 1952, onde estes são informados que alguns colegas não revelavam uma postura digna

---

<sup>24</sup> caixa22, pasta nº6

<sup>25</sup> caixa22, pasta nº6

de alunos de Belas Artes, uma vez que vinham escrevendo “nas paredes da escola” afirmações de caráter político. Perante este tipo de situação, ficava o aviso por parte do diretor a todos os alunos que tais atos poderiam “sofrer pesadas sanções” pois não era aceitável este tipo de comportamento ou de incitamento político, muito menos através da degradação do edifício escolar.<sup>26</sup>

Também num outro comunicado dirigido aos alunos em 5 de março de 1952, por parte do diretor, este dá conhecimento de algumas decisões tomadas por parte da direção da Escola relativamente à questão da disciplina escolar e que tinham como principal objetivo a percepção dos estudantes que todas as regras criadas seriam para seu próprio benefício e para os formar como cidadãos responsáveis. Assim, no comunicado podemos verificar que se começa por referir que “em matéria de disciplina escolar” a escola desejava não ter “motivos para alterar o largo espírito de tolerância” uma vez que no geral os alunos corresponderiam “a esse espírito, comportando-se como pessoas educadas, e de uma dignidade à altura da nobre missão” que de futuro viriam a desempenhar na sociedade portuguesa. Contudo, o diretor alertava também para alguns comportamentos individuais e pontuais que estariam a colocar em causa esse mesmo espírito, revelando (na sua opinião) estas situações “baixo caráter” e acusando os protagonistas de terem atitudes indignas de futuros profissionais de Belas Artes, como fossem as de “garatujar nas paredes e o de destruir os arranjos de higienização.” Com esta ação, o diretor alertava mais uma vez todos os alunos, que poderiam incorrer em sanções disciplinares severas, sendo que a Escola promoveria “o castigo” daqueles que praticassem “os referidos atos”.<sup>27</sup>

No que diz respeito aos avisos, importa referir alguns casos particulares e aos quais poderemos ter acesso numa pesquisa pelo atual arquivo da Faculdade. Por exemplo o aviso do Conselho Escolar da ESBAL e dirigido aos alunos (para que todos pudessem ter acesso às penalizações que os colegas sofreriam), datado de 30 de maio de 1952 e onde estão expressas as sanções a aplicar nomeadamente a um aluno do curso de arquitetura. Neste aviso pode ler-se que o aluno em questão iria sofrer uma “pena de trinta dias e exclusão de frequência escolar” sendo que a um colega seu seria aplicada “a pena de cinco dias de exclusão da frequência escolar.” Como conclusão, é ainda referido neste aviso que a partir da data de publicação do mesmo não poderiam “os alunos indicados, entrar sob qualquer pretexto, no edifício da Escola, até serem

---

<sup>26</sup> caixa22, pasta nº1

<sup>27</sup> caixa22, pasta nº1

cumpridas as respetivas penas”, sendo que assina o documento, o diretor da Escola à data dos factos.<sup>28</sup>

Sendo que se pode dizer que os avisos eram habitualmente uma das formas mais diretas de indicar aos alunos penalizados disciplinarmente, as penas que teriam que cumprir, penas essas que resultavam das deliberações da direção da Escola e que tinham como base acontecimentos ocorridos e relatados por funcionários e/ou docentes. No entanto, os avisos serviriam também como exemplo para os restantes colegas e como fator de dissuasão de futuras ações que revelassem descontentamento, manifesto contra as orientações seguidas pela direção da escola, ações dos professores, etc. E num dos exemplos a que nos podemos socorrer para comprovar este facto é o aviso do Conselho escolar da Escola e dirigido aos alunos a 23 de maio de 1952, onde se informa que o Conselho Permanente da Ação Educativa, “em cumprimento do despacho ministerial de 21 de maio de 1952” tinha deliberado “aplicar a pena de expulsão por um ano de todas as escolas Nacionais aos alunos...” (citam-se os nomes dos alunos), “pena de expulsão por um ano da escola de Belas Artes de Lisboa aos alunos...” (citam-se os nomes dos alunos), “pena de exclusão, por quinze dias, da frequência da Escola de Belas Artes de Lisboa aos alunos...”(citam-se os nomes dos alunos). Ainda se informa que a partir da data de afixação desse aviso, os alunos mencionados não poderiam “sob qualquer pretexto, dar entrada no edifício da escola (...) até serem cumpridas as respetivas penas”, sendo que mais uma vez, assina o documento o diretor da Escola. No fundo, pretendia-se fazer com que aqueles que fossem punidos fossem também afastados do ambiente escolar para que os factos que tinham levado às suas exclusões, não criassem maior instabilidade escolar e não alastrassem a outros alunos.<sup>29</sup> Ainda no que diz respeito à questão dos avisos, podemos encontrar um aviso datado de 30 de maio de 1952 e assinado pelo diretor da Escola onde um aluno é avisado de que não poderia “dar entrada nas suas aulas (...) enquanto não comparecesse” junto da direção para lhe fosse “aplicada a pena (...) sobre indisciplina académica”, para ser penalizado por uma atitude que teria cometido.<sup>29</sup> Finalmente num aviso datado de 9 de junho de 1952 e assinado pelo diretor, pode verificar-se que este dava cumprimento a um despacho ministerial (fazendo assim com que todas as deliberações tivessem uma sustentação legal e conseqüentemente retirasse moral e crédito aos alunos para retorquirem), onde um

---

<sup>28</sup> caixa25, pasta n°24

<sup>29</sup> caixa25, pasta n°24

aluno é avisado para a pena de “quinze dias de exclusão da escola” que o “Conselho permanente da ação educativa” lhe teria aplicado, fruto de uma atitude indisciplinada.<sup>29</sup>

Numa outra vertente desta comunicação entre Escola e alunos e/ou entidades externas à Escola, surgem os ofícios de e para a Escola. Como o Ofício nº148 datado de 28 de abril de 1954 e proveniente do presidente da Direção da Sociedade Nacional de Belas Artes, dirigido ao Diretor da Escola Superior de Belas Artes, onde este apresenta uma situação ocorrida com um grupo de alunos da ESBAL, queixando-se concretamente do comportamento dos mesmos. Neste ofício é feito um pedido ao diretor da ESBAL para que este tomasse medidas relativamente a uma situação que era tida como lamentável e que teria tido lugar no dia 5 de novembro do ano de 1954, quando um grupo de alunos da ESBAL havia requerido a cedência do salão da sociedade para a realização da festa de receção aos caloiros.

O presidente da Sociedade explica ainda as condições excepcionais de que os alunos teriam beneficiado em relação a outros concorrentes ao aluguer do espaço, precisamente por serem alunos da ESBAL, não se justificando portanto a “falta de cumprimento do pagamento dos encargos mínimos estabelecidos”, bem como a falta de resposta ao ofício que lhes tinha sido enviado. É então com um pedido ao diretor da ESBAL de que chamasse à atenção dos alunos em causa, que o presidente da Sociedade termina a sua exposição, alegando ser “muito triste ter de se reconhecer que alunos de uma Escola Superior tenham um procedimento tão incorreto e indigno da Escola que frequentam.” Mais uma vez, a ideia de que os alunos de uma escola onde se formariam artistas, teriam forçosamente que assumir uma conduta séria e irrepreensível.<sup>30</sup>

Ainda durante este mesmo ano de 1954, surge um outro ofício (datado de 25 de junho) redigido pelo Diretor da Escola de Belas Artes de Lisboa e destinado ao Diretor Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, a propósito da promulgação da lei nº2.043 de 1950 que terá reorganizado o ensino superior das duas escolas de belas artes do país. Neste ofício, o diretor da ESBAL começa por realçar a importância que foi dada ao momento de reorganização e de promulgação do novo diploma, apontando no entanto “o problema da demora na publicação do respetivo regulamento” o que originava ainda “bastantes prejuízos e constantes inquietações”, uma vez que o único regulamento vigente datava de 1932. Como tal, o diretor da Escola indicava que um dos principais problemas do ensino se reger ainda por um regulamento antigo, eram as condições de

---

<sup>30</sup> caixa24, pasta nº1

trabalho do corpo docente (que se vinham a agravar com a falta de preenchimento de vagas para o quadro de professores efetivos), bem como “a falta de certos ensinamentos exigidos pelos tempos modernos e a antiquada orientação pedagógica dos cursos” e é aqui que podemos verificar o reconhecimento por parte de quem dirigia a Escola, das fragilidades e lacunas existentes na mesma. Apesar de tudo, sublinhava ainda o “grande espírito de sacrifício que se vinha verificando sempre, em todos os professores efetivos da Escola”, mesmo tendo em conta as dificuldades resultantes do “aumento sucessivo da frequência escolar”, bem como dos problemas pedagógicos aos quais fazia referência neste ofício.<sup>31</sup>

Também a propósito da comunicação entre Escola e Estado, surge o Ofício do diretor da ESBAL ao Diretor Geral do Ensino Superior e das Belas Artes acerca do requerimento que um aluno teria feito a propósito de uma reclamação de classificação obtida. Nesta missiva datada de 15 de setembro de 1958, o diretor da ESBAL explica a situação ao diretor geral, abordando a situação dos 2 assistentes que teriam substituído 2 professores para que as provas se pudessem realizar dentro dos prazos regulamentares, defendendo o critério de classificação dos júris, afirmando que estes só poderiam “ser, como se sabe, o dos respetivos júris – e não o dos candidatos”, dando assim total razão a quem tinha classificado as provas e fazendo transparecer a ideia que a idoneidade dos professores nunca estaria em causa. Afirma ainda que a média dos alunos era tida em consideração mas não obrigava a “que a classificação da prova final” lhe fosse superior. Como conclusão, desmente o candidato afirmando que não seria verdade que o novo cálculo das médias finais de curso o tivesse prejudicado, sendo que no seu entendimento, não teriam “fundamento sério as considerações expostas pelo requerente.” Provando mais uma vez a dificuldade de um qualquer aluno em ver atendidas as suas reivindicações.<sup>32</sup>

No seguimento deste tipo de situações e a provar as poucas possibilidades que os alunos tinham na defesa das suas queixas, encontramos o ofício do diretor da ESBAL e dirigido ao Diretor do Ensino Superior e das Belas Artes em 8 de outubro de 1958, onde este se justifica relativamente ao abaixo assinado enviado pelos alunos e relativo às classificações obtidas nos exames. É referido que os alunos teriam efetuado queixas com base em queixas anteriores, copiando os termos e alegando exatamente as mesmas coisas, daí se justificar a mesma resposta (por parte da direção da escola) que já

---

<sup>31</sup> caixa25, pasta nº44

<sup>32</sup> caixa24, pasta nº3

anteriormente tinha sido dada a outros alunos. O diretor afirma também que uma vez que as médias dos alunos em causa se cifravam entre os 11 e 13 valores, seria seu parecer não haver “qualquer fundamento para se deferir a pretensão dos requerentes.”<sup>33</sup>

Era de facto extremamente difícil um aluno conseguir que a direção da escola desse provimento às suas queixas, uma vez que sempre que as mesmas chegavam ao conhecimento da direção e às reuniões, logo se descobriam trâmites legais não cumpridos ou alegações e acusações pouco sustentadas. Um dos exemplos são as atas de reuniões efetuadas na Escola, onde podemos verificar o caso da ata de uma reunião do júri de exames de arquitetura, datada de 8 de março de 1948 e onde os presentes decidiram manter a classificação de um aluno que se havia queixado, alegando que o aluno não teria cumprido com o que previamente tinha sido estabelecido na prova, ficando portanto sem efeito a queixa que tinha efetuado.<sup>34</sup>

Sendo que relativamente a outros documentos que se enquadram nesta mesma modalidade de relação entre Estado e Escola e que se encontravam intimamente relacionados com as situações de disciplina, temos o caso do documento do Ministério da Instrução pública a definir as regras disciplinares das escolas e as sanções a aplicar aos alunos que cometessem determinadas infrações. De acordo com um decreto do Diário do Governo nº 110, I série, datado de 11 de maio de 1932, e enviado à Escola de Belas Artes através do Ministério da Instrução Pública em 25 de junho de 1954, os alunos desta instituição ficavam sujeitos a várias regras disciplinares e à aplicação de sanções caso não cumprissem as regras estabelecidas, sendo que caberia aos “senados universitários, concelhos universitários, concelhos escolares e aos diretores de classe”, a consequente definição dos insurgentes e a aplicação de sanções aos mesmos.

Eram então consideradas infrações disciplinares “todo o tipo de atos ou omissões contrárias aos deveres dos alunos, designadamente a prática de atos de manifesta hostilidade contra o poder executivo, ofensivos da boa ordem e disciplina académica e a inobservância das ordens superiores a que estiverem sujeitos.” De acordo com este documento, as penas disciplinares aplicáveis aos alunos infratores variavam da seguinte forma: “repreensão dada particularmente pelo diretor da faculdade; repreensão dada perante o conselho da faculdade; exclusão da frequência por um período não superior a um ano; exclusão da frequência por um período superior a um ano e inferior a três anos; exclusão da escola por um período superior a três anos; exclusão definitiva de

---

<sup>33</sup> caixa24, pasta nº4

<sup>34</sup> caixa25, pasta nº13

todas as escolas nacionais.” Sendo que relativamente às circunstâncias que poderiam ser tidas em conta no que concerne às agravantes das infrações disciplinares, tínhamos: “a premeditação; o ser cometida coletivamente ou de combinação com outros; ou o facto da infração ser cometida durante o período escolar; acumulação de infrações; a reincidência.

Por outro lado, eram entendidas como atenuantes as seguintes circunstâncias: “o bom comportamento anterior; o bom aproveitamento dos estudos, comprovado por classificação média superior a 15 valores; a confissão espontânea da infração.” Apesar de tudo, as penas a aplicar nunca poderiam ser impostas sem que os alunos apresentassem a sua defesa, tendo sempre estes a possibilidade de serem ouvidos pelos respetivos órgãos que os iriam julgar, para que assim se sentissem também protegidos no seu direito ao contraditório. No entanto, ao pesquisarmos nos inúmeros documentos do arquivo, não se encontra nenhum tipo de informação onde um aluno tenha sido despenalizado e/ou ilibado.<sup>35</sup> E no seguimento deste documento, é interessante analisar a listagem de penas aplicadas a alunos da ESBAL através de despacho ministerial e datado de 15 de outubro de 1965 onde existem alunos com penas de exclusão de todas as escolas nacionais durante dois meses, seis meses e até mesmo dois anos. Existem ainda alunos com penas de exclusão da frequência da escola a que pertence por trinta, trinta e cinco ou por quarenta dias. De acordo ainda com este despacho, “as penas de exclusão de todas as escolas nacionais” eram de aplicação imediata, sendo que e “as de exclusão da frequência da escola a que os arguidos pertencem” seriam para aplicar a partir de 2 de novembro de 1965.<sup>36</sup>

#### **1.4 - Abaixo-assinados e inquéritos realizados a alunos**

Muitas das situações que naturalmente resultavam na elaboração de comunicados, ofícios, avisos... tinham origem em abaixo-assinados que os alunos realizavam e que endereçavam ao diretor da Escola queixando-se de alguma situação, ou realizando algum pedido. Esta era uma forma que estes muitas das vezes encontraram para expressar as suas opiniões ou para apresentar uma queixa (normalmente em grupo), uma vez que as queixas individuais, raramente tinham

---

<sup>35</sup> caixa25, pasta nº44

<sup>36</sup> caixa25, pasta nº24

provimento. Julgando assim terem mais possibilidades de verem os seus intentos alcançados.

Apesar disso, surgem também documentos abaixo-assinados intimamente relacionados com situações políticas ou de outra índole, como o caso de um abaixo assinado onde vários alunos se manifestam contra a autorização do diretor da escola em permitir a realização de uma conferência de caráter político, que iria ser levada a cabo por uma “entidade” considerada “estranha” por estes alunos. No entender dos signatários, com a realização desta conferência poderia “ser prejudicada a boa ordem dentro do edifício (...) e o bom andamento dos trabalhos escolares” uma vez que muitos dos estudantes não partilhavam aqueles ideais e naturalmente poderiam reagir de forma menos positiva, bem como pelo facto de serem da opinião que numa escola não se deveria permitir este tipo de manifestação política de forma organizada.<sup>37</sup>

No que concerne a questões relacionadas com a obtenção de classificação e apreciação de exames (tema frequente das queixas dos alunos), surgem alguns documentos como é exemplo o abaixo assinado datado de 4 de julho de 1935 e dirigido ao presidente do conselho escolar da ESBAL, onde um grupo de alunos pedia a revisão e classificação dos exames de frequência da cadeira de arquitetura, por considerarem que o seu esforço não teria sido reconhecido, bem como a forma arbitrária e caprichosa que consideravam terem sido avaliadas as suas provas. Sendo que apesar destes factos relatados pelos queixosos, o conselho que apreciou este documento, resolveu por unanimidade indeferir o pedido destes alunos, alegando não existirem factos que sustentassem tais afirmações, mantendo assim as classificações e defendendo os elementos do Júri em causa.<sup>37</sup>

Ainda relacionada com esta questão das avaliações, surge mais um abaixo assinado por parte de um grupo de alunos, datado de 4 de agosto de 1956 onde estes apresentavam a sua reclamação contra as classificações do júri que teria classificado as provas finais da cadeira de arquitetura, 3ª parte. Os signatários sentiam-se naturalmente prejudicados e injustiçados pela exclusão dos seus trabalhos, chegando mesmo a afirmar que não se teria seguido “um critério de igualdade”, verificando-se portanto “uma discrepância nos resultados de apreciação”, uma vez que o júri teria aprovado “trabalhos a que faltavam peças ou cujas peças estavam incompletas” em detrimento de outros que se encontravam em perfeitas condições. Ora, segundo o que alega este grupo

---

<sup>37</sup> caixa22, pasta nº8

de queixosos, os elementos do júri teriam decidido as classificações “esquecendo-se das regras de apreciação objetiva”, acabando por cair ainda em “apreciações jocosas sobre os trabalhos”, inferiorizando os autores dos mesmos. Como tal, pediam ao diretor que se dignasse mandar rever todas as provas a fim de se apurar toda a verdade acerca deste caso. Revisão essa da qual não se encontram registos nem provas evidentes que tenha sido realizada.<sup>38</sup>

No entanto, esta era sem dúvida uma questão que mobilizava vários grupos de alunos, acabando por levantar sempre grandes dúvidas e suspeições acerca dos critérios de correção e apreciação de provas por parte dos diversos elementos dos júris. Sendo que sempre que chamado a decidir sobre estas matérias, o diretor dava total benefício da dúvida aos jurados. E tal facto, encontra-se expresso em mais um abaixo assinado dirigido ao Diretor da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa a 4 de agosto de 1958 por parte de um grupo de alunos do 4º ano do curso especial de Arquitetura. Onde a reclamação se encontrava relacionada com as classificações do júri que presidira aos exames finais da cadeira de Arquitetura, 3ª parte. Sentindo-se os alunos prejudicados por terem visto os seus trabalhos excluídos, ficando obviamente injustiçados com este facto, uma vez que alguns eram “alunos bem classificados anteriormente” e que tinham a convicção que os trabalhos por eles apresentados não eram “inferiores a outros que mereceram aprovação.” Afirmando ainda que o tema dos exames exigia que os alunos tivessem conhecimentos em disciplinas que estes não tinham frequentado, prejudicando assim a obtenção de bons resultados por parte dos mesmos. Bem como a forma desigual como se teriam classificado as provas, havendo trabalhos aprovados aos quais “faltavam peças ou cujas peças estavam incompletas”, não obedecendo assim o júri aos dados exigidos inicialmente. Como conclusão, estes alunos alegam ainda que a “brevidade com que foram publicados os resultados” teria sido “forçosamente apressada” se tivéssemos em conta “o número avultado de trabalhos e a sua importância”, queixando-se também das atitudes dos elementos do júri, acusando-os de terem “apreciações jocosas sobre os trabalhos”. Por todos estes motivos pretendiam que o diretor ordenasse “uma revisão de todas as provas – admitidos e excluídos.”<sup>39</sup>

Num dos exemplos de desagrado em relação às classificações de exames, na circunstância o abaixo assinado dirigido ao Diretor da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa em 7 de agosto de 1958, podemos verificar uma situação onde vários alunos

---

<sup>38</sup> caixa25, pasta nº13

<sup>39</sup> caixa24, pasta nº8

do 3º ano do Curso Especial de Arquitetura se queixam das classificações do Júri que presidira aos exames finais da cadeira de arquitetura. De acordo com estes alunos, o referido júri não teria “obedecido a um critério justo, prejudicando os signatários” uma vez que “tendo concorrido às provas finais cerca de 40 alunos, foram reprovados 10”, o que constituía para estes alunos uma forte desigualdade pois ter-se-ia notado uma “discrepância na apreciação dos trabalhos.” E de acordo com opinião dos queixosos, “o júri não teria feito uso “de uma única forma objetiva de classificação, mas de várias”, motivo que por si só justificaria e legitimava as reclamações que apresentavam. Como tal, os signatários solicitavam mais uma vez ao diretor da Escola que se dignasse a “ordenar uma revisão de todas as provas.”<sup>40</sup>

Por conseguinte, de acordo com a realização desta pesquisa, é interessante verificarmos que as respostas que eram dadas a estes abaixo-assinados raramente eram em favor dos queixosos, como é disso exemplo a resposta do presidente do Júri de Exames, dirigida ao Diretor da ESBAL a 20 de agosto de 1958 e referente ao abaixo assinado elaborado pelos alunos que teriam realizado exame a 7 de agosto de 1958. Nesta carta, o presidente do Júri procurava esclarecer alguns pontos que considerava importantes e que acima de tudo poderiam provar que a reclamação do grupo de alunos signatários do abaixo assinado era completamente infundada. Assim, o presidente começa por afirmar que “11 alunos tinham ido a exame final com média de 10” sendo que a percentagem de 13 reprovações num total de 40 alunos constituía-se como “absolutamente normal em aulas práticas de cursos Superiores”, indicando ainda que ao contrário do que teria sido afirmado pelos signatários, de que os alunos reprovados seriam alunos bem classificados, “apenas 2 alunos” teriam ido a exame “com médias de 11 e 12 valores”, sendo que em relação aos prazos estabelecidos para realização dos exercícios pedidos, estes se fixavam nos mesmos prazos dos exames de anos anteriores. E como conclusão, o presidente do júri afirma que os queixosos teriam ignorado o facto “dos júris ao classificarem os trabalhos escolares”, terem “de tomar em consideração muitos outros fatores de ordem pedagógica e por vezes os antecedentes dos alunos de forma a poderem tomar o necessário conhecimento da sua evolução e aproveitamento”, sendo ainda que o júri nunca teria resolvido “fazer uma verificação comparativa das

---

<sup>40</sup> caixa25, pasta nº24

provas, mas sim, na intenção de satisfazer o desejo manifestado por alguns alunos, dar uma explicação direta a cada um em face dos seus trabalhos.”<sup>41</sup>

A provar ainda que em muitas das vezes os alunos abdicavam de se queixar à direção da escola (uma vez que raramente as suas queixas eram atendidas e uma vez que documento após documento verificavam a inutilidade desta medida) estão os casos onde os abaixo assinados eram dirigidos diretamente ao Ministro da Educação Nacional, como é o caso do abaixo assinado datado de 30 de agosto de 1958 por parte de um grupo de alunos do 3º ano do curso especial de Arquitetura da ESBAL onde estes reclamam contra “as classificações do júri dos exames finais da cadeira de Arquitetura, 2ª parte.” De acordo com este documento, os signatários queixar-se-iam das “10 reprovações em 40 alunos” que teriam concorrido a exame, sendo que nas suas opiniões, não teria sido “usado um critério de igualdade, o que deu azo a que se notasse discrepância na apreciação dos trabalhos”, parecendo-lhes ainda que o júri não teria assumido “uma única forma objetiva de classificação, mas várias.” Perante estes factos os alunos solicitavam ao Ministro que se dignasse “ordenar uma revisão de todas as provas.” Ficando aqui bem presente a necessidade que os alunos tinham em encontrar alguém que desse algum provimento às reivindicações não atendidas ao nível diretivo escolar.<sup>42</sup>

Relativamente à opinião geral dos alunos acerca da escola, esta encontra-se expressa através da análise dos resultados ao inquérito realizado (por parte da comissão pró associação da ESBAL aos alunos a 11 de março de 1963), acerca dos principais problemas existentes na escola e onde podemos verificar que estes revelavam um descontentamento geral face às condições de trabalho a que estavam sujeitos. Por conseguinte, dos alunos que responderam a este inquérito (num total de 276, cerca de 61,2% da comunidade estudantil à época e representando todos os cursos existentes na escola, como Pintura, Arquitetura e Escultura), cerca de 90,9% não se encontrava de acordo com o facto da marcação de exames ser realizada sem a consulta prévia aos alunos, proporcionando assim que estes fossem apanhados totalmente de surpresa com os prazos estabelecidos e não tivessem tempo para se preparar, o que automaticamente se iria refletir nas classificações obtidas. Outro dos fatores apontados pelos alunos para a manutenção da instabilidade em termos de ambiente escolar prendia-se com o exercício do poder (que consideravam excessivo e abusivo) por parte dos funcionários

---

<sup>41</sup> caixa24, pasta nº1

<sup>42</sup> caixa24, pasta nº4

da Escola. Sendo que 91,7% dos alunos que terão respondido a este inquérito não concordava com o facto de ser da competência dos contínuos a marcação das faltas dos alunos, bem como do facto de serem também os contínuos a fazer o controle disciplinar das ações que os alunos teriam no espaço escolar, cotando-se em 97,8% a percentagem de alunos que discordava desta prática, criticando-a.

No entanto, apesar da fácil percepção dos principais problemas que estariam na origem de mau ambiente escolar, este inquérito não se apresentava apenas como um mero indicador negativo dos problemas existentes na Escola, revelando também uma preocupação em abordar algumas questões que levassem os inquiridos a apontar aquelas que poderiam ser as soluções ou ideias para tentar melhorar o contexto escolar. Assim, como possível solução para este tipo de problemas, 95,6% dos alunos inquiridos considerava importante a existência de um organismo representativo dos estudantes na escola (uma vez que não havia associações de estudantes), capaz de defender os reais interesses dos alunos e as suas reivindicações (junto daqueles que detinham o poder), bem como a apresentação de propostas resistentes aquilo que muitas das vezes consideravam injusto. No fundo, aquilo que os jovens estudantes da altura defendiam era a criação de associações de estudantes devidamente organizadas e dentro do quadro legal, para que o estudante não se sentisse só e desapoiado face às situações com que diariamente era confrontado e face às penalizações que diariamente era alvo, fazendo com que se sentisse muitas das vezes sozinho e desprotegido.<sup>43</sup>

### **1.5 - Requerimentos e Cartas para o Ministério**

Uma das vertentes onde muitas das vezes poderiam estar consubstanciadas as queixas dos alunos, dos seus pais ou familiares, bem como dos próprios professores, está relacionada com as cartas dirigidas ao Ministério e ao Diretor Geral do Ensino das Belas Artes. Estas cartas eram documentos que pareciam surgir como último recurso dos queixosos em relação a situações vividas na Escola, esgotadas que estavam todas as possibilidades de recurso às suas instâncias diretivas e após verem frustradas as suas pretensões em relação às situações que apresentavam. No entanto, surgem também cartas dirigidas ao ministério, por parte da cúpula diretiva da escola, dando conta de

---

<sup>43</sup> caixa21, pasta nº6

algumas situações que poderiam colocar em causa o normal funcionamento da mesma. Sendo que para atestar a veracidade deste facto podemos fazer uso das várias missivas encontradas nesta pesquisa realizada no arquivo.

Um dos exemplos, que resulta da falta de condições da Escola, encontra-se expresso na carta do subdiretor da ESBAL em 15 de dezembro de 1947 e dirigida ao Diretor Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, onde este se queixa da “falta de espaço e sobretudo do grande número de alunos em certas aulas, que não permite a eficiência do ensino e de que poderá resultar grande percentagem de reprovações”, fazendo-se assim uma alusão clara à incapacidade da direção de resolver os problemas inerentes a este excesso de alunos por aula. Ainda nesta sua carta, o subdiretor avançava com a possibilidade de se poderem aproveitar as verbas orçamentais remanescentes para se contratarem professores extraordinários, “no sentido de melhorar as condições do ensino” e no sentido de fazer face à crescente contestação que se fazia sentir no seio da comunidade educativa. No fundo, esta carta poderá ser entendida como um alerta lançado por parte da direção da escola acerca dos problemas existentes, mas também a assumpção da falta de autonomia e de liberdade necessárias e suficientes para os conseguir resolver.<sup>44</sup>

Não obstante, também os familiares de alunos que frequentavam a escola se sentiam na necessidade de apelar às altas instâncias Governamentais que tutelavam a instituição, uma vez que sentiam que só assim poderiam obter uma resposta clara e conducente aos problemas por eles apresentados, bem como uma melhor educação para os seus, pois aos próprios alunos poucas vezes seria dada a razão. Assim, na carta dirigida ao Ministro da Educação Nacional a 28 de junho de 1949, por parte do pai de aluno do último ano do curso especial de arquitetura, este começa por revelar o seu profundo desagrado e mal estar ao estar a apresentar uma queixa sobre um professor, no seguimento daquilo que considerava ser “uma violência” a que o seu filho estaria sujeito. Afirmando ainda que sempre se habituara a respeitar os professores que havia tido enquanto aluno, recordando-os sempre com “reconhecimento e saudade enterneçada”, contudo, apesar de ter perfeita consciência dos possíveis efeitos deste seu ato, não poderia deixar de expor a situação ao Ministro.

Como tal, começa por explicar que o seu filho não teria sido “admitido a exame final da 8ª cadeira (construção, salubridade das edificações)” por não lhe ter sido

---

<sup>44</sup> caixa25, pasta nº39

“conferida por parte do professor a média necessária” para o efeito. Alegando que as classificações obtidas pelo seu filho ao longo dos 3 períodos escolares, “não lhe permitiram atingir o mínimo de pontos exigidos para a admissão ao exame” sendo que atribuía este facto ao “propósito deliberado do professor de fazer perder o ano ao referido aluno”. Quanto às atitudes do professor em causa, afirmava que desde o início do ano escolar que este só terá tido para com o seu filho “modos truculentos e até ofensivos, recusando-se (...) a prestar-lhe quaisquer esclarecimentos”, o que indiciava portanto “o manifesto propósito de desnortear o aluno, desgostando-o, enervando-o (...) criando nele um complexo de inferioridade que acabaria fatalmente por inutiliza-lo (...) facto que pode ser testemunhado por todos os companheiros da classe.”

Queixa-se da perseguição de que o seu filho teria sido vítima desde o início do ano, sendo constantemente alvo de críticas por parte do professor, nomeadamente em relação à forma como não se aplicava nas aulas ou como menosprezava a matéria, o que fazia com que o aluno regressasse a casa visivelmente nervoso, pois ser-lhe-iam exigidos “conhecimentos que ele não podia ainda possuir naquela altura”. E ainda de acordo com a sua opinião, este professor não se pautava por ser “um mestre exigente” pois as provas que habitualmente classificava, podiam depender exclusivamente das suas “variações de humor” bem como do facto de ser importante que qualquer aluno não tivesse caído “na sua antipatia” caso contrario estes poderiam vir a ter problemas. Defende também o seu filho afirmando que este seria um aluno com “altas classificações obtidas nas demais disciplinas” e que era perfeitamente normal que se sentisse “perseguido” por parte deste professor, uma vez que este se vinha revelando cada vez mais “implacável”, ainda que não fosse a primeira vez que revelava um “feitio perseguidor e rancoroso”. Já no que concerne ao carácter do professor, este pai afirmava que este seria “um homem nefasto e perigoso” no cargo que desempenhava sendo que aos alunos de nada lhes serviria o estudo ou aplicação nas aulas, solicitando portanto ao ministro “justiça” para que o seu filho não tivesse que repetir a cadeira exatamente com o mesmo professor, pois poderia ser novamente vítima “do seu rancor” e da sua má fé.<sup>45</sup>

No seguimento desta questão relacionada com a reclamação de notas, surge o também um requerimento dum aluno finalista de arquitetura, lavrado a 8 de setembro de 1958 e dirigido ao Ministro da Educação Nacional onde este solicita uma equiparação de critérios sobre a sua prova de acesso ao diploma de arquiteto. Apesar de ter tido a

---

<sup>45</sup> caixa28, pasta nº2

classificação de 15 valores, o aluno afirmava não se encontrar satisfeito com a classificação final que havia obtido uma vez que esta estaria a “condicionar enormemente o acesso a muitos cargos de qualquer carreira profissional” e a prejudicá-lo no exercício das funções para as quais se tinha habilitado. Denunciava portanto este caso e afirmava que a alteração dos cálculos de aferição das notas finais de curso, o teriam penalizado bastante, bem como o facto da prova ter sido classificada por um júri constituído por “um professor e dois assistentes”, o que aparentemente se afigurava contrário ao que se encontrava “estipulado nas legislações”.<sup>46</sup>

Já o requerimento elaborado por um aluno do curso especial de arquitetura e dirigido ao Ministro da Educação Nacional em 5 de julho de 1970 merece especial atenção uma vez nesta situação se encontra em causa um pedido de revisão de provas de frequência da cadeira de arquitetura (4ºano) pois o requerente considerava injustas as classificações face ao critério usado para os trabalhos de outros alunos. De referir ainda que anteriormente este aluno tinha já feito um pedido de revisão ao diretor da ESBAL, pedido este que tinha sido indeferido. Como tal, nesta sua exposição ao Ministro o aluno afirmava que o professor em causa se pautava por ser um “jovem assistente com dois anos de serviço, escolhido contra os critérios de muitos entendidos” e que já anteriormente tinha tido alunos que não lhe reconheciam “qualidades para o cargo.” O aluno criticava ainda a atitude do diretor da ESBAL, de quem acusou de não ter agido com imparcialidade neste caso, afirmando também que o assistente da cadeira “poucas vezes visitou as aulas (...) nada ensinou (...) e nem valia a pena ir às aulas e só se comparecia para não haver perda de ano por faltas (...) o senhor assistente autorizava o trabalho em casa.”

Alegava não depender de um diploma uma vez que se encontraria bem lançado na sua carreira profissional contudo, na sua opinião o aluno “pagava as suas propinas para ser ensinado e não para prestar somente provas para classificação”, sentindo-se defraudado pois o professor que não apontasse os erros e não ensinasse a maneira de os eliminar prejudicaria os alunos. E ainda por forma a dar ainda mais ênfase à sua ideia, este aluno apresentava uma espécie de resumo daquilo que teria sido o ensino na referida cadeira, apontando as falhas que no seu entender sustentavam a tese de que o professor não teria sido competente e profissional. Entre as várias questões apontadas salientam-se as várias faltas do professor, os trabalhos feitos em casa por parte dos

---

<sup>46</sup> caixa24, pasta nº3

alunos, as palestras de ocasião, a falta de rigor com que o docente teria tratado de processos de exame e das aulas, lamentando que não se perceba ao certo o que terá alegado em sua defesa perante o diretor para que este indeferisse o seu pedido de revisão das provas. Afirmando mesmo que a realidade talvez estivesse “em contradição com os factos” ou os professores pensassem que não tinham “que convencer os alunos.” Termina com uma crítica ao diretor da escola por se apoiar apenas numa informação de um professor, apesar de estar a par de todos os factos, lembrando que terão havido cadeiras com exame final que nem aulas teriam tido, sendo que no seu entender, toda esta exposição ao senhor ministro seria desnecessária se o diretor da escola tivesse revelado alguma isenção neste como em outros processos.<sup>47</sup>

## **1.6 – Relatórios elaborados pela direção da Escola**

Uma das práticas comuns (por parte da direção da Escola) ao longo de vários anos letivos foi a publicação de relatórios anuais de atividades. Relatórios esses que continham uma espécie de resumo das práticas realizadas na escola, como exposições de alunos, classificações obtidas, ou textos escritos por professores ou artistas já formados e com um estatuto profissional importante. Eram designados como boletins, encontravam-se ao abrigo do cumprimento do nº 9 do art. 114º do decreto nº 41363 de 14 de novembro de 1957 e serviam muitas das vezes para dar a conhecer a toda a comunidade educativa, tudo aquilo que de importante tinha acontecido ao longo do ano, perspetivando desde logo o ano letivo seguinte, contendo ainda algumas fotografias que serviriam para ilustrar um pouco os temas que eram abordados. No entanto, estes boletins poderiam também ser vistos como uma oportunidade única de fazer chegar às mais altas instâncias educativas nacionais (tal como à restante comunidade educativa escolar), a informação de algumas das situações com os quais a escola se debatia anualmente e das dificuldades que teria para as ultrapassar. E é essa mesma informação que se encontra presente em alguns números destes boletins, onde os textos publicados por parte da direção da Escola, vêm ao encontro de algumas situações em análise neste estudo.

---

<sup>47</sup> caixa25, pasta nº13

Assim, analisando os vários números dos boletins da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, podemos verificar que no relatório do boletim nº2, referente ao ano letivo 1957-1958 e elaborado pelo diretor da escola em exercício na altura, é referido o facto de existir uma contínua falta de condições da escola. Uma vez que apesar desta ter sofrido inúmeras obras, nomeadamente desde o tempo em que albergava a academia, não possuía ainda as condições consideradas dignas, principalmente ao nível das salas de aula e da higienização, uma vez que “a falta de espaço” vinha-se “agravando, dado o número crescente de matrículas”. Avançando ainda o diretor com uma ideia que procurava não só tranquilizar alunos e professores, como apelar à sensibilidade do Ministério, lembrando que se previam “novas e amplas instalações, a construir na cidade universitária”.

Ou seja, se por um lado o diretor procurava focar alguns dos aspetos que estariam a contribuir para a degradação da qualidade do serviço prestado pela escola, alertando assim quem de direito, por outro procurava transmitir a estudantes e funcionários que estava atento e que se encontrava empenhado em resolver todas estas situações menos positivas. Sendo que apesar de tudo, no relatório elaborado pelo diretor da escola e referente ao ano letivo 1959-1960, se voltaria a abordar o tema da falta de condições da escola, chegando mesmo a dizer-se que se teria agravado o “problema da falta de espaço, em consequência do número crescente de novas disciplinas postas a funcionar”.<sup>48</sup> O que nos poderá levar também a concluir que a direção da escola tinha perfeita consciência das dificuldades inerentes à falta de condições físicas da mesma, embora por vezes não aceitasse as reivindicações dos alunos em relação a esta matéria.

No entanto, esta questão da falta de condições existentes na escola, perante o excessivo aumento da frequência escolar, não teria sido alvo das preocupações ministeriais uma vez que no boletim nº 3 da Escola Superior de Belas Artes, publicado no ano letivo 1960-1961 e consequentemente elaborado pelo diretor da escola de então, encontrava-se explícito mais uma vez que “com o referido aumento da frequência escolar” teriam aumentado “as dificuldades já verificadas no ano anterior, relativas não só ao reduzido número de salas, mas à limitada capacidade da maioria delas.” Sendo que se esperava “conforme se solicitou

---

<sup>48</sup> boletim da ESBAL nº2, P.28

superiormente, que no ano letivo próximo a dotação orçamental respetiva possa corresponder melhor às necessidades do ensino.”<sup>49</sup>

Outra das situações abordadas num artigo elaborado pelo diretor da escola, no ano letivo 1961-1962 e constante do boletim nº 4 da Escola Superior de Belas Artes, teve que ver com situações relacionadas com alunos e com as suas atitudes. Mais uma vez o diretor aproveitava a oportunidade para publicamente “lamentar, apenas, terem nove alunos do Curso de Arquitetura, e outros por eles aliciados (de entre os do primeiro ano do curso de Pintura), promovido a publicação de críticas injustas e sem fundamento, ao ensino ministrado na Escola.” Não deixando ainda de registar “que os mesmos alunos assim procederam, como instrumento de organismos e indivíduos que costumam praticar política subversiva, sob o disfarce de defensores do interesse artístico nacional.”<sup>50</sup> O que constituía desde logo uma crítica pública e acérrima ao modo de agir de alguns alunos na escola, podendo ainda servir estas palavras não só como chamadas de atenção aos visados, como elemento dissuasor de eventuais atitudes semelhantes. Estando mais uma vez bem patente a dificuldade com que os alunos se deparavam em encontrar vozes que os defendessem perante eventuais posições que tivessem assumido.

Assim, é com alguma naturalidade que encontramos expresso neste boletim nº4 algumas das diretrizes que passariam a constar do regulamento disciplinar da Escola e que eram dadas a conhecer pelo Diretor, através de sustentação em despacho ministerial. Uma vez que parecia mais importante resolver as situações envolvendo diretamente as queixas e reivindicações dos alunos, que propriamente a falta de condições físicas da Escola, tal o ênfase e importância que era colocada sobre “a promulgação do decreto lei n.º 44 357” onde se encontrava expresso que poderia “o Ministro da Educação Nacional (sem prejuízo da competência atribuída por lei a outras entidades) ordenar procedimento disciplinar contra alunos das escolas dependentes do Ministério”, ou até mesmo “nomear livremente instrutores e aplicar, mediante parecer do Conselho Permanente da Ação Educativa, qualquer das penas previstas pela legislação respetiva, podendo ser temporária a pena prevista no n.º6 do art.º 3.º do Decreto n.º 21 160, de 1 de abril de 1932.”<sup>51</sup> Como

---

<sup>49</sup> boletim da ESBAL nº3 P.10

<sup>50</sup> boletim da ESBAL nº4; “Da vida da Escola”; P.45

<sup>51</sup> boletim da ESBAL nº4; P.48

tal, de acordo ainda com o Decreto do Governo 1ª série nº115 de 21-5-1952, toda a comunidade educativa escolar ficaria a saber através do que se encontrava expresso neste boletim, que “os alunos arguidos em qualquer processo disciplinar” poderiam ser, “sob proposta do instrutor e mediante despacho da entidade que mande instaurar o processo, suspensos imediatamente da frequência das aulas”.<sup>51</sup> Sendo ainda que a “suspensão preventiva das aulas” implicaria a imediata “suspensão de quaisquer direitos ou regalias que o arguido” possuísse “na qualidade de aluno”.<sup>51</sup> Acrescendo-se ainda o facto da suspensão em causa poder ser “imposta por prazo não superior a 90 dias, mas prorrogável por períodos de igual duração”.<sup>51</sup>

No fundo, torna-se perceptível que mais uma vez as questões relacionadas com a disciplina na Escola eram mais valorizadas que a própria falta de condições da mesma, podendo facilmente encontrar-se mais informação e mais respostas sobre esta matéria (principalmente a nível ministerial), do que a propósito das solicitações do diretor para que se tentasse resolver os problemas relativos ao excesso de alunos por aula ou ao aumento exponencial do número de matriculas. E tal facto encontra-se comprovado, através da tomada de decisão da direção da Escola, que após ter efetuado vários pedidos ao Ministério e perante a falta de respostas, se viu na necessidade de mandar “fazer obras no edifício”. Uma vez que “com o crescimento da frequência escolar”, ter-se-iam agravado “todas as deficiências resultantes da falta de espaço.”<sup>52</sup>

---

<sup>52</sup> boletim da ESBAL nº8, ano letivo 1965-1966; P.35)

## II. LIVRO DE RECLAMAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES

---

### **2.1 Queixas dirigidas a professores e à direção da Faculdade e queixas relativas à falta de condições da Escola**

Para além da pesquisa realizada no atual arquivo da Faculdade de Belas Artes que se baseou essencialmente na leitura de documentos históricos (que remontam particularmente aos tempos de formação da ESBAL e aos anos que lhe seguiram), importa perceber qual a evolução que se tem verificado relativamente às questões relacionadas com a queixa, a reclamação ou expressão de um sentimento de injustiça ou de revolta perante determinadas situações por parte de alunos, professores e até mesmo funcionários e para isso torna-se necessária a análise de documentação análoga. Existirão queixas que se possam considerar comuns ao passar dos anos e à evolução não só da própria escola como da sociedade civil e política? Ou até mesmo da classe estudantil? Será que aquilo que motivava os estudantes no passado, no sentido de reivindicarem os seus direitos ainda é o mesmo que os motiva hoje a fazê-lo? As formas de se queixarem serão as mesmas? E os funcionários? Terão perdido importância ou estarão com os seus poderes reforçados? E as condições da Escola? Melhoraram ou têm vindo a degradar-se? E os professores? Que opinião há sobre eles? São perguntas às quais procurarei obter resposta através da análise à pesquisa realizada ao livro de

reclamações existente na Associação de Estudantes da Faculdade de Belas Artes, livro esse que tem servido (desde 2006) para que os alunos escrevam e arquivem as queixas ou lamentos que têm a fazer, essencialmente de algo que esteja relacionado com a instituição escolar ou com as aulas que frequentam e que serve essencialmente para ser lido por outros colegas e não para ser visto ou mostrado a alguém da direção da Escola.

Assim, podemos verificar que as reclamações / queixas encontradas neste livro vêm ao encontro da maioria das questões anteriormente referidas nas reclamações do arquivo da Faculdade, havendo no entanto algumas alterações relativamente aos temas que preocupam a atual classe estudantil e que não se encontram tão presentes nos estudantes do passado, desde logo o facto de não se valorizar a existência de associações de estudantes como garante da defesa do aluno. Por conseguinte, uma das matérias que se repete ao longo dos anos está relacionada com a sobrelotação das salas de aula nas diferentes disciplinas, sendo que alguns alunos afirmam não existirem lugares sentados para “pelo menos metade dos alunos”, chegando-se mesmo ao ponto de muitos deles terem que ter aulas “sentados no chão”. Por sua vez, um aluno do 4º ano de Design de Equipamento, afirma serem “ridículas” as condições de trabalho para os cursos de Design de Comunicação e Design de Equipamento, uma vez que os núcleos de trabalho apenas serão utilizados “como meras arrecadações”, faltando meios audiovisuais mais capazes bem como locais onde armazenar os trabalhos e materiais. Esta aluno afirma ainda ter passado praticamente um ano letivo a ter aulas sentado no chão da sala (tal como vários outros colegas) por falta de cadeiras para os alunos da turma. Tal como estas, encontram-se ainda mais queixas sobre a sobrelotação das salas de aula o que nos indica que este tem sido um problema constante ao longo dos anos na Escola. Os alunos sentem que não existem condições físicas para o número de alunos que a Escola acolhe ano após ano.

Outro exemplo da dimensão das queixas em relação à falta de condições encontra-se presente na aluna que critica o facto de se gastar muito dinheiro em “portas automáticas” e noutras obras supérfluas quando haveria outras necessidades a suprir e de maior relevância para uma melhoria da qualidade dos trabalhos na Escola, ou no pedido de vários(a)s aluno(a)s para que existam mais casas de banho na escola, “limpas, asseadas, com papel e com água”, referindo

ainda que acima de tudo seria importante que estas estivessem mais vezes abertas e disponíveis à utilização de todos. No fundo, são situações que podem ser consideradas ridículas tendo em conta a dimensão educativa e social desta Escola que não deveria compadecer-se com este tipo de problemas e que nos revelam bem a diferença de reivindicações entre os estudantes atuais e os do passado (focados essencialmente nas questões de estrutura e organização curricular). No entanto, ainda no seguimento desta problemática surge o texto elaborado por um aluno do 3º ano de Design de Comunicação que enumera alguns dos problemas existentes na escola, tais como a falta de cadeiras suficientes para todos os alunos, a falta de salas de aula suficientes para se poderem ministrar todas as aulas, a falta de estiradores e a existência estiradores em muito mau estado e ainda as lacunas existentes nalgumas disciplinas que no seu entendimento, não têm qualquer utilidade prática nem teórica. Ou seja, em primeiro lugar a preocupação com a vertente física e só depois a questão curricular, tal como o comprova a queixa de um aluno do 2º ano de Design de Equipamento que afirma ser indispensável a existência de “cacifos para todos os alunos” tendo em conta a quantidade de aulas práticas existentes e a logística em termos de transporte de materiais para as aulas.

Já para um outro aluno dever-se-ia investir em material audiovisual, uma vez que a Escola se terá que “abrir às novas tecnologias” e pensar a longo prazo na formação correta dos seus alunos, bem como investir em termos de material necessário à boa formação dos futuros profissionais que ali estudam. Da mesma opinião é um aluno que afirma ser “uma vergonha” a sala dos computadores continuar vedada aos alunos que dela querem fazer uso e que dela necessitam diariamente, afirmando ainda que a escola deveria “pensar mais nos alunos e menos nas obras de construção”, pois no seu entendimento o problema da direção escola encontra-se na falta de vontade em querer agradar à população estudantil, tal como no passado se terá verificado ao analisarmos as queixas dos alunos. Como conclusão a esta questão da falta de condições para os alunos poderem estudar, pode referir-se o exemplo do aluno que enumera vários problemas existentes na Escola e que não permitem um bom ambiente na mesma. Assim, na sua opinião a comida da cantina é de má qualidade e esta é demasiado pequena para o número de alunos que a ela acede. Afirma ainda que as aulas estão quase sempre

sobrelotadas e as casas de banho quase sempre avariadas ou sem água existindo uma clara falta de limpeza na escola bem como uma ausência de professores com qualidade, “carisma e qualidades humanas”, terminando o seu texto abordando a falta de condições físicas da escola onde todo o ambiente parece “degradar-se a cada dia”.

Como tal, de acordo com a análise a este livro de reclamações no que concerne à falta de condições físicas, pode dizer-se que embora os alunos que nele escreveram revelem alguma indignação e revolta relativamente a esta matéria, sentem no entanto que pouco podem fazer para alterar o rumo da situação uma vez que o discurso da falta de verbas para aplicar na solução destes problemas é o mais veiculado por parte de quem dirige. Neste aspeto, pode dizer-se que anteriormente os estudantes se sentiam mais convictos das suas posições, mesmo tendo menos poderes no campo reivindicativo e mesmo sendo constantemente confrontados com a indiferença e a falta de resposta que as suas queixas eram tratadas.

Relativamente às queixas em torno da organização dos cursos e da forma como estes são ministrados, temos o exemplo do aluno do 5º ano de Pintura os cursos da Faculdade estarão “mal estruturados” e prova disso é o facto dos alunos serem obrigados a “ter disciplinas obsoletas, nas alturas mais idiotas possíveis”. Na sua opinião, todo o sistema organizacional dos cursos deveria ser repensado para que os alunos tivessem a possibilidade de “optar pelo curriculum” que mais lhes interessasse, existindo para tal disciplinas “opcionais e ateliers de frequência livre”, afirmando ainda que a escola parece assemelhar-se a um Liceu e não a uma escola de ensino Universitário sendo que para que tal suceda, será necessária uma “mudança de mentalidades” ao invés de se defender apenas e só a entrada de mais dinheiro. Já para um outro aluno a Escola parece-se com uma “escola secundária” uma vez que se preocupa apenas em “formar licenciados e não artistas”, dando conta também de vários testemunhos de alunos que afirmam estar desmotivados e desiludidos com a Escola, afirmando ser necessário mudar todo o sistema de aulas para que assim disciplinas como a de Geometria não se torne no “terror de muitos”. Há ainda casos de alunos que defendem a existência de mais tempo de aulas práticas, nomeadamente aulas de artes plásticas e comunicação Visual e alunos que afirmam ser necessário rever o estatuto do trabalhador estudante e as

condições constantes do mesmo para que seja possível “trabalhar para se pagar os estudos”.

No que diz respeito à relação (tantas vezes referenciada no passado) entre professores e alunos, encontramos também vários testemunhos neste livro que se referem a este tema embora de uma forma diferente das situações vividas no passado. Assim, encontramos o relato de um aluno que pede o fim do sistema que na sua opinião, chantageia os professores com “ideias progressistas”, afirmando que aqueles que outrora faziam parte das ideias revolucionárias, eram agora aqueles que oprimiam, o que não pode deixar de nos fazer pensar no curioso que é um aluno recente ter este tipo de afirmação. Já no entendimento de um outro aluno, não existe qualquer tipo de imparcialidade na formação dos júris de Pintura, uma vez que estes são compostos pelos próprios professores das cadeiras o que obviamente retira alguma legitimidade às suas decisões, afirmando que os professores “responsáveis pelos exames de dezembro não deviam ser os mesmos que lecionam as cadeiras durante o ano letivo” sob pena de não existir um critério justo de correção das provas.

Surgem também algumas críticas a professores e à forma como estes gerem as suas aulas e se dirigem aos alunos de uma forma destrutiva e nada construtiva e pedagogicamente correta, sendo esta uma crítica dirigida essencialmente aos professores do 3º ano de Pintura por parte de um grupo de alunos deste mesmo curso. Contudo, as críticas de alunos a professores são várias, e nelas podemos ler as acusações de estes não terem conhecimentos científicos suficientes para liderarem uma aula, nomeadamente nas disciplinas de Geometria Descritiva ou de História da Arte, o que faz com que os alunos sintam que há uma falta de qualidade nos mestres que os deveriam ensinar, existindo mesmo alunos que questionam a qualidade dos artistas que ensinam os alunos e que afirmam que os professores têm que se atualizar e aderir às novas tecnologias.

No que concerne às relações dos alunos com funcionários, parece ter acabado definitivamente o problema das denúncias de situações à direção da escola por parte destes, uma vez que não se encontra neste livro nenhuma situação onde os alunos se queixem dos auxiliares, colaboradores ou técnicos da Escola havendo mesmo situações contrárias, ou seja, de elogio ao esforço e empenho destes no auxílio aos alunos. O que prova ainda que atualmente o funcionário da

Escola tem um papel muito menos ativo na gestão e na relação do ambiente escolar, podendo mesmo dizer-se que atualmente as suas funções se resumem meramente a funções de carácter logístico, não deixando no entanto de ser referido a importância que estes assumem no apoio aos alunos no desenvolvimento dos seus projetos.

### III. ENTREVISTAS / OPINIÕES EM RELAÇÃO À ESCOLA

---

Outro tipo de documentação importante para a realização deste estudo teve por base a análise a alguns artigos de opinião lavrados essencialmente por artistas plásticos que tivessem passado pela Escola. Uma vez que se pretendeu apurar os pontos de vista que estes defendiam enquanto profissionais, num momento posterior ao contexto educativo que experienciaram, tendo em vista a percepção de como é que os antigos alunos observavam a escola que os tinha formado e quais as principais dificuldades e/ou

problemas com que se tinham deparado aquando da sua formação, naturalmente consubstanciados através da queixa / crítica.

De referir ainda que esta análise (centrada essencialmente em artigos onde estivesse implícita uma queixa ou uma opinião contrária aquilo que estava institucionalizado) se centrou essencialmente em duas personalidades e num período pós 25 de Abril uma vez que foi imediatamente após essa data que surgiram a maior parte dos escritos livres e isentos relacionados com estas temáticas. Sendo que não se encontraram mais registos de documentos escritos por outros artistas que se debruçassem sobre esta temática da queixa ou da crítica.

Como tal, de acordo com um artigo de opinião assinado por Teresa Boniné (na revista Arte Opinião), acerca do ajustamento da estrutura escolar realizado em 1974 podemos verificar que tinha o plano dos cursos do departamento de Artes Plásticas da ESBAL sido recentemente alterado quando a autora decide pronunciar-se (em jeito de balanço) acerca desta matéria. E de acordo com a sua opinião, num momento pós o 25 de Abril de 1974 onde todos os cidadãos teriam ficado com a consciência dos reais problemas do “sistema educativo português”, ter-se-ia originado um debate geral em torno dos mesmos e no que concerne à forma como a Escola Superior de Belas Artes de Lisboa se encontrava estruturada, a autora afirmava que a divisão em dois “núcleos de trabalho diferentes” (Arquitetura e Pintura/Escultura) procurava essencialmente uma maior “democratização do ensino” encontrando-se a Escola “organizada” de maneira a poder responder às novas necessidades do mercado.<sup>53</sup> Contudo, para um melhor entendimento desta opinião, importa perceber os “princípios orientadores do anteprojeto da estruturação da ESBAL” onde se encontrava expresso que a Escola deveria aceitar todo o tipo de jovens sem qualquer tipo de “distinção de cor, sexo, raça, religião, convicções políticas, origem social, etc.”, tendo apenas como principal enfoque as “capacidades por eles demonstradas” encontrando-se portanto a Escola, apta a receber “membros de todas as classes”. O que preconizava uma luta contra o “sistema capitalista” buscando essencialmente um ensino gratuito e tentando abolir as “qualificações elitistas”.

Tendo por base esta questão, foi portanto de uma forma unânime que em julho de 1974 alunos e professores terão defendido a ideia que a autora procurava salientar neste artigo, que embora se procurassem formar alunos numa determinada e específica

---

<sup>53</sup> boletim da ESBAL n.º4; 1978; “ESBAL – Para uma nova Escola”

área (acautelando devidamente as “saídas profissionais”), também se procurava fazer com que os alunos pudessem ser capazes de optar por “percursos livres” (caso fosse essa a sua vontade), culminando numa sociedade preparada de cidadãos mais autónomos e empreendedores. No entanto a autora afirma ainda que três anos depois de defenderem tais diretrizes, estas estariam a ser postas em causa por parte dos “mesmos professores” o que levava à condução de um novo “plano de estudos” que iria agora entrar em vigor. Na sua opinião a estrutura anterior era agora classificada como insuficiente ao nível pedagógico, sendo que era muito baixa a frequência de alunos na ESBAL e os que frequentavam eram trabalhadores estudantes que se esforçavam para conseguir financiar os próprios estudos. Relembrava ainda os objetivos pedagógicos do plano de estudos de 1974 ao afirmar que estes visavam essencialmente uma relação estreita entre os estudos e a própria sociedade, bem como na importância do aluno estar em investigação constante e questiona o facto dos objetivos pedagógicos serem exatamente os mesmos entre 1974 e 1979 e de se estar a introduzir um novo plano de estudos, passando-se para uma rede escolar de carácter obrigatório o que faria com que aumentasse a frequência, mas que poderia por em causa o alcance dos objetivos propostos.

Assim, no que diz respeito ao grau de dificuldade que os alunos teriam que enfrentar, a autora era da opinião que aumentariam em muito as dificuldades dos mesmos face a este alargamento do ensino a todos, uma vez que estes teriam que fazer mais cadeiras num ano, sendo que se chumbassem seriam forçados a frequentar a escola durante mais anos, aumentando assim a frequência escolar e dando a ideia de excesso de alunos. Tal como o facto da existência de uma norma que impedia os alunos de se inscreverem em mais de 8 cadeiras. Este agravamento do ritmo dos estudos iria afetar ainda mais os trabalhadores estudantes, até porque se defendia a reintrodução do regime de faltas e a exigência do ensino de forma a selecionar e a levar ao progressivo abandono por parte dos alunos trabalhadores estudantes, perdendo-se progressivamente a principal ideia de abril que pressuponha o acesso a todos ao ensino. E afirma que com esta conduta a escola poderia readquirir o seu “prestígio” e o seu “perfil elitista”, sendo que a formação do “artista hermético” estaria assim perfeitamente assegurada.

Para Teresa Boniné, o facto de se alargar o acesso às Escolas superiores por parte de todo o tipo de alunos com todo o tipo de proveniência social, iria fazer com que muitos pusessem em causa a situação artística e a relação entre elite a arte, entre o facto do “aprendiz de artista ser também trabalhador”, até porque o facto de não existir uma

boa biblioteca na escola (o que obrigava o aluno a trabalhar em casa e “em cima do joelho” o que não permitiria uma boa “assimilação dos conhecimentos” e que iria prejudicar a “qualidade do ensino”), bem como boas condições de estudo para todos, poria em causa a qualidade do ensino e a qualidade da formação dos futuros profissionais. Relativamente aos concursos de docentes, não era favorável ao facto de se abrirem concursos em junho, quando o Ministério sabia que um mês depois se formariam vários alunos e que assim estes não poderiam concorrer ao cargo de docentes, o que obviamente faria com que existissem menos professores formados logo, o ministério teria mais facilidade em lidar com os seus quadros. E baseando-se naquilo que muitos alunos afirmavam, as capacidades científicas de alguns professores não seriam reconhecidas como as melhores, uma vez que raramente se encontravam pela escola. Por sua vez os professores eram da opinião que os alunos não se esforçariam o suficiente, adensando cada vez mais o clima que se vivia na mesma e fazendo com que os alunos se pautassem quase como uns autodidatas.

Como conclusão a autora afirmava ainda que seriam necessárias algumas medidas para a melhoria da qualidade do ensino, não chegando apenas o facto de as ter escritas num determinado documento. Seria necessária a contratação de professores para as novas cadeiras e a adoção de “métodos pedagógicos mais vivos e dinâmicos” de modo a incentivar os alunos, uma vez que a frequência destes às aulas, estaria apenas dependente do interesse que as mesmas lhes poderiam ou não manifestar, sendo urgente também uma melhoria das condições físicas da escola. Uma vez que a melhoria do ensino não se faria apenas à custa da democraticidade do mesmo, devendo portanto, na sua opinião, integrar-se todos os que ali concorriam e não criar condições para que estes fossem excluídos, transformando-se novamente o departamento de artes plásticas, “numa elite”.<sup>54</sup>

Ainda a propósito desta matéria, num artigo assinado por 13 professores da ESBAL em fevereiro de 1979 e escrito no número seguinte da revista “Arte Opinião”, é dada uma espécie de resposta às ideias que estes autores (Teresa Boniné e também Calvet Magalhães) teriam defendido anteriormente, apontando-se ainda um caminho um pouco diferente daquele que teria sido avançado pelos mesmos. Assim, de acordo com a opinião dos docentes subscritores deste artigo (que fazem questão de sublinhar o facto de não pretenderem defender demasiado as suas posições ou de eventualmente

---

<sup>54</sup> Revista Arte Opinião n.º2, janeiro de 1979

influenciar a posição de quem os poderia ler), seria necessário a existência de um debate mais alargado e sério acerca das questões anteriormente colocadas nomeadamente em torno do plano de estudos sobre o ensino artístico, uma vez que seria necessário dignificar-se mais a carreira docente na ESBAL e alterar a forma como os professores eram vistos pelos alunos e pela restante comunidade educativa. Sob este ponto de vista, afirmavam ainda que os “alunos-trabalhadores” eram efetivamente um problema de difícil resolução, mas que tal facto estaria a ser minorado através da boa relação pedagógica existente entre professores e alunos, relação essa que seria muito flexível e saudável, mas que poderia colocar em causa a atuação e o grau de exigência que devia ser pedido aos professores. Concluindo as suas opiniões com uma referencia à frequência de aulas noturnas, frequência essa que incomodava este grupo de docentes, uma vez que no seu entendimento, perder-se-ia qualidade na prestação do ensino.

Por conseguinte, sendo estas opiniões que surgiam no pós 25 de Abril e que se manifestavam numa altura em que as Escolas de Artes sofriam alterações decorrentes do processo de reestruturação das mesmas e do próprio ensino artístico em Portugal, importa também perceber qual a opinião de artistas plásticos que haviam sido alunos na ESBAL e qual a sua visão dos acontecimentos, enquanto estudantes e posteriormente, numa fase após terem abandonado a escola. Como tal, é interessante verificar-se e analisar-se a opinião do Escultor Virgílio Domingues aquando da sua entrevista concedida à revista Arte Opinião. Nesta entrevista o escultor nascido em 1932 afirmava não ter tido nenhum tipo de dúvidas em optar pelo curso de Escultura aos 19 anos aquando o seu ingresso na ESBAL, confessando ainda que as expectativas que trazia da escola António Arroio eram muito altas, mas que se teriam alterado profundamente assim que ingressara na ESBAL, considerando ainda que esta teria sido “uma decepção que durou até ao fim do curso.”

Assim, na opinião que manifestara nesta entrevista à revista acima mencionada, o escultor afirmava que aqueles eram tempos em que se colocava muita coisa em causa na ESBAL chegando mesmo a falar-se muito mal da instituição, mas que no seu tempo de estudante a situação era ainda pior em virtude de não se abrirem grandes perspetivas de futuro para os jovens que ali estudavam. Chegando mesmo a afirmar que só teria desaprendido na ESBAL e que “certas qualidades” que possuía ter-se-iam ido “abaixo por ser obrigado a responder a determinados cânones impostos pelos mestres” e que quem não cumprisse o estilo dos mestres poderia vir a ter problemas. E para ele a escola ter-se-ia limitado a ser um local onde teria ido “tirar o canudo” e recebido um

documento que atestava legalmente as suas capacidades que apenas estavam expressas através dos trabalhos que realizava fora do contexto escolar e que realmente o teriam tornado um escultor.

Em jeito de conclusão a esta entrevista (sempre em tom negativo para com a escola e para com os seus docentes), o escultor critica ainda a classe profissional de escultores daquela época, acusando-os de apenas serem reconhecidos por terem sido leais ao regime político de então e subservientes dos poderes instituídos, chegando mesmo a afirmar que nada devia à ESBAL enquanto profissional e que tudo o que teria aprendido, teria sido “fora da Escola” e de uma forma autónoma e exclusivamente pessoal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

A dinâmica resultante do estabelecimento de relações pessoais e sociais existentes em contexto escolar (em particular na ESBAL e posteriormente FBAUL) é algo que se assume como sendo natural a todo e qualquer ser humano, como tal, importa compreender até que ponto esse tipo de relações (que se foram estabelecendo) foram prejudiciais ou benéficas ao clima de aprendizagem que se pretendia que existisse. Portanto, foi partindo do pressuposto que a queixa se fixaria apenas como uma das vertentes resultantes deste tipo de relações que a presente dissertação pretendeu realizar

a sua análise e contextualização, fundamentalmente do ponto de vista da documentação lavrada pelos próprios intervenientes e colocada ao serviço daqueles que se supunha serem os detentores do poder, para que se pudessem tomar decisões que poderiam colocar em causa (no limite) o acesso de determinado aluno, funcionário ou docente às instalações da Escola.

Por conseguinte, com a realização desta tese (assente apenas e só em documentação escrita e de livre acesso a quem dela quiser fazer uso), o que efetivamente se pretendeu obter foi uma importante análise da forma como tem evoluído a queixa na Escola / Faculdade de Belas Artes de Lisboa nos 50 anos que definiram a bitola histórica pré estabelecida. Resultando deste facto um consequente confronto e comparação com a forma como era consubstanciada a queixa há vários anos a esta parte (e também que consequências daí poderiam advir) com a forma como o foi recentemente. Bem como a obtenção de uma melhor perceção acerca de um dos assuntos que é várias vezes tema de conversa entre os vários atores do contexto escolar, mas que nunca tinha sido estudado deste ponto de vista académico, segundo o que foi apurado.

No entanto, torna-se importante referir a dificuldade encontrada na análise de documentação recente que se mostrasse relevante para a realização deste estudo. Talvez pelo facto de alunos, funcionários, ou até mesmo professores não sentirem a efetiva necessidade de transpor as suas queixas (que evidentemente existem e que fazem parte do quotidiano da escola) para o papel, através do preenchimento dos respetivos documentos oficiais disponíveis para o efeito. Ou ainda pelo facto deste tipo de documentos mais recentes (relativos a queixas ou a reclamações) não se encontrar ao dispor daqueles que os quiserem consultar, permanecendo apenas arquivados nos serviços da faculdade. Daí a necessidade de se ter recorrido à análise do livro de reclamações da associação de estudantes, a fim de se obterem testemunhos escritos acerca daquilo que muitos alunos consideraram injusto ou prejudicial.

Desse ponto de vista, e através da realização deste estudo, é interessante verificar-se que em muitas situações (talvez mesmo na maioria dos casos) os alunos mais recentes (e principais agentes queixosos) fizeram transparecer a ideia que não valeria a pena consubstanciar as suas queixas. Considerando quase sempre este processo inútil e incapaz de os colocar em melhor posição face à situação por eles descrita como negativa, acabando por deixar de lado a hipótese de institucionalmente retirarem algum tipo de dividendo destas situações.

O que acaba por contrastar com aquilo que anteriormente vigorava na escola, onde os alunos se revelavam bastante conhecedores dos seus direitos e deveres, utilizando (sempre que fosse caso disso) todo o tipo de documentação e ação legal ao seu dispor para levar a cabo queixas e reclamações acerca de situações ocorridas em contexto escolar. Levando a concluir que com o avançar dos anos os alunos têm vindo a deixar de acreditar nas instâncias e / ou direções escolares, bem como na capacidade que estas revelam em defender os direitos e deveres dos alunos, apesar de antigamente estes saírem muito pouco beneficiados das queixas que efetuaram, acabando quase sempre estas por não resultar em seu favor.

Tal como o facto de se ter vindo a alterar profundamente a relação entre funcionários e alunos ou entre funcionários e professores. Pois se no passado os funcionários assumiam uma posição muito mais ativa e cooperante com as direções escolares (chegando mesmo a denunciar determinadas situações e a participar em inquéritos instaurados a alunos, funcionando como autênticas testemunhas de acusação), ultimamente a sua ação tem-se cingido apenas a funções meramente administrativas ou logísticas. Sendo que a postura autoritária e persecutória que assumiam em relação às ações ou atitudes dos alunos em contexto escolar, acabou por se diluir com o passar dos anos, bem como a conseqüente perda de importância e de poder a que foram sujeitos esses mesmos funcionários.

Como tal, aquelas situações referentes a ameaças de funcionários a alunos e a professores, ou situações de denúncias constantes à direção da escola são hoje praticamente impensáveis (salvo raríssimas e gravíssimas exceções), podendo naturalmente afirmar-se que atualmente a relação entre funcionários e alunos se encontra perfeitamente estabilizada, havendo inclusive situações em que os alunos desrespeitam os auxiliares, algo que seria dado como inadmissível e intolerável há 30 ou 40 anos atrás. Daí poder-se concluir que o facto de ter sido retirado poder à classe profissional dos funcionários, por um lado terá melhorado o ambiente escolar (pondo fim à constante perseguição que os alunos eram alvo, acerca de tudo o que pudessem fazer na escola), mas por outro terá fragilizado um pouco uma classe que hoje em dia se lamenta da falta de respeito e consideração de muitos para com o desempenho das suas funções. De referir ainda o facto de ser interessante verificar-se a existência de uma diferença de qualificações destes mesmos funcionários, no que concerne ao atual quadro histórico e em comparação com um período anterior onde que tinham um papel mais ativo e importante. Ora se atualmente são exigidas cada vez mais qualificações

académicas aqueles que exercem este tipo de funções, antigamente os funcionários eram acusados pelos alunos de serem muito pouco instruídos e conseqüentemente rudes e insensíveis na relação com a comunidade educativa em geral, levando a que muitas das vezes tivessem surgido divergências e/ou conflitos que à partida poderiam ter sido evitados.

Por outro lado, o facto que muitas das vezes é descrito como sendo natural e fruto da ordem natural do seguimento dos processos como seja o recurso ao diretor para comunicar alguma situação ou para pedir alguma reapreciação de um caso, tem vindo a revelar-se cada vez menos frequente. Quer pelo lado da denúncia de situações e conseqüentemente o levantamento de determinados processos, quer pelo lado de comunicação com a comunidade educativa escolar. Pois se antigamente a figura do diretor escolar era encarada como o garante da isenção e da segurança de todos os alunos na escola (mesmo que muitas das vezes os alunos não recebessem provas disso acabando por se queixar às mais altas instancias ministeriais), atualmente poucos são aqueles que decidem encetar uma determinada queixa diretamente ao diretor, sendo que nem só o facto de se terem que ultrapassar várias etapas legais para o conseguir o deverá justificar. Logo, torna-se perceptível que a estrutura existente há cerca de 40 anos atrás, onde tudo aquilo que se passava nos limites físicos da escola era prontamente comunicado ao diretor (acabando por daí resultar sanções sobre aqueles que tinham assumido algum tipo de postura menos conducente com o que se pretendia) está hoje completamente ultrapassada, não só pelo facto de terem mudado bastante as regras de funcionamento da escola como pela diferença de funções no desempenho de um cargo executivo como é o de diretor de uma Faculdade.

Assim, parece definitivamente ultrapassado o tempo em que os funcionários da (com a conivência e incentivo da direção da escola) perseguiram autenticamente os alunos controlando todas as suas ações, contribuindo decisivamente para que estes fossem muitas das vezes alvo de inquéritos e castigos sumários, fruto de atitudes que todos hoje aceitamos como naturais e propícias num contexto escolar. O que levava a que o ambiente dentro da escola fosse obviamente afetado por aquele tipo de controle que impedia que todos os alunos de expressassem de forma natural e espontânea, sendo mesmo impedidos de permanecer em grupos nos espaços públicos da escola. Pois segundo a opinião da direção, este tipo de ações poderia indiciar a congeminção de uma qualquer ação concertada por parte dos alunos e era prontamente denunciada e dissuadida pelos funcionários, previamente instruídos para o efeito.

Na prática, aquilo a que hoje muitas das vezes se assiste numa escola superior (e particularmente na Faculdade de Belas Artes de Lisboa), onde os alunos se reúnem em pequenos grupos nos vários espaços da escola, a fim de realizarem os seus trabalhos bem como para conviverem e socializarem uns com os outros, era praticamente impensável há alguns anos a esta parte. Não havia liberdade para tal e a prática deste tipo de ações era severamente punida e posta a circular para que todos ficassem a par do que não se deveria fazer dentro do espaço escolar. Chegando-se mesmo ao limite de se penalizarem alunos por estarem a descansar numa zona ajardinada pertencente à escola, fazendo com que estes tivessem que recorrer ao diretor a fim de justificar este ato, desculpabilizando-se e assumindo que nada se encontravam a preparar.

Ora, ao visitarmos os espaços da atual Faculdade de Belas Artes de Lisboa, torna-se difícil de imaginar que há cerca de trinta anos atrás um aluno fosse severamente punido por estar encostado a uma parede ou sentado no chão de um qualquer corredor a desenhar uma determinada estátua ou objeto que ali se encontrasse exposto. Tal como o facto de sempre que surgisse uma determinada palavra e/ou frase escrita numa parede se levasse a cabo todo o tipo de esforços a fim de se apurarem e de se punirem os autores de tais atos. Contrastando com o comodismo e à vontade com que hoje qualquer aluno pode efetuar uma qualquer demonstração do seu trabalho numa determinada disciplina, utilizando para isso as paredes do edifício para furar, pendurar, pintar, etc., bem como os espaços físicos comuns da escola para interagir com os demais colegas através da apresentação de uma instalação entre outras formas de arte. E se antigamente e por variadas vezes os alunos eram acusados de não assumirem uma postura e conduta correta para alunos de Belas Artes, pelo facto de escreverem numa parede ou se encontrarem em grupos a trabalhar nos espaços comuns da escola, ou ainda por não terem sido capazes de respeitar as indicações ou ordens de uma de um funcionário, atualmente ninguém parece incomodar-se com a imagem que os alunos fazem transparecer quando se observam situações de trabalhos por recolher nos corredores da escola ou de espaços físicos danificados após a sua (autorizada) utilização para exposição dos mesmos. Parecendo já não existir a ideia que um aluno de Belas Artes teria que dar o exemplo de elevação e de postura correta e digna de alguém que usufruirá da hipótese de intervir na sociedade através da apresentação sua arte.

No entanto, não são apenas este tipo de situações que marcam o histórico de relações existentes na Escola e que conseqüentemente despoletaram queixas ou atos reivindicativos, uma vez que por diversas ocasiões surgem relatos relacionados com a

falta de condições da escola e com a respetiva escassez de recursos físicos e/ou materiais. Situação esta que se assume (essencialmente por parte dos alunos) como uma queixa constante ao longo dos anos e que parece nunca ter merecido a devida atenção por parte de quem tinha a possibilidade de resolver este problema. Como tal, torna-se curioso verificar que aquilo que incomoda os alunos mais recentes (no que concerne à falta de material, à sobrelotação das salas de aula, à degradação das condições físicas da escola), tinha já sido alvo de várias críticas e reclamações por parte da classe estudantil anterior. Levando mesmo a que se tivessem lavrado documentos por parte de grupos de estudantes onde estes propunham algumas medidas para a obtenção de uma melhoria das condições de trabalho na escola. O que contrasta com as ações levadas a cabo pelas recentes associações de estudantes, uma vez que não existem registos de que se tenha enveredado por semelhante atitude. Podendo portanto concluir-se que apesar de atualmente a maioria dos alunos se queixar bastante da falta de condições de trabalho, não assume uma postura ativa de apresentar a quem de direito, não só a sua opinião, como algumas medidas que visem a consecução de uma melhoria significativa das condições existentes. Concorrendo este facto para a ideia que atualmente e apesar de existir uma maior liberdade de opinião e de expressão, muitos dos alunos que se manifestam de forma negativa em relação a esta matéria em particular, corroboram a ideia que não valerá a pena concretizarem e consubstanciarem as suas queixas (pois não levarão à solução do problema), ao contrario daquilo que anteriormente era levado a cabo pelos estudantes desta mesma instituição que sempre pareceram acreditar que podiam contribuir para alterar o estado das coisas. Por esse motivo, e também pelo facto de muitas das queixas e relatos aqui investigados e comentados serem anteriores ao momento histórico importante do 25 de Abril de 1974, torna-se importante analisar a organização que os alunos demonstravam na apresentação dos seus pontos de vista mesmo sem a existência de estrutura como a de uma associação de estudantes, que fazia com que nunca perdessem a noção das suas possibilidades reivindicativas, levando-os sempre a concretizar as suas queixas junto das cúpulas diretivas da escola ou até mesmo do ministério. Algo que naturalmente terá dado azo a que muitos daqueles que se sentiam injustiçados não hesitassem em procurar respostas não só junto dos seus pares, como também através do recurso ao diretor. Lutando sempre até ao limite pelos seus direitos e por um ensino mais conducente com as suas expectativas.

Por conseguinte, uma das situações que aparece referenciada como sendo causadora dum clima menos positivo entre alunos e professores (tanto atualmente como

em anos anteriores), prende-se com o facto de muitos alunos se terem sentido ou se sentirem injustiçados face às avaliações dos professores, quer em exames quer trabalhos de aula. Uma vez que por diversas vezes se podem encontrar documentos dirigidos ao diretor a propósito desta matéria, ou opiniões expressas por alunos no livro de reclamações da associação de estudantes onde esta situação também é abordada. E se antigamente os alunos se sentiam algo desprotegidos em relação ao poder (que raramente era posto em causa) dos professores no que às avaliações dizia respeito mas nunca deixando de os ver como mestres, respeitando-os acima de tudo, nos tempos que correm muitos são aqueles que são da opinião que pouco terão a aprender com os professores, chegando mesmo a apontar situações que consideram lamentáveis e reveladoras da falta de qualidade dos mesmos.

Como tal, nem a circunstância (completamente diferente do passado) de saberem previamente as datas de realização de exames, bem como a possibilidade de terem júris a vigiar e a corrigir as suas provas diferentes dos professores das disciplinas, altera a opinião dos alunos que atualmente criticam a postura que alguns professores parecem assumir no desempenho das suas funções. Um pouco à semelhança daquilo que era anteriormente reivindicado por alunos que se sentiam prejudicados pelas avaliações dos professores, mas que procuravam sempre usar de uma atitude de elevação e de seriedade aquando a apresentação da sua queixa ou reclamação de nota ao respetivo diretor. Devendo ainda referir-se que existem também algumas referências a casos onde os alunos terão assumido a falta de profissionalismo e de qualidade dos professores, sendo que este facto resultaria essencialmente de situações recorrentes entre os mesmos alunos e os mesmos professores, levando a que surgissem acusações de perseguição ou de tentativa de prejudicar uns em benefício de outros, facto que parece ainda fazer parte das queixas dos alunos da atualidade. Bem como o facto de ao longo destes anos (segundo o qual este estudo se intermedeia) permanecer a ideia por parte dos alunos, que nem sempre terão sido avaliados de forma justa e clara, sendo que também por muito poucas vezes os professores tenham tido necessidade de justificar de forma mais detalhada as suas opções, mesmo em anos em que terão sido confrontados com essa necessidade. O que parece claramente vir ao encontro da opinião que os diretores quando confrontados (por parte das queixas dos alunos em mandar rever provas) com a situação de terem que decidir a favor do aluno ou do professor, terão sempre optado por dar o benefício da dúvida aos docentes. Atitude essa que parece permanecer no subconsciente de quem atualmente se queixa mas que é da opinião que não serve de

nada procurar levar essa reivindicação junto da direção da escola, pois daí não retirará por certo nenhum benefício. Por conseguinte, situações como as que se observavam anteriormente onde familiares de alunos escreviam cartas ao Ministro queixando-se da atitude de alguns professores para com os seus filhos afiguram-se hoje como impensáveis e praticamente impossíveis de repetir, até porque nem os próprios alunos intervenientes num determinado caso parecem sentir a necessidade de se queixar a um nível superior que não o de um livro de reclamações da associação de estudantes.

De referir ainda é a situação que envolve o relacionamento dos alunos da escola com os funcionários que nela prestam serviço e que em tempos tanta problemática terá causado e tantas situações de suspensão e expulsão terá provocado. Assim, atualmente poucas referências existem relativamente à postura dos funcionários bem como à forma como estes se relacionam com a comunidade educativa. Sendo no entanto referido em algumas situações o importante trabalho que desenvolvem no auxílio aos alunos e no apoio que prestam para que estes realizem os seus trabalhos com qualidade, algo que terá mudado significativamente em relação aquilo que se verificava no passado, onde os funcionários eram muitas das vezes acusados de ter um poder excessivo e opressivo sobre os alunos, contribuindo decisivamente para que estes tivessem sido penalizados. Resultando estas penas em listas de alunos que anualmente eram impedidos de frequentar a escola por vários meses ou até mesmo anos. Sendo estas listas muitas das vezes publicadas nos boletins letivos que ano após ano eram editados e distribuídos pela escola e onde o diretor aproveitava a oportunidade para relembrar posturas e condutas em vigor na escola, bem como as diretrizes ministeriais que vinham sendo seguidas.

Relativamente às questões levantadas por parte de algumas figuras importantes do mundo das artes, bem como por artistas plásticos formados na instituição escolar em análise, pode dizer-se que a crítica e a queixa também se encontram presentes nos seus discursos. Essencialmente nos artigos de opinião que publicaram e que serviram um pouco para veicular as ideias que defendiam e que entendiam ser importantes para melhorar a qualidade do ensino ministrado na escola.

Desse ponto de vista, e não obstante ter sido difícil encontrar artigos que se centrassem nesta problemática, importa destacar as opiniões negativas em relação ao corpo docente da escola e à forma como este lidaria com os alunos. Pois muitas das vezes os professores eram acusados de defender e subscreverem determinadas situações mas depois aplicarem outras completamente diferentes. Um pouco à semelhança das críticas que mais recentemente os alunos endossam à classe docente, que tem vindo ao

longo dos anos a ser criticada e catalogada por diversas vezes de ser má profissional e de passar pouco tempo na escola a apoiar e a acompanhar os alunos. Tal como o facto de em muitas ocasiões (presentes nos comentários deixados no livro de reclamações da AEFBAUL) os alunos acusarem os professores de não verem neles grandes qualidades, não lhes dando o devido valor e reconhecimento, algo que era já anteriormente afiançado por parte daqueles que opinavam em revistas relacionadas com o contexto artístico em Portugal.

No entanto é interessante verificar que segundo a opinião de alguns artistas plásticos e/ou pensadores do fenómeno artístico, o ensino das artes em Portugal (e em particular nas escolas de Belas Artes) não deveria ser alargado e disponibilizado a todos aqueles que dele quisessem fazer parte para realizar a sua formação superior, sob o pretexto que se poderia perder qualidade no ensino, fazendo com que muitas das vezes se pudesse acumular o emprego com o estudo. Ora, o facto da existência de alunos trabalhadores-estudantes nas escolas superiores artísticas em Portugal e que era criticado por algumas personalidades nos seus artigos de opinião e tido como um dos factores que contribuíam para a degradação da qualidade do ensino (uma vez que se possibilitava que muito mais alunos pudessem ingressar na escola), é hoje uma prática comum e perfeitamente enraizada no nosso sistema de ensino, não obstante todos os problemas e vicissitudes que daí possam advir e que naturalmente poderão suscitar inúmeras interpretações.

No que concerne ainda à relação entre professores e alunos, é fácil encontrar momentos em que no seu discurso, estes artistas ou personalidades ligadas às artes, defendem a posição do aluno perante o professor. Alertando ainda para a necessidade destes terem que encetar um esforço significativo para conseguir motivar os alunos para as suas aulas. Algo que ainda hoje se encontra referido várias vezes pelos alunos que se queixam e afirmam não sentir motivações extrínsecas para abordar matérias que à partida lhes são mais desinteressantes. Daí terem surgido também opiniões de grupos de professores onde estes procuravam defender-se das críticas que eram alvo nos artigos de opinião dos artistas plásticos ou outras personalidades. Tentando passar a ideia que se deveria dar mais valor ao trabalho desenvolvido pelos docentes, principalmente face à falta de condições existente na escola e com as quais tinham que lidar diariamente.

Apesar de tudo, é principalmente através da opinião de ex alunos da escola (já na pele de artistas plásticos formados e credenciados), que mais facilmente se pode ter uma ideia das principais críticas acerca daquilo que se passava na Escola de Belas

Artes. Uma vez que do seu ponto de vista e observando a realidade do exterior, só teria adquirido maus hábitos com a frequência às aulas e com os ensinamentos dados pelos mestres, uma vez que todas as capacidades técnicas que desenvolvera teriam resultado do seu trabalho enquanto escultor e não das técnicas apreendidas na escola. Sendo que à semelhança das críticas que mais recentemente são realizadas pelos alunos, quem não cumprisse com aquilo que os professores / mestres definiam, teria problemas sérios na sua formação e permanência na escola. No fundo, a principal crítica que estes artistas endossavam à escola que os tinha formado era a ausência de conteúdo técnico e prático das disciplinas, bem como a falta de perspectivas futuras para os alunos que se estavam a formar, algo que ainda hoje parece afligir quem frequenta a escola.

Por conseguinte, pode dizer-se que através da análise detalhada dos vários documentos que serviram de base à realização deste estudo, se depreende que o clima de tensão existente na escola (entre docente e discentes, ou entre discentes e funcionários, ou ainda entre professores e colegas de profissão), assumiu-se como uma verdadeira constante ao longo dos anos, na medida em que muitas das vezes terá existido (e ainda existe) um mútuo testar das possibilidades e limites de cada um dos intervenientes do ponto de vista das suas ações ou atitudes. Como tal, e face a estes constrangimentos que facilmente podem ser detetados, é com alguma naturalidade que encontramos opiniões de sociólogos como Dubet (2008) que afirmam taxativamente que os “os alunos não estão naturalmente dispostos a fazer o papel de aluno”, fazendo com que a situação escolar possa muitas das vezes ser definida pelos alunos como uma situação, não de hostilidade mas de “resistência ao professor”, o que poderá significar que estes não trabalhem de uma forma livre e espontânea, aborrecendo-se e acabando assim por realizar outra coisa diferente daquela para a qual deveriam estar propensos.

Apesar disso, importa compreender um pouco melhor a situação dos docentes sendo que, atualmente parece ser um facto inegável que o professor tem vindo a perder prestígio e respeito, não só perante os seus alunos como perante a sociedade, o que pode ter contribuído para afetar a sua posição na sala de aula. De acordo com a opinião de inúmeros autores, aquilo a que vamos assistindo é que as escolas se têm vindo a assemelhar cada vez mais com empresas, fazendo com que muitas das vezes os alunos vejam nos professores meros funcionários pagos por ele, acabando assim por se sentir como uma espécie de patrão direto dos mesmos. O que faz com que o aluno se possa sentir um pouco na posição de quem manda, e de quem diz se gostou ou não de tal professor, tendo muitas das vezes esta opinião um peso relevante na reputação de um

docente numa determinada escola.

Por outro lado, e analisando o grosso das queixas e das situações aqui referenciadas, existem professores que por variadíssimos fatores podem não ter conseguido (ou não estar disponíveis para) estabelecer um bom relacionamento com os seus alunos, negligenciando um pouco a relação social, colocando somente em prática a pedagogia que consideram ser a mais correta. Segundo a qual o aluno poderá ser visto como uma folha em branco pronta para ser preenchida pelo saber que o professor irá expôr nas suas aulas. O que implica que através deste método, dificilmente haverá lugar a trocas ou espaço para críticas, existindo apenas um grupo de ouvintes que passivamente poderá apreender aquilo que o professor expõe. Ora muitas são as opiniões expressas por teóricos e pensadores do fenómeno educativo onde se percebe que o professor do século XXI, deverá funcionar como um facilitador e orientador do acesso à informação, devendo ainda estabelecer uma relação com o aluno que possibilite ao sujeito conhecer o mundo e os seus problemas, os seus factos, as suas injustiças e suas solidariedades, de forma a que este possa caminhar com liberdade de expressão e conseqüentemente, o aluno deverá respeitar o espaço escolar e valorizar o papel do professor. E é sob esse ponto de vista que Rego (2001) nos mostra que “os postulados de Vygotsky parecem apontar para a necessidade de criação de uma escola bem diferente da que conhecemos. Uma escola em que as pessoas possam dialogar, duvidar, discutir, questionar e compartilhar saberes. Onde há espaço para transformações, para as diferenças, para o erro, para as contradições, para a colaboração mútua e para a criatividade. Uma escola em que os professores e alunos tenham autonomia, possam pensar, refletir sobre o seu próprio processo de construção de conhecimentos e ter acesso a novas informações. Uma escola em que o conhecimento já sistematizado não é tratado de forma dogmática e esvaziado de significado.” Por outro lado, do ponto de vista do professor, parece difícil definir com rigor “o período em se generaliza a ideia de que ideia que os alunos são cada vez mais ignorantes.” (Nóvoa, 2005: 57) Uma vez que nos encontramos “perante um discurso atemporal que produz, utilizando critérios próprios de cada momento, uma argumentação plausível e verificável.” (Nóvoa, 2005: 57)

Deste ponto de vista, a presente tese (ao se basear apenas em documentação referente a queixas, levadas a cabo pelos diferentes atores do contexto educativo) procurou analisar de que forma as situações decorrentes do natural processo de relação interpessoal na escola, influenciaram e influenciam ou não o clima existente na mesma,

bem como as consequências para alunos, professores, dirigentes ou funcionários que daí possam advir. Tal como o papel que todos os intervenientes assumiram e ainda assumem, perante situações similares mas ocorridas em contextos sociais diferentes, chegando-se à conclusão que a manifestação da queixa em contexto escolar na actual Faculdade de Belas Artes nada tem que ver com a forma como anteriormente era expressa.

E uma vez terminada esta incursão, mais centrada em identificar, sequenciar e analisar – episódios de uma crítica proveniente essencialmente dos alunos, e da qual julgo ter resultado uma visão panorâmica e evolutiva deste discurso, estou certo que existem lacunas e pistas a explorar para trabalhos futuros. Assentando sobretudo num enquadramento teórico que permita *ler* com mais profundidade a documentação existente sobre esta temática. Sendo que gostaria de encetar a elaboração futura de uma grelha que permitisse simultaneamente analisar tematicamente e de uma forma mais  *fina* os diferentes temas, procurando validá-los através de outras fontes como por exemplo entrevistas aos protagonistas vivos dos episódios abordados.

## FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

### FONTES

---

**1. Arquivo da Faculdade de Belas Artes de Lisboa (caixas com documentação e respetivas pastas de arquivo num total de 30 caixas de documentos com datas compreendidas entre 1875 – 1982):**

Livros de Matrículas (1837-1967)  
Livros de exames (1867-1951)  
Livros de correspondência (1870-1947)  
Livros de ponto dos professores (1881-1958)  
Livros de atas (1881-1966)  
Informações dos alunos – aulas (1845-1882)  
Cartas, ofícios e portarias (1853-1882)

Circulares (1955-1963)  
Alunos premiados (1881-1882)

### **CAIXA Nº 1**

**Nº 1** (1836-1913)

- correspondência

**Nº 2**

- correspondência

- documento para a transferência do conservatório das artes

**Nº 3**

- correspondência da sociedade de geografia

**Nº 4** (1889-1893)

- documentos relativos à academia portuense de belas artes

**Nº 5**

- documentos de ordem militar

**Nº 6** (1858-1863)

- correspondência de França para a academia

**Nº 7** (1892-1893)

- documentos da casa pia (alunos que estiveram doentes e faltaram às aulas da academia, etc)

**Nº 8** (1890-1893)

- correspondência da companhia das águas

**Nº 9**

- pedido de modelo nu e de modelo vestido para a aula de desenho

**Nº 10** (1864)

- suspensão dos discípulos da aula de arquitetura

**Nº 11** (1869)

- relatório da comissão de pintura da academia de belas artes

**Nº 12**

- pessoal docente

- dados biográficos de professores da academia de belas artes

**Nº 13** (1885-1894)

- circulares

**Nº 14** (1838)

- artigo 2º de uma circular

**Nº 15** (1891)

- ata da escola de belas artes

**Nº 16** (1852)

- regulamentos para alunos / artistas da academia

**Nº 17** (1869)

- regulamentos para os artistas agregados da academia

**Nº 18** (1865-1893)

- pedido de licença / requerimento

**Nº 19** (1861)

- carta de exposição trienal

**Nº 20** (1865)

- decreto lei

**Nº 21** (1894)

- documentos sobre a morte de Victor Bastos

**Nº 22** (1837-1863)

- contabilidade

- recibos, faturas de aquisição de livros para a academia

**Nº 23** (1837-1864)

- contabilidade

- lista / orçamento de despesas da academia

**Nº 24** (1863)

- lista de pagamentos efetuados por ordem do reino

**Nº 25** (1838-1839)

- proposta de orçamento para a academia de belas artes

**Nº 26** (1836-1837)

- contabilidade

- mapa dos vencimentos dos professores da academia

**Nº 27** (1885-1891)

- contabilidade (direitos de mercê)

**Nº 28** (1836-1837)

- lista dos académicos honorários da academia

**Nº 29** (1836)

- lista de todos os empregados e professores da academia

**Nº 30** (1838)

- lista de material para a aula dos officios

**Nº 31** (1840)

- lista de professores / artistas da “caza do risco”

**Nº 32** (1863-1864)

- relação nominal dos empregados da academia de belas artes de Lisboa
- Nº 33** (1885-1894)
- pedidos de relação nominal de alunos e empregados da academia
- Nº 34** (1889)
- relação dos empregados da academia de belas artes
- Nº 35** (1889)
- abaixo assinado
- Nº 36** (1837)
- concurso para professor da aula de gravura
- Nº 37** (1865)
- concurso para o lugar de contínuo

## **CAIXA Nº 2**

- Nº 1** (1838-1839)
- correspondência
- justificação de faltas dos professores
- Nº 2**
- Carta à academia por parte do cónego Luís Duarte Vilela da Silva
- Nº 3** (1838-1848)
- correspondência
- autorizações para frequência de aulas
- Nº 3** (1839-1847)
- variada correspondência para a academia
- Nº 4** (1836-1839)
- mapas
- mapa dos artistas das aulas da academia
- Nº 5** (1882-1883)
- mapas
- mapa de estatística da frequência de alunos
- Nº 6** (1885)
- mapa de alunos que vão a exame
- Nº 7** (1836-1848)
- mapas e relações nominais dos alunos nas respetivas aulas
- Nº 8** (1883-1884)
- listas
- tabela com as faltas dos alunos
- Nº 9** (1883-1884)
- listas
- tabelas com as horas de serviço dos contínuos da academia
- Nº 10** (1838-1856)
- listas
- ponto dos discípulos das aulas noturnas
- Nº 11**
- listas
- inventário de estátuas
- Nº 12** (1845)
- listas de obras recebidas por parte da biblioteca da academia
- Nº 13** (1839-1846)
- requerimentos
- Nº 14** (1838-1842)
- decretos lei
- Nº 15** (1845)
- regulamentos das conferências
- Nº 16** (1840)
- comunicados / avisos
- Nº 17** (1883-1884)
- exames dos cursos de desenho
- Nº 18** (1884)
- programas
- programa para o concurso prémio-anúnciação
- Nº 19** (1840-1843)
- programa para concursos
- Nº 20** (1839-1841)
- relatórios de conferências da academia
- Nº 21** (1838-1839)
- contabilidade
- vencimentos, orçamentos, despesas da academia
- Nº 22** (1842-1845)
- despachos
- despachos de alunos
- Nº 23**
- notas mensais dos alunos de escultura e de pintura
- Nº 24** (1883)

- exames e horários de serviço de professores

### **CAIXA Nº 3**

#### **Nº 1 (1875-1880)**

- exames
- pautas dos exames trimestrais da Academia de Belas Artes

#### **Nº 2 (1851)**

- mapas de faltas dos alunos

#### **Nº 3 (1853-1854)**

- mapas de faltas dos alunos

#### **Nº 4 (1858-1859)**

- mapas de faltas dos alunos

#### **Nº 5 (1897-1898) e (1903-1904)**

- mapa de alunos com respectivas faltas

### **CAIXA Nº 4**

#### **Nº 1**

- diversos
- correspondência

#### **Nº 2 (1839)**

- documentos relativos à aquisição de estampas

#### **Nº 3**

- lista de gravadores

#### **Nº 4 (1840)**

- lista de quadros e respectivos valores

#### **Nº 5 (1859)**

- lista de quadros da D. Carlota Joaquina de Bombon

#### **Nº 6 (1830-1839)**

- listas de objetos para as aulas de gravura

### **CAIXA Nº 5**

#### **Nº 1 (1932)**

- processo do escultor Leopoldo de Almeida a propósito do concurso de provimento da vaga de professor de desenho de figuras, estátua e modelo vivo

#### **Nº 2 (1933)**

- processo do escultor Francisco Franco

#### **Nº 3 (1927-1933)**

- processo do pintor Alberto Sousa Gomes

#### **Nº 4 (1894)**

- ata de conselho escolar

#### **Nº 5 (1934)**

- relatório do professor Carlos Reis a propósito da sua aposentação

#### **Nº 6 (1934)**

- relatório do professor Luciano Martins a propósito da sua aposentação

#### **Nº 7 (1930-1934)**

- diários do governo

#### **Nº 8 (1934)**

- atestados dos candidatos

#### **Nº 9 (1934)**

- requerimentos dirigidos ao diretor, para concursos ao lugar de professor

#### **Nº 10 (1930-1934)**

- Certidões

#### **Nº 11 (1934)**

- certidões

#### **Nº 12 (1934)**

- lista de alunos admitidos a concurso

### **CAIXA Nº 6**

#### **Nº 1 (1837)**

- regulamentos
- cargos da academia de belas artes

#### **Nº 2 (1854)**

- atas da academia

#### **Nº 3 (1845-1854)**

- pareceres de professores sobre a reforma da academia

- Nº 4** (1839-1845)  
- pareceres
- Nº 5** (1842)  
- tabela com as despesas do pessoal
- Nº 6** (1882)  
- programas de desenho
- Nº 7** (1836)  
- listas  
- tabelas da aula de escultura da academia
- Nº 8**  
- listas  
- tabelas com nomes e filiações (alunos)
- Nº 9**  
- estatutos da academia
- Nº 10** (1854)  
- estatutos da academia
- Nº 11**  
- projeto de reforma dos estatutos da academia de belas artes
- Nº 12** (1845-1846)  
- propostas para a alteração dos estatutos da academia de belas artes

#### **CAIXA Nº 7**

- Nº 1**  
- listas  
- relação de alunos da aula de gravura
- Nº 2** (1883-1928)  
- contabilidade  
- recibos  
- faturas

#### **CAIXA Nº 8**

- Nº 1** (1836-1894)  
- atestados  
- certificados
- Nº 2**  
- lista dos professores proprietários
- Nº 3**  
- lista de quadros e sua descrição
- Nº 4**  
- textos de desenhos
- Nº 5** (1883-1884)  
- tabela para exames extraordinários
- Nº 6** (1836-1840)  
- Comunicados da academia
- Nº 7** (1837-1894)  
- pedidos de matrícula
- Nº 8** (1835-1842)  
- estatutos da academia
- Nº 9** (1843-1866)  
- tabelas com as faltas dos funcionários da academia
- Nº 10** (1841)  
- requerimentos dirigidos ao diretor
- Nº 11** (1836)  
- despesas de arranjo do edifício do convento de são Francisco
- Nº 12** (1837-1846)  
- circulares
- Nº 13** (1840-1841)  
- relatório da academia
- Nº 14** (1837-1838)  
- lista de alunos voluntários e ordinários em diversas aulas
- Nº 15** (1886)  
- lista de materiais
- Nº 16** (1824-1898)  
- correspondência de e para a academia
- Nº 17** (1864-1919)  
- correspondência  
- resposta a ofícios

#### **CAIXA Nº 9**

**Nº 1** (1864-1919)

- contabilidade
- projetos e orçamentos

**Nº 2** (1918)

- regulamento da exposição de arte escolar

**Nº 3** (1869-1931)

- listas
- relação dos empregados da academia de belas artes

**Nº 4** (1837-1841)

- correspondência de e para a academia de belas artes

**Nº 5** (1887-1895)

- atestados médicos

**Nº 6** (1836-1854)

- requerimentos para o diretor geral

**Nº 7** (1914-1915)

- comunicados e despachos do ministério da instrução pública (repartição de instrução artística) para o diretor da ESBAL acerca de vários assuntos (matrículas, despesas, etc.)

**Nº 8** (1915)

- circulares

### **CAIXA Nº 10**

**Nº 1** (1869-1931)

- vários atestados

**Nº 2** (1868)

- contabilidade
- tabela de preços dos comboios portugueses

**Nº 3** (1869)

- contabilidade
- distribuição de prestação

**Nº 4** (1869)

- orçamento para a galeria

**Nº 5** (1838-1869)

- correspondência de e para a academia

**Nº 6** (1868)

- atas da academia

**Nº 7** (1869)

- relatórios da academia de belas artes

**Nº 11** (1846)

- decreto lei

**Nº 12** (1838)

- propostas

**Nº 13** (1869-1870)

- requerimento para o diretor

**Nº 14** (1867-1869)

- mapa de estatística dos alunos da academia

**Nº 15** (1871)

- listas
- relação de desenhos para uma exposição bienal

**Nº 16** (1867-1868)

- lista com os empregados da academia

**Nº 17** (1867-1868)

- lista de obras de escultura

**Nº 18** (1846)

- programa do concurso da academia de belas artes ao nível de escultura e desenho

**Nº 19** (1868-1869)

- programa de concursos

**Nº 20** (1868)

- concursos
- votação de premiados

**Nº 21** (1838-1869)

- lista de alunos com informações gerais

**Nº 22** (1846-1865)

- lista dos alunos das aulas de arquitetura

**Nº 23** (1846-1869)

- lista de alunos e respetivas faltas

**Nº 24** (1891-1892)

- mapas
- mapas dos alunos que não podem ir a exame

### **CAIXA Nº 11**

- Nº 1** (1841-1896)  
 - pedidos de matrícula
- Nº 2** (1838-1844)  
 - correspondência de e para a academia de belas artes
- Nº 3** (1840)  
 - correspondência para o diretor  
 - documentos sobre pedras litográficas
- Nº 4**  
 - abaixo assinado para auxiliar as faltas de Joaquim Machado de Castro
- Nº 5** (1845-1865)  
 - lista de alunos com respetivas faltas
- Nº 6** (1881-1913)  
 - atestados médicos
- Nº 7** (1848-1907)  
 - requerimentos para o diretor geral
- Nº 8** (1912)  
 - projeto para reorganização da escola de belas artes elaborado pelo conselho da mesma escola (Lisboa)  
 Fala-se sobre a necessidade de reestruturar o curso de arquitetura, bem como na necessidade de se controlar a liberdade de frequência nos cursos especiais, etc.

### **CAIXA Nº 12**

- Nº 1** (1870)  
 - contabilidade  
 - recibos de despesas da academia do Porto
- Nº 2** (1839-1869)  
 - correspondência de e para a academia
- Nº 3** (1870)  
 - diários do governo
- Nº 4** (1852-1863)  
 - listas de alunos com respetivas faltas
- Nº 5** (1855-1857)  
 - listas de alunos com respetivas faltas
- Nº 6** (1863)  
 - listas  
 - inventário de pintura de obras
- Nº 7** (1869-1870)  
 - listas de alunos e respetivas faltas
- Nº 8** (1869-1870)  
 - listas de alunos na aula de desenho histórico
- Nº 9** (1870)  
 - listas de alunos das diferentes aulas da academia
- Nº 10** (1870)  
 - listas de liceus e respetivos vencimentos
- Nº 11** (1871-1880)  
 - listas de bens oferecidos à biblioteca
- Nº 12** (1872-1896)  
 - listas de compras feitas pela biblioteca
- Nº 13** (1944-1947)  
 - lista de modelos de escultura
- Nº 14** (1867-1870)  
 - mapas de estatística das aulas da academia belas artes
- Nº 15** (1869-1870)  
 - mapa e lista de alunos das aulas da academia
- Nº 16** (1870-1885)  
 - mapas e tabelas do serviço dos contínuos
- Nº 17** (1882-1883)  
 - mapa dos alunos que se candidataram a prémios
- Nº 18** (1882-1883)  
 - mapa dos alunos propostos a exame
- Nº 19** (1882-1883)  
 - mapa dos alunos que não vão a exame
- Nº 20** (1882-1883)  
 - mapa de estatística dos cursos (diurnos e noturnos)
- Nº 21** (1884-1885)  
 - exames  
 - tabela para exames dos alunos
- Nº 22** (1889-1890)  
 - tabela de júri para exames
- Nº 23** (1890-1891)  
 - mapas dos exames dos cursos especiais
- Nº 24** (1891-1892)  
 - mapa com os cursos da escola belas artes (valores e classificações de alunos)

- Nº 25 (1882-1883)
  - horário de aulas noturnas
- Nº 26(1882-1883)
  - horário de frequência escolar
- Nº 27 (1891-1892)
  - livro de ponto de aulas
- Nº 28 (1890-1891)
  - lista de alunos e de faltas na aula de modelo vivo

### **CAIXA Nº 13**

- Nº 1 (1837-1895)
  - atestados médicos
- Nº 2 (1869)
  - programas de várias cadeiras
- Nº 3 (1869)
  - programa da aula de desenho
- Nº 4 (1869-1871)
  - programa de concurso público
- Nº 5 (1869-1872)
  - programa do curso de desenho
- Nº 6 (1882-1883)
  - avisos
  - informações
- Nº 7 (1870-1885)
  - requerimentos ao diretor
- Nº 8 (1883)
  - requerimento para exames
- Nº 9 (1868-1870)
  - matriculas da academia real das belas artes
- Nº 10 (1868-1871)
  - regulamentos
- Nº 11 (1868-1870)
  - relatórios escolares de várias aulas

### **CAIXA Nº 14**

- Nº 1 (1894)
  - certidões
- Nº 2 (1836-1841)
  - listagem de alunos nas diferentes aulas
- Nº 3 (1868-1869)
  - lista de alunos com informações sobre a aula de ornato
- Nº 4 (1865-1866)
  - listas
  - relação de modelos
- Nº 5 (1881-1885)
  - listas de alunos excluídos de exame
- Nº 6 (1881-1894)
  - listas de alunos candidatos a exames
- Nº 7 (1882-1885)
  - listas de alunos premiados e respetivos prémios
- Nº 8 (1884-1894)
  - listas de alunos com respetivas faltas
- Nº 9 (1891-1893)
  - listas
  - cadernetas de aula ou livros de ponto
- Nº 10 (1869-1894)
  - frequência de alunos à aula de estatística
- Nº 11 (1881-1894)
  - mapas dos júris de exames
- Nº 12 (1881-1883)
  - mapas
  - tabelas de serviço dos contínuos e serventes
- Nº 13 (1887-1888)
  - mapas
  - mapas com os resultados de exames
- Nº 14 (1892-1894)
  - mapas
  - tabelas com alunos suspensos
- Nº 15 (1881-1894)
  - tabelas de horários de exames
- Nº 16 (1883-1895)

- horários dos professores com distribuição das respectivas disciplinas
- Nº 17** (1881-1888)
- horários dos cursos de desenho
- Nº 18** (1837-1881)
- comunicados e ordens de serviço do diretor
- Nº 19** (1837-1894)
- atestados médicos
- Nº 20** (1882-1884)
- programas da disciplina de desenho
- Nº 21** (1891)
- programa para exames
- Nº 22** (1893-1894)
- requerimentos de matrícula
- Nº 23** (1869)
- programas
- programa de estudos de pintura histórica
- Nº 24** (1837-1894)
- correspondência de e para a academia de belas artes (requerimentos, pedidos ao diretor, etc.)

### **CAIXA Nº 15**

- Nº 1** (1838-1844)
- despachos da academia de belas artes
- Nº 2** (1836-1859)
- correspondência de e para a academia
- Nº 3** (1838-1869)
- atas da academia
- Nº 4**
- relatório da academia de belas artes
- Nº 5** (1838-1844)
- relatórios da academia
- Nº 6**
- lista de professores proprietários
- Nº 7** (1840)
- lista de opositores do 1º concurso público trienal da academia de belas artes
- Nº 8** (1843)
- listas de relação dos empregados da academia
- Nº 9** (1860-1870)
- listas de alunos e de faltas
- Nº 10** (1886-1887)
- listas de alunos e respectivas faltas
- Nº 11** (1886-1888)
- listas de alunos suspensos do curso geral de desenho
- Nº 12** (1886-1887)
- mapa dos alunos que não podem fazer exames por terem notas insuficientes
- Nº 13** (1886-1887)
- mapa dos alunos habilitados a fazer exame
- Nº 14** (1844)
- lista dos professores a academia de belas artes
- lista dos funcionários da academia
- contribuição para asilo da mendicidade
- Nº 15**
- listas e tabelas com as principais partes do corpo humano
- Nº 16** (1838-1839)
- pauta dos professores da academia
- Nº 17**
- sonetos
- Nº 18** (1886-1887)
- programa do curso de desenho
- Nº 19** (1837-1844)
- requerimentos
- Nº 20**
- programa para se alterar os estatutos da academia
- Nº 21**
- pessoal docente (discurso de J. Sequeira pelo falecimento de F. Augusto Metrass)
- Nº 22** (1882-1887)
- “caderneta da aula” ou livro de ponto de alunos das várias aulas
- Nº 23** (1886-1887)
- tabela de exames
- Nº 24** (1886-1887)
- Horário de exames do curso geral de desenho
- Nº 25** (1886-1887)
- mapa do júri de exames
- Nº 26** (1886-1887)

- mapas e estatística de alunos
- Nº 27** (1863-1869)
- listas de alunos e respetivas faltas
- Nº 28**
- processo de Adriano de Sousa Lopes
- Nº 29**
- processo de Maximiano Alves

#### **CAIXA Nº 16**

- Nº 1**
- livro de correspondência de Miguel Ventura Terra
- Nº 2**
- livro de correspondência de Miguel Ventura Terra
- Nº 3**
- livro de correspondência de Miguel Ventura Terra

#### **CAIXA Nº 17**

- Nº 1** (1843-1894)
- correspondência de e para a academia
- Nº 2** (1852-1881)
- relatórios
- Nº 3** (1836-1860)
- portarias
- Nº 4** (1852)
- decreto-lei (carta del rei sobre a obrigação de prestar serviço militar)
- Nº 5** (1847)
- certidões de Manuel Pinto Correia Araújo
- Nº 6** (1852-1929)
- proposta
- Nº 7** (1848)
- constituição do júri do concurso de desenho
- Nº 8** (1847-1849)
- listas
- alunos admitidos às aulas
- Nº 9** (1870)
- listas de artistas agregados e respetivas faltas
- Nº 10** (1878-1881)
- listas de alunos repetentes
- Nº 11** (1881)
- lista dos alunos dos exames trimestrais
- Nº 12** (1918-1919)
- índice de nomes de alunos matriculados
- Nº 13**
- índice de um livro do curso de pintura e paisagem
- Nº 14** (1838-1912)
- requerimentos para matriculas
- requerimentos de transferência de aulas
- Nº 15** (1843-1901)
- matriculas
- relação de alunos inscritos e matriculados
- Nº 16** (1848)
- Justificações de faltas

#### **CAIXA Nº 18**

- Nº 1** (1870-1873)
- Contabilidade
- recibos e despesas
- Nº 2** (1866-1867)
- orçamentos
- Nº 3** (1870-1872)
- contabilidade – listas de devedores
- Nº 4** (1842-1871)
- Correspondência de e para a academia
- Nº 5** (1867-1872)
- atas de conselho escolar
- Nº 6** (1866-1873)
- relatórios da academia
- Nº 7** (1870-1871)
- decreto-lei

- Nº 8** (1901-1902)  
- certidões justificativas de faltas
- Nº 9** (1836-1890)  
- listas de relação de alunos matriculados
- Nº 10** (1837-1889)  
- justificação de faltas
- Nº 11** (1865-1873)  
- informação de alunos das várias aulas – listas
- Nº 12** (1866-1867)  
- listas de relação nominal dos empregados
- Nº 13** (1870)  
- lista de funcionários e respetivas faltas
- Nº 14** (1889-1890)  
- listas de relação de alunos premiados
- Nº 15** (1881)  
- mapas das aulas com a respetiva avaliação aos alunos
- Nº 16** (1870)  
- lista de artistas agregados
- Nº 17**  
- mapa de suspensão a alunos com respetivos castigos
- Nº 18** (1871-1879)  
- distribuição de serviço e horários para os professores
- Nº 19** (1889-1890)  
- exames dos cursos especiais de desenho
- Nº 20** (1889-1890)  
- exames e respetivos horários de realização
- Nº 21** (1867-1868)  
- conferência ordinária
- Nº 22** (1867-1886)  
- atestados médicos
- Nº 23** (1843)  
- programa para o concurso trienal da academia belas artes
- Nº 24** (1842-1879)  
- requerimentos
- Nº 25** (1863-1867)  
- matriculas dos discípulos à academia das belas artes
- Nº 26** (1866)  
- propostas
- Nº 27** (1863-1868)  
- mapa estatístico de alunos nas aulas noturnas e diurnas

#### **CAIXA Nº 19**

- Nº 1** (1864-1865)  
- orçamentos
- Nº 2** (1894-1896)  
- contabilidade  
- artigos de expediente das secretárias
- Nº 3** (1894-1896)  
- vencimentos de pensionistas  
- declarações do ministério do reino
- Nº 4** (1882-1938)  
- contabilidade (bilhete da companhia de ferro de Lisboa)
- Nº 5** (1895)  
- correspondência de França
- Nº 6** (1882-1897)  
- correspondência do ministério do reino para a academia  
- requerimentos, etc
- Nº 7** (1863-1895)  
- correspondência de e para a Academia  
- vários documentos do ministério do reino para a academia  
- documentos da direção geral da instrução pública
- Nº 8** (1869-1885)  
- atas do conselho escolar
- Nº 9** (1865-1866)  
- relatórios da academia
- Nº 10** (1863-1864)  
- Concurso de desenho histórico
- Nº 11** (1864-1894)  
- listas  
- relação nominal dos empregados
- Nº 12** (1884-1886)  
- suspensões de alunos

- listas de suspensão de discípulos
- Nº 13** (1862-1865)
- mapas
- mapa com listas de alunos
- mapas com informações
- Nº 14** (1863-1868)
- mapas estatísticos de aulas
- Nº 15** (1863-1866)
- mapas de relação de alunos (várias aulas)
- Nº 16** (1864)
- lista de alunos premiados
- Nº 17** (1864)
- mapas dos discípulos da academia
- Nº 18** (1884-1886)
- relação dos alunos que não podem fazer exame por não terem notas suficientes
- Nº 19** (1884-1886)
- mapas
- tabelas para exames dos cursos de desenho
- Nº 20** (1885-1886)
- Mapas estatísticos
- Nº 21** (1885-1886)
- listas da relação dos alunos que fazem exame
- Nº 22** (1883-1886)
- horário das aulas e dos professores
- Nº 23** (1885-1886)
- horário de exames do curso geral de desenho
- Nº 24** (1885-1886)
- Exames
- mapa dos júris de exames
- Nº 25** (1863-1864)
- programa para concurso
- Nº 26** (1886-1887)
- Programa do prémio anuidade
- Nº 27** (1882-1938)
- requerimentos da casa pia de Lisboa para a academia
- Nº 28** (1894)
- Declarações
- Nº 29** (1894-1897)
- correspondência de e para a academia
- cartas do ministério do Reino
- ordens do ministro do reino
- circulares do governo
- cartas da direção geral da contabilidade pública
- Nº 30** (1863-1886)
- Listas
- livros de faltas dos discípulos nas várias disciplinas
- Nº 31** (1884-1885)
- mapas com classificações de exames

#### **CAIXA Nº 20**

- Nº 1** (1882-1938)
- Correspondência de e para a Academia
- correspondência do ministério do reino para a academia
- cartas da escola naval e da união dos atiradores civis portugueses
- cartas da casa pia de Lisboa a pedir para alunos irem para a Academia
- Nº 2** (1899)
- Vencimentos dos pensionistas
- Nº 3** (1883)
- atestado médico
- Nº 4** (1929)
- requerimento para o diretor da ESBAL
- Nº 5** (1882)
- textos
- documentos da celebração do centenário do Marquês de Pombal
- Nº 6** (1899)
- Programas
- programa para concurso de formador

#### **CAIXA Nº 21**

- Nº 1** (1960-1964)
- Requerimentos

- pedidos para realização de exames
- relatos de acontecimentos anormais ocorridos na escola
- queixa de Felismina Ramos Pinto a 18 de fevereiro de 1963, sobre o carpinteiro da ESBAL João Marques Bom
- queixa de Felismina Ramos Pinto a 1 de fevereiro de 1964, sobre o carpinteiro da ESBAL João Marques Bom
- Nº 2 (1936-1940)**
- requerimentos
- pedidos de admissão para os cursos da ESBAL (com toda a documentação necessária)
- certificados de matrícula
- Nº 3 (1964)**
- despachos
- despacho sobre a resolução do pedido de comemoração do dia do estudante
- Nº 4**
- fotografias de esculturas
- Nº 5 (1975)**
- programas
- propostas de programas para a cadeira de desenho.
- Nº 6 (1964)**
- Comunicados
- inquéritos realizados a alunos da ESBAL a 11 de março de 1963 sobre as condições gerais da escola
- comunicado da associação de estudantes aos estudantes a propósito do dia do estudante
- folhetos a convocar manifestações nas universidades de Lisboa
- despachos
- comunicados das AEs a propósito das medidas repressivas que são alvo sobre o dia do estudante
- comunicado conjunto das associações de estudantes da universidade de Lisboa, mostrando-se contra a atitude do Ministério da educação Nacional em proibir os festejos do dia do estudante, e apelando aos alunos para que se comemore a data, mesmo contra a proibição, mantendo o programa.
- Nº 7 (1919-1923)**
- comunicados
- documentos das finanças
- Nº 8 (1965-1966)**
- relatórios e processos de alunos
- queixa do funcionário António Fernandes Rodrigues dirigida ao diretor da ESBAL em 16 de março de 1966,
- processo de inquirição do caso participado ao diretor da Escola pelo funcionário António Fernandes Rodrigues sobre o aluno Michel Pereira.
- Nº 9 (1964)**
- abaixo assinado para pedido de audição com o diretor.
- Nº 10 (1929)**
- Ata da reunião do conselho administrativo da ESBAL
- Nº 11 (1928-1938)**
- Correspondência de e para a ESBAL
- cartas dirigidas ao diretor da ESBAL
- documentos do cônsul dos EUA para o diretor da ESBAL a propósito do aluguer de instalações;
- pedidos de arrendamento de espaços
- carta do subdiretor em exercício da ESBAL (arq. Paulino Montez), datado de 2 de fevereiro de 1949 e dirigido ao Diretor Geral do ensino Superior e das Belas Artes, queixando-se do funcionário da escola João Marques Bom
- Nº 12**
- Contabilidade
- recibos de renda
- Nº 13 (1937-1940)**
- Orçamentos
- propostas
- Nº 14 (1917-1948)**
- Recibos
- Fatura
- pagamentos
- Nº 15 (1935-1936)**
- Lista da relação dos títulos que estão na posse do conselho administrativo da ESBAL
- Nº 16 (1975)**
- listas de alunos matriculados nas várias disciplinas
- Nº 17 (1959-1960)**
- listas das faltas dos alunos às aulas de História geral da Arte.

## **CAIXA Nº 22**

- Nº 1 (1935-1974)**
- Correspondência de e para a ESBAL
- pequenas cartas onde se relatam ao diretor algumas situações que foram alvo de boatos (como empurrões a funcionários, etc.)
- pedidos ao diretor para levantamento de trabalhos já avaliados;
- requisições
- relatos de situações ocorridas nas aulas onde alguns alunos foram postos na rua (breve descrição dos atos)
- relatos de alguns funcionários da escola ao diretor, queixando-se que os alunos não cumpriam as suas indicações e ordens.
- relatos de funcionários que viram coisas escritas em paredes
- cartas do diretor da ESBAL para o diretor Geral do Ensino Superior e das Belas Artes;

- relatos de funcionários que contam situações de alunas que se queixaram a chorar de outros colegas que as ofenderam com obscenidades
  - carta do chefe de pessoal menor (José Ramos de Sousa) ao diretor da ESBAL
  - vários autos de inquérito
  - carta de um professor que emprestou um livro a um aluno para o diretor da ESBAL, pedindo-lhe que averigue o motivo pelo qual o livro terá desaparecido.
  - pedido de um grupo de alunos ao diretor da ESBAL, para que este mande colocar um armário na sala para guardar trabalhos;
  - relato de um professor sobre a falta de condições da sala de aula, onde cai a água das chuvas;
  - relato de um grupo de alunos que se queixa da falta de cavaletes na sala de aula;
  - carta do funcionário Fernando Monteiro Correia para o diretor da ESBAL
  - carta de Manuel Pires, servente da ESBAL para o diretor
  - cartas para o diretor a informar do desaparecimento de algum material das salas de aula.
  - despachos do ministério da educação Nacional;
  - documentos assinados por vários alunos da ESBAL e dirigidos ao diretor da Escola, onde este grupo de alunos se mostra solidário para com alunos que enfrentam processos de expulsão da escola.
  - documentos onde constam as acusações (infrações cometidas) de que alguns alunos são alvo;
  - documentos onde se convida os alunos acusados de alguma situação de apresentarem elementos para sua defesa.
  - convocatórias a alunos para presença na secretaria da escola para se constituírem como elementos de defesa a outros alunos acusados em processos disciplinares;
  - convocatórias a alunos e funcionários para se constituírem como elementos de acusação;
  - comunicado do diretor da ESBAL aos alunos em 5 de março de 1952
  - propostas de penas a aplicar a alunos;
  - cartas da ordem dos arquitetos de França e da conferência de estudantes de arquitetura;
  - carta dos dirigentes das associações de estudantes da universidade de Lisboa para o ministro da educação nacional, a propósito do seu discurso de 9 de novembro de 1964.
  - comunicados das associações de estudantes sobre colegas presos ou recriminados por terem feito afirmações políticas;
  - comunicados da associação de estudantes da faculdade de ciências de Lisboa, contra o reitor;
  - documentos relativos às eleições de delegados de curso;
  - documentos relativos à situação de estudantes presos;
  - lista de professores universitários expulsos, entre 1935 e 1947;
  - carta de um pai de uma aluna presa, enviada ao ministério do interior;
  - carta aberta ao diretor da ESBAL por parte da comissão pró associação dos estudantes da escola;
  - convocação de manifestações contra as prisões de alunos, por parte das AEs da Universidade de Lisboa;
  - manifestos de revolta apelando à união dos alunos (comissão de apoio a estudantes presos);
  - abaixo assinados protestando contra alunos presos pela PIDE;
  - correspondência entre o sindicato dos arquitetos e a ESBAL;
  - processo disciplinar instaurado à aluna da ESBAL Maria José Lains dos Santos (processo completo)
  - relatório da comissão pró-associação da ESBAL sobre a situação pedagógica na escola.
- Nº 2 (1933)**
- Atas de conselhos escolar
  - várias atas de reuniões (documentos manuscritos e de difícil leitura e perceção)
- Nº 3**
- Ordens de Serviço ESBAL
- Nº 4 (1929-1931)**
- Contabilidade. Recibos e despesas ESBAL
- Nº 5**
- Circulares
- Nº 6 (1952)**
- Relatórios
  - relatório do professor instrutor de um processo (Joaquim Mário Mendes) onde o aluno Mauricio Reynaldo Trindade e Vasconcelos Faria Gonçalves
  - relatório de pena aplicada ao aluno Alberto Simões Monteiro Neves, pelo facto de este ter agredido no dia 2 de abril de 1952 dentro do edifício da ESBAL o aluno Lyster Franco
- Nº 7 (1932)**
- Decretos Lei
- Nº 8 (1933-1935)**
- Abaixo assinados de alunos
  - Abaixo assinado de vários alunos contra a autorização do diretor da ESBAL em permitir que se realize na escola uma conferência de carácter político
  - documento dirigido ao Senhor Ministro da Instrução pública e assinado por vários alunos, onde estes pedem para que seja rapidamente preenchida a vaga de professor da 4ª cadeira do curso de arquitetura de forma a não prejudicar os signatários com a ausência de professor. No entanto, os alunos procuram demarcar-se de eventuais indicações de um possível professor.
  - abaixo assinado datado de 4 de julho de 1935 e dirigido ao presidente do conselho escolar da ESBAL
- Nº 9 (1964-1965)**
- Candidaturas da Associação de Estudantes da ESBAL, com programas de candidatura.
- Nº 10 (1952)**
- Avisos a alunos
  - avisos a alunos com penas aplicadas e sobre as sanções em que incorrem.
- Nº 11**
- requerimentos de alunos e professores
  - carta dirigida ao diretor da ESBAL a 18 de maio de 1955 pelo aluno José Luís Francisco Pascoal Soares
  - pedidos de alunos para irem a exame;
  - carta de Abel Manta (pintor) para o conselho escolar da EBAL
  - requerimentos de artistas que concorreram a concursos de professores e que desistiram e que pedem que lhes sejam devolvidos os documentos que entregaram;

- carta do professor da 5ª cadeira de pintura, enviada a 8 de março de 1934 a propor o pintor Adriano de Sousa Lopes para a regência da 6ª cadeira vaga pela reforma do professor Carlos Reis. Para tal, é enumerado o currículo do professor que é proposto para o cargo.

### **CAIXA Nº 23**

**Nº 1** (1935-1926)

- contabilidade

**Nº 2** (1945-1966)

- correspondência

- várias cartas ao diretor da ESBAL;

- propostas do conselho para a recondução de alguns docentes nos respetivos cargos;

- concursos;

- ofícios do ministério para realização de estágios para professores;

- ano mundial do refugiado e ações a realizar;

**Nº 3** (1945)

- relatórios da comissão de gestão provisória da ESBAL;

- relatórios sobre os concursos para professor de Anatomia, História da Arte, etc. (incluindo condições formalidades e requisitos necessários).

**Nº 4** (1917-1918)

- requerimentos para matrículas.

**Nº 5** (1947)

- edifício da ESBAL (documentação sobre a organização do espaço físico da escola);

- documentação sobre a construção de novas instalações da ESBAL e sobre a importância das instalações para o sucesso dos alunos.

**Nº 6** (1907)

- declarações de mercadoria enviada de Londres para Portugal.

**Nº 7** (1973-1974)

- programas das várias cadeiras (teoria, enquadramento, conteúdos, etc.) como Pintura, Escultura, História da Arte.

**Nº 8** (1953-1966)

- pareceres da Junta Nacional da Educação;

- despachos de obras;

- estudos preliminares do Palácio da Justiça de Lisboa;

- pedidos de equivalência de alunos que estudaram no estrangeiro, para poderem exercer a profissão em Portugal.

**Nº 9** (1945-1952)

- circulares de e para a ESBAL;

- classificações dadas a alunos por parte dos professores;

- exposições a realizar;

- normas a seguir pela faculdade;

- cartas sobre vencimentos de professores;

- circulares de contabilidade;

- deliberações do Ministério da Educação Nacional.

- ofício do Diretor geral do Ministério de Educação Nacional para o diretor da ESBAL em 29 de março de 1946, dizendo para este alertar os professores que se possam estar a mobilizar em torno de uma ação de protesto sobre vencimentos, para as penas disciplinares em que poderão incorrer caso levem avante este tipo de manifestação.

- exposição ao diretor da ESBAL por parte de um professor, sobre um desentendimento com outro professor da Escola em 19 de novembro de 1952

- carta de abertura de ano letivo (16 de outubro de 1946), lavrada pelos alunos da comissão de alunos, onde se faz um balanço do passado e se fala de algumas iniciativas que pretendem ter no futuro.

- ofício do Diretor geral do Ministério de Educação Nacional para o diretor da ESBAL em 11 de maio de 1946, onde este dá diferimento de um pedido de licença sem vencimento durante 30 dias de um professor, alertando no entanto, para a necessidade de se evitarem as perturbações que resultam deste tipo de ausências de pessoal docente.

**Nº 10** (1907)

- contabilidade (recibos vários).

**Nº 11** (1950-1951)

- classificações de alunos nas diferentes disciplinas;

- notas de exames.

### **CAIXA Nº 24**

**Nº 1** (1947-1989)

- carta de uma aluna a pedir desesperadamente ao diretor da Escola para anular a sua reprovação a uma disciplina que implica a reprovação de ano;

- carta de um ex-aluno ao diretor da Escola a pedir-lhe que o deixe terminar os estudos em Moçambique onde exercer vários cargos uma vez que os interrompeu por falta de posses;

- carta de aluno ao diretor da Escola a pedir que este o autorize a retirar um quadro que apresentou pois quer mostrá-lo a pessoas de família;

- carta de um professor a pedir ao diretor que providencie uns cabos para as bandeiras de ventilação das salas;

- ofício do diretor da Escola de Belas Artes ao diretor geral do Ensino Superior e das Belas Artes a propósito da visita de uma artista Japonesa a Portugal;

- Resposta do presidente do Júri de Exames, dirigida ao Diretor da ESBAL a 20 de agosto de 1958 referente ao abaixo assinado elaborado pelos alunos (resultante do exame de 7 de agosto de 1958).

- carta do diretor da Universidade do Recife para o diretor da ESBAL a falar do desejo da Universidade do Recife em contar com artistas plásticos Portugueses para lecionar naquela escola uma vez que muitos dos professores se vão reformar;

- Participação de um professor da ESBAL (na circunstância Joaquim Fidalgo Mariano
- carta de um professor que informa o diretor que em virtude de ter aumentado a frequência de alunos às suas aulas se vê obrigado a adiar a abertura da 1ª parte do curso, até estarem reunidas as condições necessárias nas salas de aula;
- Ofício nº148 datado de 28 de abril de 1954, proveniente do presidente da Direção da Sociedade Nacional de Belas Artes (Fernando dos Santos) e dirigido ao Diretor da Escola Superior de Belas Artes, onde este apresenta uma situação ocorrida com um grupo de alunos da ESBAL.
- carta de 2 estudantes de arquitetura que estão na Alemanha dirigida ao diretor da ESBAL a pedir para estudarem em Portugal e a questionarem as condições de financiamento possíveis no nosso país para poderem pagar os seus estudos e fazer vida em Portugal;
- Carta elaborada por um grupo de alunas da ESBAL onde se apresenta uma participação escrita sobre o carpinteiro da Escola, João Marques Bom.
- Nº 2 (1958)**
- resposta a ofício
- Nº 3 (1958)**
- requerimento de um aluno da ESBAL (a 8 de setembro de 1958), finalista de arquitetura (João Azevedo Reis Machado) ao Ministro da Educação Nacional a pedir uma equiparação de critérios sobre a sua prova de acesso ao diploma de arquiteto.
- Ofício do diretor da ESBAL ao Diretor Geral do Ensino Superior e das Belas Artes acerca do requerimento do aluno João Reis.
- Nº 4 (1957-1958)**
- Abaixo assinado dirigido ao Excelentíssimo Ministro da Educação Nacional a 30 de agosto de 1958, por parte de um grupo de alunos do
- Ofício do diretor da ESBAL dirigido ao Diretor do Ensino Superior e das Belas Artes em 8 de outubro de 1958, onde este se justifica relativamente ao abaixo assinado enviado pelos alunos, relativo às classificações dos exames.
- Nº 5 (1971)**
- documentos relativos à criação do novo edifício para a ESBAL.
- carta onde se enumeram as razões para a necessidade de mudança de edifício
- plantas
- Nº 6 (1952)**
- avisos para alunos
- Nº 7 (1946)**
- dados biográficos de um professor e valores que auferiu e número de horas letivas que terá
- Nº 8 (1954-1958)**
- tabela de resultados dos alunos do curso especial de arquitetura (3º ano), por períodos e por exames finais.
- 2 originais de abaixo assinados de alunos da ESBAL, datados de 4 e 7 de agosto de 1958.
- Abaixo assinado dirigido ao Diretor da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa em 4 de agosto de 1958, por parte de um grupo de alunos do 4º ano do curso especial de Arquitetura, que reclama contra as classificações do júri que presidiu aos exames finais da cadeira de Arquitetura, 3ª parte.
- Nº 9 (1953-1954)**
- 2 atas de conselho escolar, onde se fala de assuntos administrativos da escola.
- Nº 10 (1954-1965)**
- ordens de serviço sobre alunos militares e a forma como estes poderão frequentar as aulas e ser avaliados
- ordens de serviço do ministério em termos de organização e distribuição do serviço na ESBAL
- prolongamento de prazos de entrega de trabalhos.
- alterações de datas de entrega de exames e/ou trabalhos.
- ordens de serviço sobre os cursos.
- Nº 11 (1954-1965)**
- comunicado do diretor da ESBAL aos professores relativo à circunstância de existirem alunos com ligações de parentesco com professores de algumas cadeiras e normas para que os alunos sejam avaliados e interrogados por outros professores.
- circulares
- agendamento de reuniões
- ofícios do ministério das finanças e da reitoria sobre os descontos a deduzir nas remunerações de funcionários
- despachos ministeriais a definir regras para as provas a realizar.
- ofícios sobre acidentes com funcionários e sobre aposentações.
- Nº 12 (1966)**
- regulamento da exposição internacional de pintura do casino Estoril
- Nº 13**
- regulamento da exposição internacional de arquitetura
- regulamento das provas do concurso de diploma de arquiteto.
- Nº 14 (1934)**
- seminário de legislação e economia política (4 aulas)
- Nº 15 (1954-1956)**
- declarações de alunos
- pedidos de cedência de quadros
- pedidos para retirar trabalhos
- declarações a informar o diretor que levantaram trabalhos da escola
- Nº 16 (1949-1965)**
- comunicado do diretor da ESBAL aos professores onde este informa que, face à falta de espaço e à falta de professores extraordinários e assistentes, passa a haver um desdobramento de algumas aulas até que a lei orgânica das escolas seja reformada.
- horários de exames finais e respetivos professores destacados para júri
- comunicados do diretor aos professores das várias cadeiras com indicações a seguir na regência das mesmas.
- comunicados com a informação de datas de entrega de notas na secretaria.
- Nº 17 (1883)**
- mapa com nomes de alunos por cursos.
- Nº 18 (1952-1953)**
- exames e horários
- Nº 19**
- listas de filmes de 16mm
- Nº 20**

- listagem de materiais pedagógicos para aulas
- Nº 21 (1957-1958)**
- pautas com notas e faltas dos alunos.

### **CAIXA Nº 25**

- Nº 1 (1936-1943)**
- contabilidade - ano económico da ESBAL.
- Nº 2 (1936-1943)**
- contas de gerência da ESBAL.
- Nº 3 (1943-1944)**
- contabilidade (despesas várias)
- Nº 4 (1938-1945)**
- contabilidade do Tribunal de Contas;
- informações e documentos variados de contabilidade;
- vencimentos de alguns professores e acumulações de vencimento;
- cargos que os professores acumulavam com a ESBAL.
- Nº 5 (1938-1945)**
- contabilidade (recibos e declarações do Tribunal de Contas).
- Nº 6 (1938-1944)**
- contabilidade (guias de remessa da ESBAL).
- Nº 7 (1939-1940)**
- contabilidade (recibos e documentos).
- Nº 8 (1937-1944)**
- contabilidade (pagamentos, rendas, etc.).
- Nº 9 (1937-1952)**
- contabilidade (mapas de despesas da ESBAL).
- Nº 10 (1942-1960)**
- processos do Tribunal de Contas.
- Nº 11 (1943)**
- fichas de professores da ESBAL.
- Nº 12 (1937-1945)**
- respostas a ofícios por parte do Diretor do Ensino Técnico.
- Nº 13 (1946-1960)**
- abaixo assinado de um grupo de alunos da ESBAL (em 4 de agosto de 1958) dirigido ao diretor da escola, reclamando contra as classificações do júri que classificou as provas finais da cadeira de arquitetura, 3ª parte
- ata de uma reunião do júri de exames de arquitetura
- pedidos de transferência; pedidos de licença por parte de professores;
- Requerimento feito pelo aluno Jorge Monteiro Varela Pinto (aluno do curso de arquitetura) e dirigido ao senhor ministro da Educação Nacional em 5 de julho de 1970 a propósito da revisão de provas de frequência da cadeira de arquitetura (4ºano) por não considerar justas as classificações face ao critério usado para os trabalhos de outros alunos.
- Carta do arquiteto assistente do 1º grupo, a propósito da reclamação de nota do aluno Jorge Monteiro Varela, dirigida ao diretor da ESBAL a 3 de junho de 1970.
- Nº 14 (1947)**
- cartas com pedidos de material escolar.
- Nº 15 (1958-1959)**
- cartas de Ensino artístico e do ambiente escolar nos EUA, referindo-se ao funcionamento das escolas e do M.I.T.;
- o exemplo da arquitetura nos EUA.
- Nº 16 (1908-1955)**
- apólices de seguro.
- Nº 17 (1946)**
- certidões de alunos da ESBAL.
- Nº 18 (1957-1960)**
- ordens de serviço do Ministério da Educação Nacional.
- Nº 19 (1960-1963)**
- atas do Conselho Escolar;
- cartas sobre a arquitetura da cidade de Lisboa e de como esta deveria ser, através do que se ensinava na ESBAL.
- Nº 20 (1953-1955)**
- circulares (abonos e pensões);
- cartas do Ministério das finanças sobre os vencimentos dos funcionários da ESBAL.
- Nº 21 (1921)**
- decreto Lei.
- Nº 22 (1958)**
- abaixo assinado de alunos da ESBAL.
- Nº 23 (1960)**
- pareceres e apreciações de projetos.
- Nº 24 (1952-1965)**
- Lista de penas aplicadas a alunos da ESBAL (com descrição das mesmas) por despacho ministerial em 15 de outubro de 1965.
- Abaixo assinado dirigido ao Diretor da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa em 7 de agosto de 1958, onde vários alunos do 3º ano do Curso Especial de Arquitetura se queixam das classificações do Júri que presidiu aos exames finais da cadeira de arquitetura.
- avisos da ESBAL comunicando castigos a aplicar a alguns alunos
- Nº 25**
- listas de Arquitetos diplomados;
- ofício do sindicato dos arquitetos a pedir para que abram o concurso de admissão de novos professores.

- Nº 26**  
- normas a utilizar no ensino (dimensões dos cadernos, qualidades de papel a utilizar, etc.).
- Nº 27**  
- curriculum vitae de um arquiteto (Roberto Azevedo).
- Nº 28** (1957)  
- Relatório da Academia de Belas Artes do Funchal sobre as condições escolares e do ensino, apontando falhas e aspetos positivos.
- Nº 29** (1971)  
- relatórios da repartição de Arquitetura.
- Nº 30**  
- regulamento das provas a prestar para a obtenção do diploma de arquiteto.
- Nº 31**  
- propostas de docentes do departamento de pintura a comunicar à reunião geral dos docentes e a enviar à reunião geral dos alunos onde se apontam algumas regras que poderão ser adotadas ao nível das aulas, etc.
- Nº 32** (1941)  
- certidões.
- Nº 33** (1935-1945)  
- comunicados e informações.
- Nº 34** (1942-1943)  
- mapa de relação dos funcionários da ESBAL.
- Nº 35**  
- concursos para a admissão de professores na ESBAL (regras do concurso).
- Nº 36** (1942)  
- contabilidade.
- Nº 37** (1942-1944)  
- pedidos ao Diretor da Junta de Crédito (contabilidade).
- Nº 38** (1953-1955)  
- despesas e orçamentos e classificação das despesas (Ministério das Finanças).
- Nº 39** (1943-1959)  
- respostas a ofícios dirigidos à ESBAL;  
- cartas que autorizam a disciplina de desporto em escolas onde não existam associações de estudantes;  
- cartas de obras que foram autorizadas;  
- pedidos de transferência de escola;  
- pedidos de equivalências;  
- carta do diretor da ESBAL para o diretor geral do ensino superior e das belas artes, datada de 19 de agosto de 1946 onde se prenuncia sobre uma exposição apresentada por alunos das escolas de Lisboa e do Porto sobre a obrigatoriedade da cadeira de urbanismo, no curso de arquitetura, avançando com o seu parecer sobre o assunto;  
- carta ao diretor geral do ensino superior e das belas artes, por parte do diretor da ESBAL a requerer que um professor efetivo da escola se possa ausentar em viagem de estudo a Espanha, sem prejuízo de vencimentos e alegando que será benéfico para o ensino da sua especialidade na escola;  
- ofícios de requisição de material escolar;  
- regras para exames de alunos que são militares;  
- intercâmbio de alunos;  
- despachos com normas a seguir para os alunos que fazem exame de melhoria de nota;  
- carta do subdiretor da ESBAL em 15 de dezembro de 1947 (Arq. Paulino Montez) dirigida ao diretor geral do ensino superior e das belas artes  
- carta dirigida ao diretor da ESBAL por parte do aluno José Ramalho da Silveira (aluno de pintura do 1º ano), onde este apresenta o seu protesto contra as classificações que obteve nos 3 períodos e no exame final da cadeira de desenho arquitetónico
- Nº 40** (1946-1960)  
- resposta a ofícios da ESBAL;  
- nomes dos júris dos exames dos cursos de Pintura e Escultura;  
- ofícios a diretores de museus: ofícios sobre a acumulação de aulas e sobre a cópia de quadros de museus.
- Nº 41** (1960)  
- correspondência de França (UNESCO) para a ESBAL sobre estágios no estrangeiro.
- Nº 42**  
- cartas de arquitetos e do sindicato dos arquitetos para a ESBAL;  
- carta de um professor a explicar-se ao diretor da ESBAL.
- Nº 43** (1941-1944)  
- contabilidade (encargos diversos e orientações sobre a forma de os declarar).
- Nº 44** (1938-1960)  
- correspondência do e para o Diretor da ESBAL;  
- listagens de material adquirido pela escola;  
- carta onde o porteiro da escola é mandado comparecer numa consulta de psiquiatria;  
- carta de Le Corbusier à ESBAL;  
- documento do Ministério da instrução pública a definir as regras disciplinares das escolas e as sanções a aplicar aos alunos que cometam infrações;  
- Ofício (datado de 25 de junho de 1954) redigido pelo Diretor da Escola de Belas Artes de Lisboa (Arquiteto Paulino Montez) e destinado ao Diretor Geral do Ensino Superior e das Belas Artes

## **CAIXA Nº 26**

- Nº 1**  
- catálogo de exposição retrospectiva de arte ornamental Heparhola e Portuguesa.
- Nº 2** (1868-1893)  
- programas para o concurso do prémio Anunciação (indicação dos pré requisitos);

- programas da ESBAL para concursos de Pintura (constituição de júris, etc.).
- Nº 3** (1868-1869)
- relatórios dos concursos de Desenho.
- Nº 4** (1868-1844)
- atas dos concursos de Desenho Histórico.
- Nº 5** (1882)
- prémios e premiados (com indicação dos valores dos prémios)
- Nº 6** (1837)
- avisos da Academia
- Nº 7**
- cartas do Conde de Melo (vice-inspetor)
- Nº 8** (1836-1846)
- cartas do diretor geral Loureiro, entre outros ofícios.
- Nº 9**
- ofícios do Conde de Varrobo;
- várias cartas de assuntos diversos.
- Nº 10** (1837-1894)
- ofícios e cartas (correspondência da Academia);
- cartas de adjudicação de obras encomendadas à academia e pela academia;
- carta de professores a declinarem convites para dar aulas na academia e a explicar porque não aceitam dar algumas disciplinas;
- carta a pedir esclarecimentos sobre concursos a lugares de professores.

### **CAIXA Nº 27**

- Nº 1** (1930-1936)
- recibos de pagamento da junta de crédito
- Nº 2** (1947)
- documentos sobre material escolar
- Nº 3** (1952)
- contabilidade: recibos de transportes e embalagens
- Nº 4** (1955)
- despesas com telefones
- Nº 5** (1868-1894)
- carta de Luiz Cristiano da Silva (arq.) ao diretor da ESBAL Paulino Montez, Lisboa, 8-7-1953, (relativa à inscrição da Escola de Lisboa no Concurso Internacional de São Paulo);
- carta do Inspetor Superior do Ensino Liceal (Joaquim José Gomes Belo) ao diretor da Escola Nacional de Belas Artes de Lisboa, 28 de outubro de 1952, (relativa ao despacho de 27 de outubro onde se determina a prorrogação do prazo de suspensão das suas funções de Professor o Arquitecto Luís Alexandre da Cunha nos termos do 1º do artigo 45º do Estatuto Disciplinar dos Funcionários Civis do Estado).
- Nº 6** (1868-1894)
- correspondência de França;
- carta de Lucien Léonard, (Professeur de Dessin, Athénée Royal, Chimay, Belgique, le 18 novembre 1958) ao Diretor da ESBAL.
- Nº 7** (1947-1964)
- correspondência, respostas a ofícios dirigidos à ESBAL relativos aos alunos;
- carta ao exmo. senhor Diretor Geral do Ensino Superior e das Belas Artes;
- resposta ao ofício nº715 da Direção Geral (datado de 7 de novembro de 1952, dirigido ao Presidente do Conselho, por Fernando da Silva Dias, presidente da Comissão Concelhia da União Nacional em Campo Maior, na qualidade de pai do aluno José Henrique da Silva Dias).
- Nº 8** (1952)
- carta de Fernando da Silva Dias (pai de um aluno) dirigidas ao Diretor da ESBAL;
- carta do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Comissão Provisória Portuguesa do Centenário de São Paulo, dirigida por Miguel Pile (Ministro Plenipotenciário) ao Diretor da ESBAL informando sobre o prazo de inscrição da Escola na Bienal de São Paulo.
- Nº 9** (1958-1959)
- correspondência de alunos para a ESBAL;
- carta de Carlos Matoso Barata, em 18-03-59, a pedir informações ao diretor da escola sobre as condições de matrícula no curso de pintura.
- Nº 10** (1950)
- correspondência de Itália para Portugal;
- carta de Adriano Bogoni (Accademia Internazionale Del Paesaggio) solicitando ao Ministério da Educação Nacional/ Instituto de Alta Cultura, a criação de bolsas de estudo destinadas ao envio de alunos portugueses para aquela academia italiana durante o verão.
- Nº 13** (1952)
- pessoal docente, documentos e notas bibliográficas do processo do professor Luís Alexandre da Cunha.
- Nº 14** (1952)
- despachos da ESBAL relativos a alunos.
- Nº 18** (1952-1956)
- regulamentos de concursos;
- prémio Internacional SABENA;
- concurso de Escultura 1953;
- II Bienal do Museu de Arte Moderna de S. Paulo;
- regulamento para concurso de cartazes de propaganda da Cúria de 1 de novembro 1956;
- concurso para a apresentação de um projeto de medalha destinada ao Concurso Nacional de Tiro de 1913, Secretaria da Guerra de 4 de fevereiro 1914.
- Nº 20** (1970)
- certidões (provas finais de vários alunos da ESBAL);

- processos individuais de alunos da ESBAL.
- Nº 28** (1974)
- relatórios da ESBAL, comissão de gestão provisória da ESBAL.
- Nº 29**
- abaixo assinados de um conjunto de alunos da ESBAL, relativos à reforma do ensino de Belas Artes.
- Nº 30**
- reformulação das atividades da ESBAL.
- Nº 31** (1936-1941)
- listas de professores com os anos de docência e respetivas cadeiras na ESBAL.
- Nº 32**
- listas de cadeiras com os requisitos para as dar.
- Nº 37** (1966)
- concurso Nacional de Pintura (boletim de inscrição e regulamento).
- Nº 38** (1951-1952)
- lista com notas e classificação das provas dos alunos de arquitetura.
- Nº 39** (1964-1965)
- exames (enunciado do exame final de arquitetura).
- Nº 40** (1967)
- exames (prova de aptidão para a frequência da ESBAL).

### **CAIXA Nº 28**

- Nº1** (1947-1957)
- requerimento ao diretor da faculdade (feito por alunos);
- documento onde se fala sobre os procedimentos e a forma como os alunos contestam certas opções da direção da faculdade;
- documento escrito por um professor onde este fala do percurso escolar de um aluno;
- documento onde se fala das más instalações escolares;
- questionário enviado aos professores da ESBAL, juntamente com um documento a explicar que se vai realizar uma publicação para dar a conhecer a biografia das personalidades contemporâneas que mais se destacam na sociedade portuguesa.
- Nº2**
- carta de um pai de um aluno para o Ministro fazendo queixa de um professor
- Nº3**
- regulamento de um concurso internacional de Arquitetura.
- Nº4** (1966)
- processo de admissão a concurso para preenchimento de uma vaga de professor onde se encontra toda a documentação inerente a este processo de candidatura (uma espécie de curriculum vitae do candidato).
- Nº6**
- lista de vários Pintores e respetivas moradas.
- Nº10** (1947)
- processo de um aluno da ESBAL, onde o pai desse mesmo aluno se queixa do diretor da escola reprovar todos os alunos provenientes da Escola António Arroio.
- carta para o Ministro com queixas do diretor da ESBAL, onde se diz que já há várias queixas de várias pessoas, contra o diretor da escola.
- Nº11** (1948-1951)
- documento onde se fala do nº excessivo de alunos que cada professor terá nas suas aulas e os problemas pedagógicos e físicos (falta de espaço) daí resultantes, também se fala da falta de professores para lecionar as várias cadeiras dos cursos e do problema da acumulação de disciplinas por parte dos professores. Fala-se da possibilidade de se facilitar (em termos de exigência) nos exames, para que os alunos consigam passar às disciplinas, facilitando assim o trabalho dos professores que já acumulavam bastantes disciplinas.
- Nº12**
- resposta a uma queixa de um aluno a propósito dos métodos de trabalho e de ensino de um professor.
- Nº15**
- fotografia de uma aula no exterior
- Nº17**
- diário do Governo (Regulamento da Escola de Belas Artes e programas dos diferentes cursos e dos diferentes anos).
- Nº18** (1960-1961)
- relatórios da Academia de Música e de Belas Artes da Madeira onde se fala dos alunos e das provas que estes fizeram, bem como das suas qualidades técnicas.
- Nº 19** (1931-1955)
- ordens de serviço do Ministério da Educação Nacional para a ESBAL
- Nº 20** (1959)
- proposta para a programação das cadeiras do 1º grupo do curso de Arquitetura da ESBAL
- Nº 21**
- proposta para o programa de arquitetura analítica
- Nº 22** (1953)
- regulamentos da II bienal de arte moderna de São Paulo – Brasil
- Nº 23**
- artigos nºs 48 e 49 (do regulamento) referentes a cadeiras
- Nº 24** (1950)
- circulares do ensino superior e das belas artes
- Nº 25** (1965)
- pareceres sobre equivalências
- Nº 26**
- programas de cadeiras
- Nº 27**

- programa para a cadeira de Estereotomia
- Nº 28**
- programa da cadeira de Teoria e conceção das estruturas
- Nº 29**
- programa da cadeira de estática aplicada às construções
- Nº 30**
- programa da cadeira de geometria aplicada
- Nº 31**
- programa da cadeira de teoria das sombras e perspectiva
- Nº 32**
- programa do curso de arquitetura
- Nº 33**
- programas propostos pelo sindicato dos arquitetos para as cadeiras do curso de arquitetura
- Nº 34**
- programa de teoria e história da arquitetura
- Nº 35**
- programa de urbanismo de arquitetura paisagista
- Nº 36**
- programa da real academia de belas artes de Haia (Holanda) sobre o curso de arquitetura
- Nº 37**
- programa de topografia urbana
- Nº 38**
- programas de estética e teorias da arte
- Nº 39 (1961-1962)**
- programas de Geografia Humana
- o professor de Geografia Humana informa o diretor da faculdade que vai convidar artistas para virem às aulas dele, para que os alunos beneficiem destas experiências. Fala-se também da importância das visitas de estudo e das saídas de campo, em termos pedagógicos;
- documentos com programas das aulas práticas e teóricas.
- Nº 40**
- programas das diferentes cadeiras da ESBAL e dos cursos e pré-requisitos de admissão.
- Nº 41 e 42 (1964-1965)**
- cartas / pedidos ao diretor da faculdade, para se ter aulas na faculdade (alunos estrangeiros);
- programas das disciplinas dos vários cursos.
- Nº 43**
- resposta a ofícios da academia nacional de belas artes
- Nº 44**
- envelopes sem correspondência
- Nº 45 (1947)**
- requerimento de um aluno à ESBAL

### **CAIXA Nº 29**

- Nº 1 (1917)**
- prémio Alberto Nunes; Carta de Josephina Adelaide da Conceição Nunes (datada de 16 de abril de 1917) ao Exmo. Sr. Diretor da Escola de Bellas Artes de Lisboa, enunciando as condições mediante as quais se devia regular a concessão do Prémio de Escultura “Alberto Nunes”.
- Nº 3 (1917)**
- propostas do Conselho Escolar;
- carta do Diretor da Escola de Belas Artes de Lisboa, José Luís Monteiro, ao Ministério da Instrução Pública/ Repartição de Instrução Artística, submetendo à aprovação do Ministro da Instrução Pública um conjunto de medidas de caráter pedagógico e alterações no plano de estudos das cadeiras de Desenho rigoroso e Desenho e modelação de ornato.
- Nº 11 (1901-1952)**
- correspondência de e para a Academia: 15 de junho de 1915, Nº 1072 (Decreto de 5 de junho de 1915, publicado no Diário do Governo do dia 11, criando o novo curso de educação especial feminina);
- carta do Conselho da Escola de Belas Artes ao Exmo. Sr. Ministro da Instrução Pública [Relativa à mudança de instalações da Escola de Belas Artes de Lisboa (março de 1918)].
- carta do Ministério da Instrução Pública ao Exmo. Sr. Diretor da Escola de Belas Artes Lisboa, notificando sobre o dever de todos os professores em darem cumprimento ao princípio da neutralidade religiosa e política no ensino.
- carta do Ministério de Instrução Pública/ A Inspeção da Sanidade Escolar ao Diretor da Escola de Belas Artes de Lisboa, sobre a questão “dos defeitos visuais nos escolares;
- carta de Henrique Pimenta solicitando aos Exmos. Srs. Membros do Conselho Escolar da Escola de Belas Artes de Lisboa autorização para a realização de uma Exposição na Escola pela Associação de Estudantes.
- Nº 13 (1913-1914)**
- documentos relativos à maquete do Monumento a Marquez de Pombal, para o concurso das maquetas.
- Nº 16 (1913-1918)**
- relatórios: Associação Académica da Escola de Belas Artes de Lisboa, 20 de junho de 1918, R.L 2, Nº 837
- carta dos membros da Direção da Caixa Escolar e dos delegados de todos os cursos eleitos em Assembleia-Geral, solicitando ao Conselho Escolar da Escola de Belas Artes de Lisboa autorização para a realização de uma Exposição de trabalhos dos alunos;
- carta dos membros dos Corpos Gerentes da Associação Académica da Escola de Belas-Artes de Lisboa ao Exmo Conselho Escolar Escola de Belas-Artes Lisboa relativa ao envolvimento da Associação de Estudantes na Comissão de Reforma do Ensino.
- Nº 18 (1915-1965)**
- comunicados do Ministério da Instrução Pública;
- carta de 24 de novembro de 1915, onde o Ministro solicita ao Diretor da Escola de Belas Artes de Lisboa que se passe a publicar com regularidade anual um Relatório Escolar

### CAIXA Nº 30

Nº 1 (1910-1915)

- livro de Miguel Ventura Terra (Ex-diretor da ESBAL).

Nº 2 (1916-1918)

- livro de Miguel Ventura Terra escrito por um copiador.

Documentação inscrita nos livros:

Cartas, despachos e faturas relacionadas com várias obras na cidade de Lisboa (Coliseu dos recreios, etc), obras essas da direção de Miguel Ventura Terra.

Correspondência entre Miguel Ventura Terra e empreiteiros e engenheiros responsáveis pelas diferentes obras.

Relatórios de obras e de execução das mesmas.

## 2. Boletins da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa

Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, Boletim nº 1 / MCMLIX

Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, Boletim nº 2 / MCMLX

Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, Boletim nº 3 / MCMLXI

Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, Boletim nº 4 / MCMLXII

Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, Boletim nº 5 / MCMLXIII

Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, Boletim nº 6 / MCMLXIV

Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, Boletim nº 7 / MCMLXV

Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, Boletim nº 8 / MCMLXVI

Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, Boletim 1972

## 3. Caderno de Reclamações da Associação de Estudantes da Faculdade de Belas Artes

de Lisboa - Consultado em fevereiro de 2011 (todos os escritos se encontram sem data e na sua maioria não se encontram assinados)

## 4. Coleção Oficial de Legislação Portuguesa. Lisboa, 1881

**Carta de lei de 21 de Junho, Ministério do Reino** - Publicado em Diário do Governo nº146, de 2 de Julho (*Collecção Official de Legislação Portuguesa, Anno de 1880*; Lisboa: Imprensa Nacional 1881; p.110)

**Decreto de 22 de Março** - Publicado no Diário do Governo nº67, de 26 de Março (*Collecção Official de Legislação Portuguesa, Anno de 1881*; Lisboa: Imprensa Nacional, 1882; pp.41-46)

## 5. Arte Opinião

Arte Opinião nº2, janeiro de 1979 (pp. 13-16)

Arte Opinião nº3, fevereiro de 1979 (pp. 20-23)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

---

DUBET, François (2008). *Que é uma escola justa? – A escola das oportunidades*. São Paulo: Cortez Editora.

DURAND, José Carlos (1989). *Arte, privilégio e distinção*. São Paulo: Perspectiva.

NÓVOA, António (2005). *Evidentemente: Histórias da Educação*. Porto: Asa.

PARSONS, Michael (1992). *Compreender a arte*. Lisboa: Presença

REGO, T. C. (2001) *Vygotsky, uma perspectiva histórica - cultural da educação*. 12ª ed.

Petrópolis: Vozes.